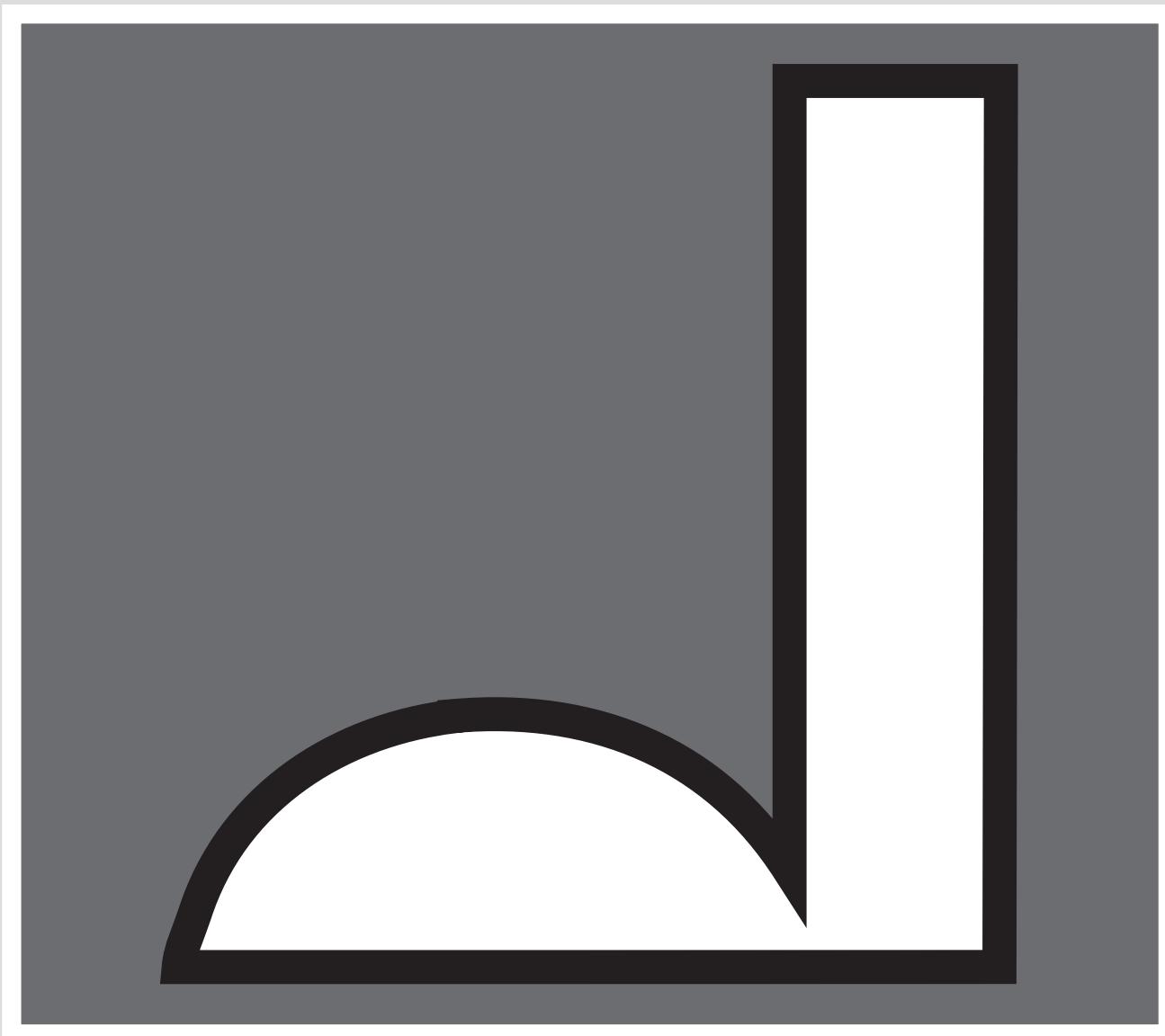




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 085 - SÁBADO, 05 DE JUNHO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 4 DE JUNHO DE 2010

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE DESPACHADO (art. 155, § 2º, do Regimento Interno)	
1.2.1 – Ofício de Ministro de Estado da Defesa	26050
Nº 6.098/2010, de 28 de maio último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.597, de 2009, do Senador João Durval.	
1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado da Previdência Social	26050
Nº S/13, de 2010 (nº 35/2010, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades 2009 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.....	
1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	26098
Nº 31, de 2010 (nº 164/2010, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de abril de 2010, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.	
1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União	26098
Nº 32, de 2010 (nº 496/2010, na origem), encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2010.	
1.2.5 – Término do prazo	26189
Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 117 e 123, de 2005. ..	
Término do prazo, quarta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2009.	26189
Término do prazo, quarta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 12 e 730, de 2007; e 512, de 2009. ..	26189
1.3 – ENCERRAMENTO	

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 1ª Reunião, em 4 de junho de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a reunião às 9 horas e 29 minutos, e encerra-se às 9 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– No plenário, não há número regimental para a abertura da sessão, portanto, esta não pode ser realizada.

Nos termos do §2º do art.155 do Regimento Interno, será despachado o expediente que se encontra sobre a mesa.

É o seguinte o Expediente despachado:

**Ofício
do Ministro de Estado da Defesa**

– Nº 6.098/2010, de 28 de maio último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.597, de 2009, do Senador João Durval.

As informações, foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência recebeu o Ofício nº S/13, de 2010 (nº 35/2010, na origem), do Ministro de Estado da Previdência Social, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao inciso IX do art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, o Relatório de Atividades 2009 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Será remetido um exemplar à Câmara dos Deputados.

São os Seguintes o Ofício e o Relatório:

OFÍCIO Nº S/13, DE 2010
(Ofício nº 35)

Brasília, 26 de maio de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Relatório de Atividades 2009 – PREVIC

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao inciso IX do art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Atividades 2009, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A criação da PREVIC consagrou passo fundamental para o aperfeiçoamento e a consolidação institucional da regulação e supervisão dos fundos de pensão. A autarquia nasce com a responsabilidade de supervisionar um sistema composto por 370 entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), que administram 1.037 planos para as maiores empresas brasileiras. Com um patrimônio de R\$502 bilhões, esse setor corresponde cerca de 18% do PIB nacional e atende a 2,53 milhões de participantes e assistidos.

Por meio da previdência associativa, a expectativa é estender a previdência complementar a um número maior de brasileiros. Implantado em 2003, esse modelo conta com 27 entidades e 45 planos, reunindo 450 associações de classe, sindicatos e cooperativas, formando uma reserva de R\$712 milhões, para garantir a cobertura previdenciária de aproximadamente 100 mil pessoas.

A aprovação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 1998, consolida o fortalecimento do regime de previdência complementar fechado, iniciado com a edição da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 2008 e marcado pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

Uma das metas da Previc para 2010 baseia-se no diálogo social e no fomento do setor, na transparência e no aprimoramento da gestão dos fundos de pensão, dando continuidade ao que vem sendo feito nos últimos anos, com a consequente melhoria da fiscalização, oferecendo um instrumento de desenvolvimento ao País e de segurança aos trabalhadores.

Atenciosamente. – **Carlos Eduardo Gabas**, Ministro de Estado da Previdência Social.

Ministério da Previdência Social – MPS
 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc
 (Órgão de supervisão dos fundos de pensão)

PREVIC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2009

Brasília-DF
 Março/2010

Presidente da República
 Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Previdência Social
 Carlos Eduardo Gabas

Secretário-Executivo
 João Ernesto Aragonés Vianna

Secretário de Política de Previdência Social
 Fernando Rodrigues da Silva

**Secretário de Políticas de Previdência
Complementar**
 Murilo Francisco Barella

**PREVIC – Superintendência Nacional de
Previdência Complementar** (Diretoria Colegiada)

Diretor Superintendente
 Ricardo Pena Pinheiro

Diretor de Análise Técnica
 Carlos Alberto de Paula

Diretor de Fiscalização (a partir de 27/jan/2010)
 Manoel Lucena dos Santos

Diretor de Administração (a partir de 27/jan/2010)
 José Maria de Menezes

**Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e
Econômicos** (a partir de 27/jan/2010)
 Edevaldo Fernandes da Silva

Procurador Federal
 Ivan Jorge Bechara Filho

Assessoria de Comunicação Social do MPS

Coordenador-Geral de Comunicação Social
 Marco Túlio Lustosa de Alencar

Expediente Técnico

Ministério da Previdência Social

É permitida a reprodução total ou parcial, do conteúdo
 desta publicação, desde que citada a fonte.

Tiragem: 3.000 exemplares

ELABORAÇÃO

Coordenação-Geral de Projetos Especiais
 Carlos Eduardo R. da Cunha Gomes

Assessoria de Comunicação Social
 Zenaidé Guinharães de Azeredo

Edição e DISTRIBUIÇÃO

Superintendência Nacional de
 Previdência Complementar – Previc

Diagramação eletrônica

ACS/MPS

**Escritórios Regionais da
Superintendência Nacional de
Previdência Complementar – Previc**

**Escritório de Supervisão da Previc em
Minas Gerais (ERMG)**
 Chefe: James Taylor Faria Chaves
 Rua Padre Eustáquio, 1831
 5º andar, salas 501/502
 Bairro Padre Eustáquio
 CEP: 30720-100 – Belo Horizonte/MG
 Tel.: (31) 3419-6858/6888/6857

**Escritório de Supervisão da Previc no
Rio Grande do Sul (ERRS)**
 Chefe: José Marcos Carvalho Cestari
 Rua Jerônimo Coelho, 127,
 18º andar, sala 1804 – Centro
 CEP: 90010-241 – Porto Alegre/RS
 Tel: (51) 3208-5472/5471

**Escritório de Supervisão da Previc em
Pernambuco (ERPE)**
 Chefe: Francisco Elídio Arruda Coelho
 Av. Jornalista Mário Melo, 343, 3º andar
 Santo Amaro
 CEP: 50040 010 – Recife/PE
 Tel: (81) 3412-5641/5457

**Escritório de Supervisão da Previc em
São Paulo (ERSP)**
 Chefe: Peterson Gonçalves
 Rua 24 de Maio, 250, 12º andar – Centro
 CEP: 01041-000 – São Paulo/SP
 Tel: (11) 3227-2709 e 3544 3402
 Fax: (11) 3228-8262

**Escritório de Supervisão da Previc no
Rio de Janeiro (ERRJ)**
 Chefe: Eduardo Menezes Meireles
 Av. Graça Aranha, 57, 8º andar – Centro
 CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro/RJ
 Tel.: (21) 2532-2662 e 2240-9405
 Fax: (21) 2532-5963

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 6º andar
 Tel.: (61) 2021-5260/5261
 Fax: (61) 2021-5564
 CEP: 70.059-900 – Brasília/DF
 Disponível na internet em
www.previdencia.gov.br

Sumário

I.	Apresentação
II.	Mensagem da Diretoria
III.	Perfil do Sistema de Previdência Complementar
IV.	Organização e Funcionamento da SPC
V.	Previc
VI.	Fórum Global OCDE/IOPS sobre Previdência Privada
VII.	Concurso de Monografias
VIII.	Licenciamento e Autorização
IX.	Fiscalização
X.	Julgamento
XI.	Monitoramento e Controle
XII.	Normatização
XIII.	Orientações, Consultas e Processos Judiciais
XV.	Educação Financeira e Previdenciária
XVI.	Participação em Órgãos Colegiados
	Anexos

I. Apresentação

Ao apresentar o Relatório de Atividades 2009, é necessário destacar a evolução do Regime de Previdência Complementar, agora mais forte com a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Do mesmo modo, é preciso ressaltar que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem inovando também no Regime Geral de Previdência Social, para oferecer um melhor atendimento a todos os cidadãos.

A implantação do reconhecimento automático de direitos permitiu a concessão de benefícios em 30 minutos e deu início a um novo tempo da Previdência Pública. A rede de agências está sendo ampliada em mais de 60% e os segurados que alcançam as condições de se aposentar por idade recebem, em casa, uma carta-aviso. Todos os meses são pagos, em qualquer lugar do País, rigorosamente em dia, mais de 27 milhões de benefícios.

O Brasil também vem se destacando em outra área importante para o desenvolvimento do país e, principalmente, para os 2,5 milhões de trabalhadores que investem suas economias nos fundos de pensão, visando garantir um futuro melhor, com mais conforto e dignidade a suas famílias. Atualmente, o setor paga 700 mil benefícios mensais. Graças à normalização, supervisão e fiscalização do Estado, os fundos de pensão estão melhorando suas gestões, oferecendo maior segurança aos trabalhadores.

O Ministério da Previdência Social, desde 2003, tem empreendido ações voltadas ao fortalecimento do setor, que é fundamental para a economia brasileira. Durante o período, foram elaboradas normas e vários projetos que viraram importantes leis.

O significado e o tamanho do sistema de Previdência Complementar exigiam uma resposta compatível do Estado. E isso se deu em 23 de dezembro de 2009, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei de criação da Previc. Atualmente, há 370 Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com 1.037 planos previdenciários, 2.712 patrocinadores e um patrimônio de R\$ 502 bilhões.

É necessário assinalar o papel da Secretaria de Previdência Complementar – SPC com relação à Previdência Associativa. Houve uma maior aproximação com sindicatos, associações de classe e cooperativas, que puderam criar seus planos. Hoje, já temos 27 entidades, 45 planos, reunindo 450 associações de classe, e uma cobertura de aproximadamente 100 mil pessoas.

A consolidação da Previdência Complementar é uma vitória dos trabalhadores e uma enorme conquista de toda a Nação brasileira.

Carlos Eduardo Gabas
Ministro da Previdência Social

II. Mensagem da Diretoria

É com imensa satisfação que a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc apresenta ao sistema de previdência complementar fechada em particular, e à sociedade brasileira como um todo, este relatório referente às suas atividades de 2009.

Nosso entusiasmo advém do fato do Congresso Nacional ter aprovado, em dezembro de 2009, a criação da Previc, uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira destinada a supervisionar as atividades dos fundos de pensão.

A esse fato, que pode ser considerado um marco na recente história da previdência complementar brasileira, podemos acrescentar o sensível avanço ocorrido na regulamentação do setor. Foi o caso, por exemplo, da Resolução CMN nº 3.792, proposta pela SPC, dispondo sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, dentre as quais a possibilidade, até então inédita, de os fundos investirem no exterior. Além de confirmar a importância do controle e da gestão de risco, essa norma reforçou a importância da responsabilidade fiduciária dos dirigentes e simplificou, sobremodo, as regras aplicáveis aos investimentos dos fundos de pensão.

Novidade também foi o estabelecimento de critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas EFPC e a definição da forma, do meio e da periodicidade de envio de demonstrações contábeis.

Um destaque especial deve ser dado à Recomendação CGPC nº 2, que dispôs sobre a adoção, pelo órgão supervisor, da metodologia da Supervisão Baseada em Riscos – SBR, uma abordagem recomendada pela Organização Internacional de Supervisores de Fundos de Pensão – IOPS.

Outro objetivo buscado pela SPC, em 2009, e que resultou na Instrução nº 32, foi aquele que dispensa as EFPC com excelência em seus programas de educação financeira e previdenciária, do envio, por meio impresso, do relatório anual de informações aos participantes e assistidos.

Não podemos deixar de mencionar igualmente a Instrução nº 30 que capacitou o órgão supervisor a proceder à análise preliminar, por meio eletrônico, dos requerimentos dirigidos à SPC. Isso reduziu consideravelmente o tempo de autorização para o funcionamento das entidades.

A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que criou a Previc, é um passo fundamental para o aperfeiçoamento e a consolidação institucional da regulação e supervisão dos fundos de pensão. O projeto da nova autarquia, que teve amplo apoio do sistema de previdência privada e dos mercados financeiro e de capitais, consolida os avanços alcançados pela supervisão dos fundos de pensão nos últimos anos.

Assim, com esse progresso na regulamentação do órgão supervisor e consequente criação de uma autarquia especial para exercer a fiscalização dos fundos de pensão, poderemos, em breve, estender a previdência complementar a um número bem maior de brasileiros. Essa é nossa meta para 2010: melhorar a fiscalização para que os fundos de pensão sejam não só um instrumento de desenvolvimento do País, mas também uma segurança para os trabalhadores brasileiros, ao se aposentarem.

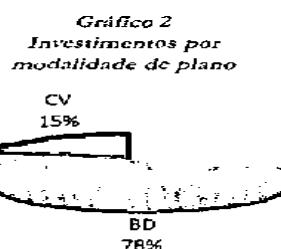
Diretoria Colegiada da Previc

III. Perfil do Sistema de Previdência Complementar

O Brasil possui, atualmente, o oitavo sistema de previdência complementar do mundo em termos absolutos, o que demonstra sua força nestes 31 anos de existência regulamentar.

III.1 População

O sistema de previdência complementar brasileiro conta atualmente com 370 EFPC, 1.037 planos previdenciários, 2.712 patrocinadores, 2,53 milhões de participantes e assistidos, com um patrimônio de R\$ 502 bilhões, distribuídos em três modalidades de planos de benefícios (benefício definido – BD, contribuição definida – CD e contribuição variável – CV), conforme mostram os gráficos a seguir.



Fonte: Previc (nov/2009).

Com relação ao fomento, registra-se que a previdência associativa, iniciada a partir da Lei Complementar nº 109, de 2001, e implantada a partir de 2003, já conta com 27 entidades e 45 planos, reúne 450 associações de classe, sindicatos e cooperativas, formando uma reserva de R\$ 712 milhões, para garantir a cobertura previdenciária de aproximadamente 100 mil pessoas.

III.2. Patrimônio e resultado

A tabela 1 mostra o patrimônio e o resultado do sistema de previdência complementar nos anos 2008 e 2009. Os ativos totais do sistema superaram ½ trilhão de reais em 31 de dezembro de 2009 (crescimento de 14,1% em relação ao ano anterior), para investimentos da ordem de R\$ 480,8 bilhões.

Tabela 1 – Patrimônio social dos planos de benefícios dos fundos de pensão, nos anos de 2008 e 2009 (Valores em R\$ bilhões).

Descrição	2008	2009	Variação (%)
Ativo	439,64	501,68	14,1
Investimentos	413,39	480,79	9,4
Superávit	39,30	66,72	70,2
Reserva de Contingência	25,87	35,03	35,4
Reserva Especial	13,33	31,68	137,7
Déficit	(23,73)	(10,72)	(34,6)

Fonte: Previs (dados extraídos em março de 2010).

Com os resultados do ano de 2009, houve aumento do número de planos na modalidade benefício definido – BD com resultado superavitário, de 77 (em 2008) para 82 planos (em 2009), e significativa redução do número de planos também BD com déficit, de 143 planos (em 2008) para 62 (em 2009).

III.3. Investimentos

A tabela 2, a seguir, detalha a alocação dos recursos dos planos de benefícios dos fundos de pensão por classe de ativos financeiros no ano de 2009.

Tabela 2 – Investimentos dos fundos de pensão por ativo financeiro, em 2009 (Valores em R\$ bilhões).

Descrição	Valeor	%
Títulos públicos	214,31	44,6
Operações compromissadas	20,58	4,3
Títulos privados	45,18	9,4
Direitos creditícios	0,63	0,1
Depósitos	0,13	0,0
Ações	155,67	32,4
SPE	1,75	0,4
Imóveis	12,81	2,7
Operações com participantes	12,11	2,5
Derivativos	0,90	0,2
Fundos de investimento (1)	15,61	3,2
Valor a pagar e a receber	1,08	0,2
Total	480,79	100,0

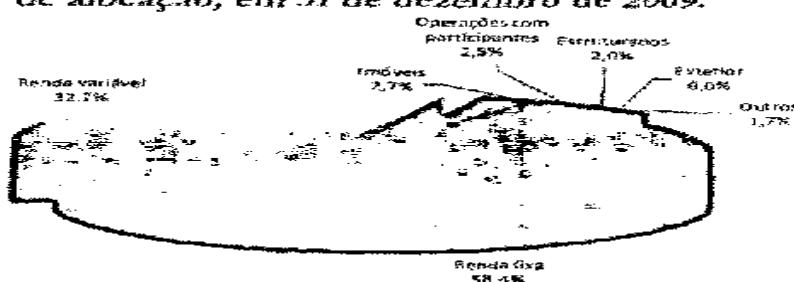
Fonte: Previs.

Nota: (1) FII, FIIIE, fundos multilateral e fundos com abertura de carteira facultativa (até 3% dos recursos do plano, sob termos de Instrução nº 14, de 2007).

Podemos destacar o aumento relativo da participação do segmento de renda variável (ações e SPE), de 28% em 2008, para 33% em 2009, fruto, sobretudo, do desempenho do mercado acionário brasileiro nesse período.

Os investimentos dos fundos de pensão estão distribuídos, segundo o art. 9º da LC 109, de 2001, e a Resolução do CMN nº 3.792, de 2009, em seis macro-segmentos de aplicação. O gráfico 4 mostra uma concentração (58%) dos recursos aplicados no segmento de renda fixa, seja em títulos públicos ou papéis privados.

Gráfico 4 – Investimentos dos Fundos de Pensão, distribuídos em segmentos de alocação, em 31 de dezembro de 2009.

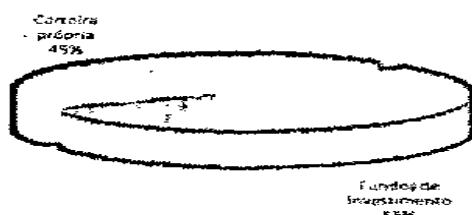


Fonte: Previs.

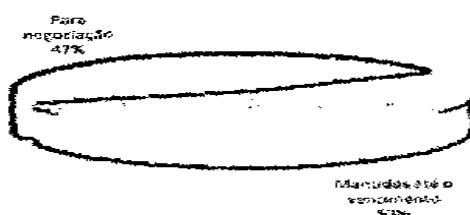
Nota: Outros = derivativos, valores a pagar e a receber, fundos com abertura de carteira facultativa.

Com relação à gestão (gráfico 5), houve um ligeiro aumento da participação da carteira própria no investimento total dos fundos de pensão, passando de 42% em 2008 para 45% em 2009, representando, assim, um equilíbrio entre os recursos administrados pelas próprias EPPC e pelos gestores terceirizados (fundos de investimento).

*Gráfico 5
Gestão dos investimentos, em 2009*



*Gráfico 6
Títulos públicos por categoria, em 2009*



Fonte: Previe.

No que se refere à precificação dos títulos públicos federais, conforme ilustra o gráfico 6, houve um aumento da parcela de ativos na categoria de mantidos até o vencimento, de 49% para 53%.

Tabela 3 – Títulos públicos e privados na carteira de investimentos dos fundos de pensão, em 2009 (Valores em R\$ bilhões).

Descrição	Valor	%
Títulos públicos		
LFT	26,39	12,3
LTN	13,45	6,3
NTN-B	123,48	57,6
NTN-C	40,01	18,7
NTN-F	8,56	4,0
Moedas de privatização, créditos securitizados	2,41	1,1
Total de títulos públicos	214,30	100,0
Títulos privados		
Cédula de Crédito Bancário – CCB	4,33	9,6
Cédula de Crédito Imobiliário – CCI	0,77	1,7
Certificado de Depósito Bancário – CDB	21,21	46,9
CDB subordinado	0,60	1,3
Certificado de Direito Creditório do Agronegócio – CDCA	0,12	0,3
Certificado de Recebível Imobiliário – CRI	0,75	1,7
Debêntures	13,68	30,3
Letra hipotecária	0,23	0,5
Nota promissória	0,68	1,5
Outros	2,81	6,2
Total de títulos privados	45,18	100,0

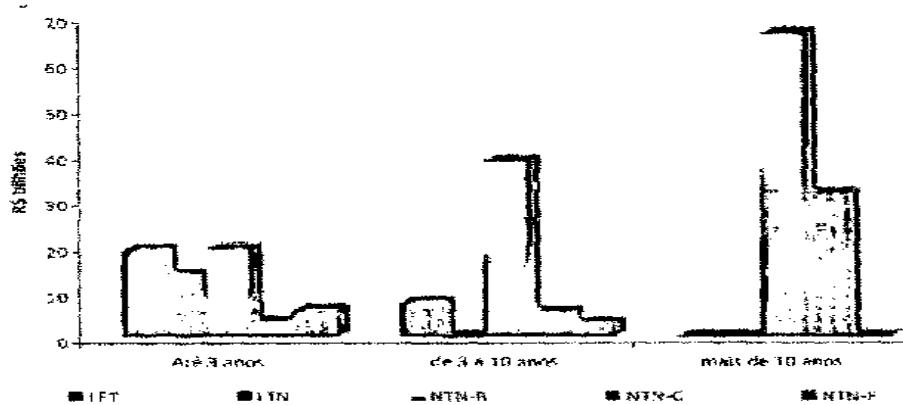
Fonte: Previe.

Os títulos públicos federais representam 44,6% dos investimentos dos fundos de pensão brasileiros. Destaca-se, conforme se observa na tabela 3, que a maior parte dos títulos, mais de 75% do valor total, está referenciada a índices de preços (NTN-B e NTN-C). Tal característica da carteira mostra que os gestores buscam relacionar os ativos aos seus compromissos atuariais.

Os títulos privados representam 9,4 % dos investimentos dos fundos de pensão brasileiros. Conforme se pode observar na tabela 3, a maior parte dos títulos são CDB (46,9%) e debêntures (30,3%).

A distribuição dos títulos públicos por prazo de vencimento (ver gráfico 7) também constitui importante informação sobre a gestão de investimentos dos fundos de pensão. Os títulos públicos, incluindo carteira própria e fundos de investimento, estão assim distribuídos: 28,6% vencem em até 3 anos; 25,5% têm vencimento entre 3 e 10 anos; e 45,9% têm prazo de vencimento superior a 10 anos.

Gráfico 7 – Títulos públicos por prazo de vencimento
(Valores em R\$ bilhões)



Fonte: Previc.

A tabela 4 mostra a rentabilidade dos investimentos das EPPC comparada à taxa mínima atuarial da maioria dos planos BD (INPC + 6% a.a.), bem como a alguns dos principais indicadores de renda fixa (DI / Selic) e de renda variável (Ibovespa). A rentabilidade nominal para o período 2003-2009 é de 223,3%. Nota-se que a performance dos investimentos dos fundos de pensão em 2009 (21,48%) tem uma relação direta com a expressiva valorização (70,4%) das ações no ano.

Tabela 4 – Rentabilidade dos fundos de pensão, no período de 2003 a 2009, em %.

Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Acumulado
Rentabilidade nominal	27,05	20,05	17,85	23,60	21,31	(1,27)	21,48	223,25
TMA (INPC + 6% a.a.)	17,01	12,50	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	121,77
Rentabilidade real	8,58	6,71	5,84	13,42	8,83	(14,29)	10,08	42,82
Ibovespa	97,33	17,81	27,71	32,93	43,65	(41,22)	70,43	467,94
DI / Selic	16,50	17,75	18,0	13,25	11,18	13,66	9,84	154,45

Fontes: Previc, IBCI, IPSE, Idata, Bovespa, FGTS, Cetip, Anbima.

Elaboração: Previc.

TMA = Taxa Mínima Atuarial.

Em comparação, os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE apresentaram uma rentabilidade média nominal dos fundos de pensão, até junho de 2009, de 3,5%.

III.4. Parâmetros Atuariais

Os principais parâmetros técnicos atuariais de um plano previdenciário, baseado no regime de capitalização, são a taxa de juros e a longevidade, este último estipulado pelas tábuas de mortalidade.

A taxa de juros, segundo o gráfico 8, utilizada para desconto dos compromissos futuros de pagamento das aposentadorias e pensões para os participantes e assistidos, ainda é, na grande maioria dos planos na modalidade de benefício definido, de 6% a.a (73,4%).

Gráfico 8 – Taxa de juros dos planos de benefícios BD

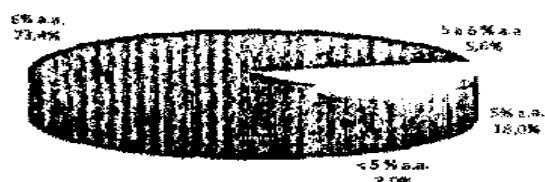
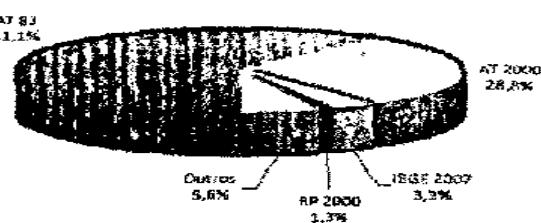


Gráfico 9 – Tábua de mortalidade dos planos de benefícios BD



Fonte: Previs/DRAL 2008

Os ganhos de longevidade da população brasileira, demonstrados pelas tábuas completas de mortalidade divulgadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram de 3,2 anos na última década – valor superior ao padrão europeu de 2,0 anos por década. Esses dados vêm reforçando a crescente preocupação dos fundos de pensão em atualizar essa hipótese atuaria para fazer frente ao crescimento das reservas matemáticas, necessárias para cobrir a nova configuração demográfica dos participantes e assistidos.

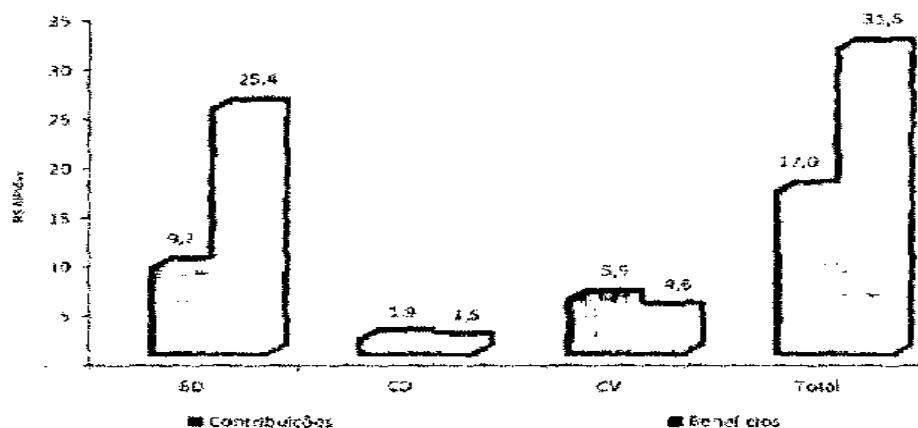
Os resultados apresentados pelo gráfico 9 demonstram a prevalência (61%) na utilização da tábua AT-83 (com expectativa de vida na idade de 60 anos – e_{60} – de 19,83 anos), seguida pela AT-2000 (com e_{60} de 23,38 anos) com percentual de 29%, pela tábua IBGE-2007 (e_{60} de 21,10 anos) utilizada no cálculo do fator previdenciário para concessão de benefícios no regime geral de previdência social, e pela tábua RP-2000 (com $e_{60,2009}$ de 24 anos).

III.5. Receitas e despesas

Com o histórico de mais de trinta anos de acumulação, o sistema de previdência complementar brasileiro apresenta-se em estágio de maturidade, ou seja, os benefícios pagos superam as contribuições vertidas aos planos de benefícios pelos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos. Em 2009, as EFPC receberam R\$ 17,0 bilhões de contribuições e pagaram R\$ 31,5 bilhões em benefícios previdenciários.

Os valores de contribuições e benefícios (ver gráfico 10), apurados por modalidade de plano de benefícios, evidenciam que os planos BD são maduros, com o valor dos benefícios superando o valor das contribuições. Já os planos das demais modalidades (CD e CV) ainda estão, na maioria dos casos, na fase de formação da poupança previdenciária.

Gráfico 10 – Contribuições e benefícios previdenciários, por modalidade de planos de benefícios, em 2009



Fonte: Previs (dados extraídos em março de 2010).

III.6. Custeio Previdenciário

A tabela 5 resume o custeio previdenciário dos planos de benefícios em 2009, destacando o percentual por tipo e por situação do plano de benefícios. Os percentuais representam a relação entre a contribuição dos patrocinadores aos fundos de pensão e o valor da folha de pagamento dos participantes dos planos de benefícios.

Tabela 5 – Taxa média de contribuição, por tipo de plano de benefícios, em 2009.

Tipo de Plano	Situação	Taxa de contribuição
Benefício Definido – BD	Manutenção	5,9 %
	Em extinção	9,9 %
	Global	7,6 %
Contribuição Definida – CD	Manutenção	4,4 %
	Em extinção	8,5 %
	Global	4,6 %
Contribuição Variável – CV	Manutenção	5,1 %
	Em extinção	5,7 %
	Global	5,0 %

Fonte: Previs (dados extraídos em março de 2010).

Com relação à contribuição dos participantes e assistidos para os planos de benefícios, os percentuais verificados em 2009, em relação às próprias remunerações, são os seguintes: 4,1% para participantes de planos BD; 3,9% para participantes de planos CD; e 4,1% para participantes de planos CV.

III.7. Despesas Administrativas

As despesas administrativas em 2009, como percentual das contribuições, dos recursos garantidores dos planos de benefícios ou do fluxo primário (soma das contribuições e dos benefícios previdenciários) apresentaram reduções quando comparados com as despesas administrativas dos fundos de pensão em 2008, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6 – Despesas administrativas, como percentual das contribuições, dos recursos garantidores e do fluxo primário, em 2008 e 2009.

Descrição	2008	2009
Despesas sobre contribuições (taxa de carregamento)	16,00%	14,90%
Despesas sobre recursos garantidores (taxa de administração)	0,76%	0,70%
Despesas sobre fluxo (contribuições + benefícios)	7,28%	6,91%

Fonte: Previc (dados extraídos em março de 2010).

Nota: Os percentuais representam a médiana do sistema, excluídos os planos em regimes especiais.

Para as EFPC multipatrocinadas, pelas próprias características de administração de um maior número de planos de benefícios, o nível das despesas administrativas, em 2009, foi menor que a média em geral dos fundos de pensão, atingindo o percentual de 9,76% para a taxa de carregamento e 0,58% para a taxa de administração.

IV. Organização e Funcionamento da SPC

A SPC, enquanto órgão singular e específico do Ministério da Previdência Social, teve como atribuições principais:

- supervisionar, fiscalizar, coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas com o regime de previdência complementar operado pelas EFPC;
- propor as diretrizes básicas para o regime de previdência complementar, operado pelas EFPC;
- assegurar aos participantes e assistidos de planos de benefícios, operados por EFPC, o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios; e
- autorizar a constituição, o funcionamento, a fusão, a cisão, a incorporação, o grupamento e a transferência de controle das EFPC, examinar e aprovar os estatutos das referidas entidades e os convênios de adesão celebrados por patrocinadores e por instituidores, bem como autorizar a retirada de patrocinadores, as transferências de patrocínio, de grupos de participantes, de planos e de reservas das EFPC.

Pelo Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, a SPC possuía cinco departamentos: Departamento de Fiscalização – Defis; Departamento de Análise Técnica – Detec; Departamento de Monitoramento e Controle – Democ; Departamento de Relações Institucionais e Organização – Derin; e Departamento de Legislação e Normas – Deleg.

Na linha de frente do órgão de supervisão, têm-se as atividades de fiscalização e de autorização, exercidas até então pelo Defis e pelo Detec, respectivamente. Na área intermediária de análise e monitoramento, estão as atividades de controle, acompanhamento e exame contábil, atuarial, financeiro e jurídico, que eram exercidas pelo Democ e Deleg. Por fim, na parte de cadastro e tecnologia da informação que recepciona, armazena e organiza as informações remetidas pelas EFPC, encontrava-se o Derin.

IV.1. Planejamento

A SPC realizou uma Oficina de Planejamento Estratégico, no dia 3 de abril de 2009, para definir a estratégia de atuação referente ao exercício. O evento reuniu os funcionários da Secretaria, e os trabalhos foram realizados de forma participativa e consensual.

Desse encontro extraiu-se a Linha de Direção a ser seguida pela SPC, formada por cinco grandes direcionadores estratégicos:

- (i) organização e funcionamento do órgão de fiscalização;
- (ii) supervisão baseada em riscos;
- (iii) educação previdenciária;
- (iv) regras de solvência; e
- (v) licenciamento dos planos de benefícios.

O planejamento da SPC apontou como prioridade máxima a aprovação do então PL nº 3.962, de 2008, que criava a Previc como forma de consolidação dos avanços obtidos nos últimos anos de atividade da Secretaria, e como fortalecimento institucional na regulação e supervisão dos fundos de pensão no Brasil.

IV.2. Fiscalização Externa

Anualmente o órgão de supervisão dos fundos de pensão tem passado por fiscalizações dos órgãos de controle dos Poderes Executivo (CGU) e Legislativo (TCU).

Em 2009, pela Controladoria Geral da União – CGU foi realizada uma auditoria de gestão (em Solicitação de Auditoria – SA nº 224744/2009 e Ordem de Serviço – OS nº 233972/2009) e a instauração de dois processos administrativos disciplinares (PAD/CGU nº 00190.022053/2008-57 e PAD/SE-MPS nº 44000.000829/2009-24). O relatório anual de contas da SPC encontra-se no sítio eletrônico do Ministério da Previdência Social (<http://www.previdencia.gov.br/spc.php>).

Pelo Tribunal de Contas de União – TCU foi realizado um levantamento de registro fiscal perante a Secretaria de Previdência Complementar (Acórdão nº 1702/2009 – Plenário TC15303/2009-9).

IV.3. Quadro de pessoal

A SPC contava com um quadro de pessoal reduzido (tabela 7), tendo em vista as inúmeras atribuições e responsabilidades legais de supervisão do sistema de previdência complementar. O corpo técnico era formado por servidores públicos de oito carreiras diferentes do serviço público, além dos colaboradores externos e dos profissionais terceirizados totalizando, em 2009,

201 profissionais. Em dezembro de 2009, os servidores de carreiras ocupavam 81% dos cargos comissionados da SPC – percentual acima do estipulado pelo Decreto nº 5.497, de 2005 –, confirmando a constante preocupação com a maior retenção de competências técnicas dentro da administração pública e consequente profissionalização, constituindo-se fator de fortalecimento e continuidade da aplicação das políticas do Estado.

Tabela 7 – Quadro de pessoal, por departamento da SPC, em 2008 e 2009.

Descrição	2008	2009	GAB	Desin	Detec	Democ	Deleg	Defis
1. Servidores ativos do quadro próprio da SPC/MPS	37	40	5	16	9	5	0	5
2. Pessoal requisitado em exercício na Unidade, com ônus (Banco do Brasil, CEF)	2	2	1	0	1	0	0	0
3. Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus (RFB/MF, Bacen, Dataprev, INSS, AGU e MPOG)	122	111	2	5	4	5	4	91
4. Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo (DAS – Direção e Assessoramento Superior)	11	10	4	2	4	0	0	0
Subtotal	172	163	12	23	18	10	4	96
5. Pessoal terceirizado + estagiários + adolescente Trabalhador (CESAM)	38	38	4	19	4	2	2	7
Total	210	201	16	42	22	12	6	103

Fonte: Previs.

IV.4. Capacitação

A capacitação é um fator relevante no aprimoramento constante dos servidores do órgão supervisor e fiscalizador, tendo em vista a complexidade do tema previdência complementar, que abrange desde aspectos contábeis, atuariais e jurídicos, até operações financeiras no mercado de opções e outros derivativos, além de questões relativas à governança e controles internos das EFPC.

Nesse contexto, a SPC elaborou plano de capacitação considerando as finalidades previstas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal – direta, autárquica e fundacional.

As atividades de capacitação impactam na melhoria das análises técnicas, na formação dos profissionais que atuam na fiscalização, na geração de conhecimento próprio dentro da instituição e no desenvolvimento pessoal dos servidores.

Em 2009, os servidores da SPC participaram dos congressos e seminários internacionais, nas áreas de previdência e do mercado financeiro e de capitais (renda fixa, fundos de investimentos, direito do mercado de capitais, fundos de participação).

Os cursos, que contaram com participação de servidores da SPC, versaram sobre os seguintes temas: derivativos; gestão de risco; mercado de ações, apreçoamento de ativos financeiros; ética pública; formação de gestores públicos; e gestão estratégica.

A SPC deu também continuidade ao programa Ciclo de Debates, que teve por objetivo discutir e disseminar temas relacionados com o regime de previdência complementar, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos servidores. A tabela a seguir resume as palestras realizadas no ano:

Tabela 8 – Ciclo de Debates realizados na SPC, em 2009.

Mês	Tema	Instituição palestrante
Março	Passivo atuarial	Consultoria atuarial
Abri	Despesas administrativas	EFPC multiparcionada
Maio	Fusão, cisão e incorporação nos fundos de pensão	Escritório de advocacia
Junho	O funcionamento de uma EFPC	EFPC

Fonte: *Previc*

Ainda como forma de acompanhar o desenvolvimento da previdência complementar no mundo foi elaborado com periodicidade quinzenal o “*Clipping de Notícias – SPC Internacional*”, pautado nas melhores fontes informativas nacionais e internacionais relacionadas com a regulação e supervisão dos fundos de pensão. O *clipping* contém notícias divulgadas pela mídia internacional, mas também interpretação e análise dos fatos.

O *clipping* foi e continua sendo importante fonte de informação para as pesquisas realizadas no processo de atualização normativa, oferecendo oportunidade para o conhecimento das mudanças ditadas pelos órgãos internacionais, bem como das reações de governos e de sistemas de previdência à dinâmica dos mercados.

V. Previc

A SPC privilegiou, em 2009, o encaminhamento e o acompanhamento do Projeto de Lei 3.962, de 2008 (depois no Senado Federal, o PLC nº 136, de 2009), que culminou com a aprovação e a publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, criando a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

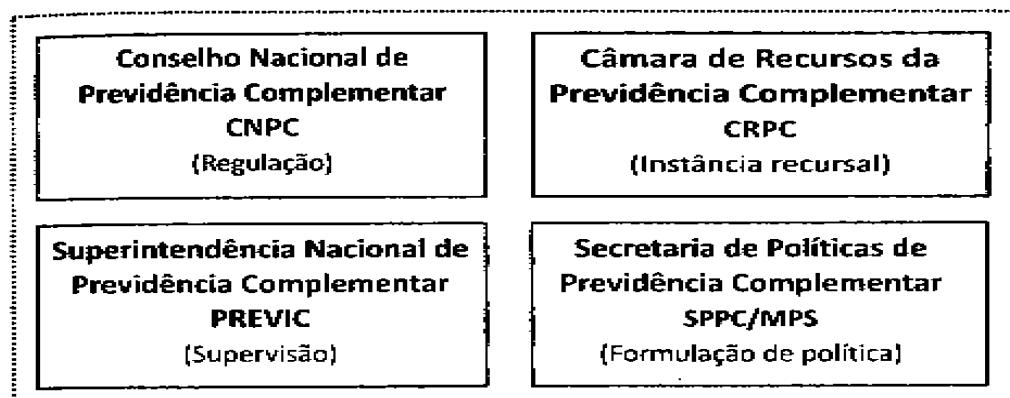
O acompanhamento incluiu a preparação de dados e informações necessários ao andamento do referido projeto de lei, dentre eles a revisão e as sugestões relativas ao texto do projeto, assim como a estimativa de custos da autarquia e a projeção das receitas oriundas da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – Tafic.

Após a publicação da Lei, trabalhou-se na elaboração dos Decretos nºs 7.075 e 7.078, ambos de 26 de janeiro de 2010, que tratam das estruturas da Previc e do Ministério da Previdência Social – MPS, inclusive da Secretaria de Política de Previdência Complementar – SPPC.

A regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, ambos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Previdência Social, veio com o Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010.

A figura 1 explica a função dos órgãos que compõem o regime de previdência complementar no País após a publicação dos instrumentos legais mencionados.

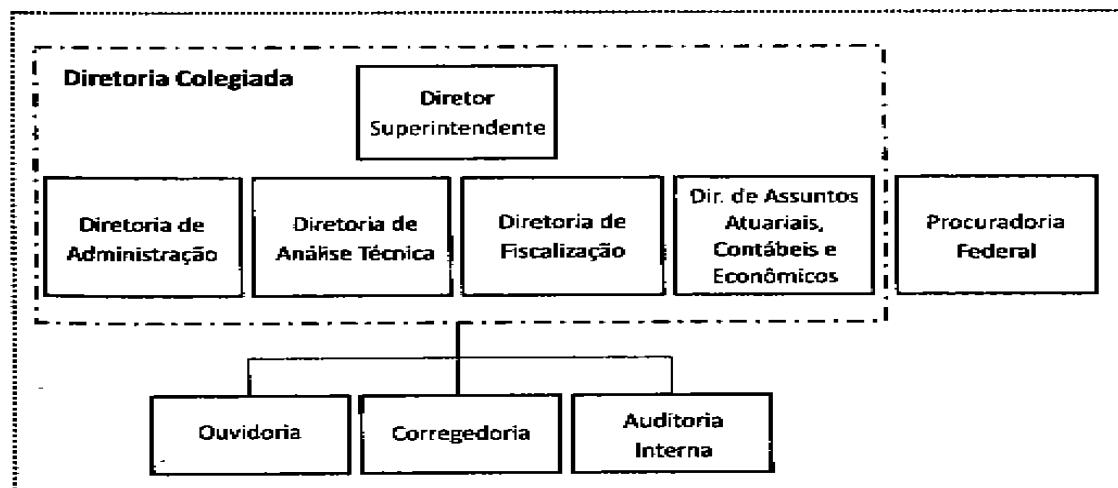
Figura 1 – Estrutura da Previdência Complementar no Brasil



Fonte: Decretos nº 7.075, 7.078 e 7.123, de 2010.

A Previc – autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Previdência Social – é responsável pela supervisão do regime de previdência complementar operado pelas EFPC. A autarquia é dirigida por uma diretoria colegiada, conforme mostra a figura 2. A Previc possui uma procuradoria federal e sua estrutura inclui ainda a ouvidoria, a corregedoria e a auditoria interna.

Figura 2 – Organograma da Previc



Fonte: Decreto nº 7.075, de 2010.

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, que exercia as funções de órgão regulador e de julgamento de recursos das EFPC, foi assim dividido: Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão regulador e, Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, órgão de julgamento final dos processos na instância administrativa dos recursos interpostos pelos dirigentes e EFPC, contra decisão da diretoria colegiada da Previc.

A Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC, órgão da estrutura do Ministério da Previdência Social, criada a partir da Lei nº 12.154, de 2009, tem como atribuição formular e acompanhar as políticas e diretrizes do regime de previdência complementar operadas pelos fundos de pensão. Cabe à SPPC, igualmente, propor ao CNPC a edição de normas relativas ao regime de previdência complementar, avaliar seus impactos e fomentar o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais. A SPPC exerce ainda as funções de secretaria-executiva do CNPC e da CRPC.

Finalmente, a CRPC tem como objetivo apreciar e julgar, encerrando a instância administrativa, os recursos interpostos contra decisão da diretoria colegiada da Previc. O CNPC e a CRPC são integrados por membros do governo e das associações de entidades, patrocinadores, instituidores e participantes das EFPC, o que evidencia maior controle e participação social.

VI. Fórum Global OCDE/IOPS sobre Previdência Privada

Realizado nos dias 14 e 15 de outubro, o Fórum Global sobre Previdência Privada na América Latina, organizado pela SPC, pela OCDE e pela IOPS reuniu reguladores e supervisores de fundos de pensão de 39 países para discutir o sistema de previdência complementar na América Latina.

O evento debateu temas relacionados com o sistema de previdência privada, dentre os quais se destacaram: “A Crise Econômico Financeira nos Sistemas de Previdência Latino-Americanos”; “Adequação da Poupança Previdenciária nos Planos CD – Contribuições e Cobertura”; e “Compartilhamento de Riscos nos Planos BD Híbridos”.

A Conferência discutiu ainda a adequação da poupança e da cobertura a novas abordagens de ciclo de vida dos investimentos. Os principais desafios visualizados foram a adoção de medidas destinadas a reduzir a volatilidade e a necessidade de instrumentos para fornecer maior flexibilidade na fase de pagamento dos benefícios.

Durante o fórum, foi feita uma apresentação sobre a previdência complementar brasileira, a partir de um estudo realizado por Colin Pugh, especialista mundial em previdência complementar e estudioso dos fundos de pensão brasileiros.

Os representantes da OCDE e da IOPS confirmaram, durante o evento, o importante e desafiante papel que a introdução da Supervisão Baseada em Riscos (SBR) significa para o futuro do sistema de fiscalização dos fundos de pensão. Também foi destacado que um órgão regulador e supervisor independente é um importante passo na direção da consolidação do sistema de previdência complementar fechado.

VII. Concurso de Monografias

Com a finalidade de incentivar a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos na área de previdência complementar, foi realizado, em 2009, o 2º Prêmio de Monografias sobre Previdência Complementar, promovido pela SPC, pela Fundação Anfip de Seguridade Social e pelo sistema Abrapp/Sindapp/ICSS.

O 2º Concurso de Monografias, que manteve as regras estabelecidas no concurso anterior (trabalho inédito, tratando de tema atual e consonante com as diretrizes da política de previdência complementar), trouxe os seguintes temas:

- a relevância dos programas de educação financeira e previdenciária para o fomento da previdência complementar;
- certificação de dirigentes de entidades fechadas de previdência complementar – processo ou importância para os participantes de planos de benefícios;
- desafios para a estruturação dos órgãos de governança da regulação e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar;
- a defesa do contrato previdenciário; e
- gestão de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar em ambiente de taxa de juros decrescentes.

Os 25 trabalhos inscritos foram avaliados e selecionados segundo análise objetiva, com base nos seguintes critérios: adequação ao tema do concurso; desenvolvimento, conclusão e fechamento do tema; relevância e atualidade da abordagem, correção, clareza, concisão e objetividade da linguagem escrita; qualidade do conteúdo quanto à criatividade e quanto à apresentação de evidências; e grau de aderência entre o tema proposto e os resultados alcançados.

Em primeiro lugar foi classificado o trabalho de Marcele Caroline Maciel de Alencar, assessora jurídica da Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce, sediada em Fortaleza-CE, com a monografia “Defesa do contrato previdenciário das entidades fechadas de previdência complementar: aspectos jurídicos relevantes e proposições”, referente ao tema “A defesa do contrato previdenciário”.

Em 2º lugar ficou Magda Cristiane Monteiro Guimarães, economista e técnica previdenciária da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais –

Previminas, de Belo Horizonte-MG, que, a partir do tema “A relevância dos programas de educação financeira e previdenciária para o fomento da previdência

complementar”, destacou-se com o trabalho “Estudo do programa de educação financeira e previdenciária nas entidades fechadas de previdência complementar”.

E, finalmente, o 3º lugar, escrevendo também sobre o tema “A defesa do contrato previdenciário”, foi dado a Renato Marchena do Prado Pacca, advogado e gerente do contencioso da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, do Rio de Janeiro-RJ. Ele compôs a monografia “A defesa da natureza civil do contrato previdenciário perante o STF por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental”.

A Comissão Julgadora conferiu ainda uma menção honrosa ao trabalho de Flávia Sommerlatte Silva, denominado “Tendências e projeção da mortalidade do município de São Paulo – 1920 a 2100”. Ela é atuária da Unimed-BH (instituidora de plano previdenciário na Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros) e mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG de Belo Horizonte-MG.

VIII. Licenciamento e Autorização

É atribuição do órgão de supervisão das EFPC, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001, a autorização prévia e expressa para:

- a constituição e o funcionamento da entidade fechada, bem como a aplicação dos respectivos estatutos, dos regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;
- as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas;
- as retiradas de patrocinadores; e
- as transferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas.

Em 2009 foram autorizadas duas novas entidades, 38 novos planos de benefícios e 258 novos patrocinadores e instituidores, conforme podemos verificar a seguir:

EFPC (duas)

Patrocinador – uma entidade

- Sociedade Previdenciária 3M – Preveme II

Instituidor – uma entidade

- Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPEV

Planos de Benefícios (38)

Planos de benefícios patrocinados – 31 planos

- Plano de Aposentadoria AIBELPREV – CNPB nº 2009.0001-29
- Plano de Benefícios GTMPREV – CNPB nº 2009.0002-18
- Plano de Benefícios AHLSTROM VCP – CNPB nº 2009.0004-47
- Plano de Previdência Perdigão – CNPB nº 2009.0005-11
- Plano de Benefícios Visão Multi – CNPB nº 2009.0008-38
- Plano de Benefícios Previdenciários CIASC – CIASCPREV – CNPB nº 2009.0009-19
- Plano de Benefícios Santa Maria II – CNPB nº 2009.0010-11
- Plano de Benefícios Cidasc-FlexCeres – CNPB nº 2009.0011-92
- Plano MM PREV – CNPB nº 2009.0012-65
- Plano de Benefícios BANRISULPREV – CNPB nº 2009.0013-38
- Plano de Previdência TGB – CNPB nº 2009.0014-19
- Plano de Aposentadoria Banco Honda – CNPB nº 2009.0015-83
- Plano de Benefícios Novo Nordisk Produção – CNPB nº 2009.0016-56
- Plano de Pecúlio – CNPB nº 2009.0017-29
- Plano de Aposentadoria Andritz – CNPB nº 2009.0018-18
- Plano de Aposentadoria CD XPrev – CNPB nº 2009.0020-83
- Plano de Benefícios HCPA Prev – CNPB nº 2009.0021-56
- Plano de Benefícios Arysta Prev – CNPB nº 2009.0022-29
- Plano de Previdência Guarani Prev – CNPB nº 2009.0023-18
- Plano BD Itaú – CNPB nº 2009.0025-47
- Plano CD Itaú – CNPB nº 2009.0026-11
- Plano Itaúbanco CD – CNPB nº 2009.0028-65
- Plano EPE – CNPB nº 2009.0029-38
- Plano de Benefícios ICLPREV – CNPB nº 2009.0031-11
- Plano de Contribuição Variável – PCV – CNPB nº 2009.0032-92
- Plano PREVIFIEA – CNPB nº 2009.0033-65
- Plano CD de Benefícios – CNPB nº 2009.0034-38
- Plano de Aposentadoria CD Previ-Continental – CNPB nº 2009.0035-19
- Plano de Benefícios ExxonMobil 1 – CNPB nº 2009.0036-83
- Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD Eletrosul – CNPB nº 2009.0037-56

- Plano de Previdência Complementar Fibraprev – CNPB nº 2009.0038-29

Planos de benefícios instituídos – sete planos

- Plano PreviContas – CNPB nº 2009.0003-74
- Plano FENAJprev – CNPB nº 2009.0006-92
- Plano de Benefícios instituído pela Associação Beneficente dos Aposentados da Copene/Braskem – Abaco-Polo e o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia – CNPB nº 2009.0007-65
- Plano PREV-ESTAT – CNPB nº 2009.0019-74
- Plano de Benefícios SBOTPrev – CNPB nº 2009.0024-74
- Plano CRCPrev – CNPB nº 2009.0027-92
- Plano Previtália – CNPB nº 2009.0030-47

VIII.1. Análise Prévia Eletrônica

Os processos de autorização tornaram-se ainda mais ágeis durante o ano de 2009, com a implantação da análise preliminar por meio eletrônico, prevista na Instrução nº 30, de 19 de março de 2009. O encaminhamento e a análise dos requerimentos ordinários de aplicação de regulamentos e convênios de adesão e suas alterações, assim como modificações de estatutos, estão obrigatoriamente sujeitos ao processamento preliminar eletrônico.

A implantação da Análise Prévia Eletrônica, bem como a eliminação do envio inicial dos requerimentos por meio papel, trouxe os seguintes benefícios para o sistema de previdência complementar:

- celeridade no envio e tramitação dos pedidos, com a consequente diminuição no prazo de respostas das demandas;
- redução do número de reuniões realizadas com a participação da equipe técnica do órgão de supervisão e as EFPC durante o período de análise dos requerimentos;
- redução das despesas com impressão e postagem de documentos; e
- redução do volume de documentação arquivada em meio físico (papel) no órgão de supervisão, tendo em vista que somente a versão aprovada é arquivada nesse meio.

A tabela 9 resume as autorizações concedidas, em 2009, pelo Detec. Os números mostram que, mesmo no período subsequente à crise econômica mundial, as empresas mantiveram os projetos de criação de novos planos de benefícios. O menor número de autorizações concedidas no último ano, se comparado ao exercício anterior, confirma que o sistema de previdência complementar brasileiro vem se consolidando. A evolução recente tem demonstrado que a expansão do sistema se dará mais pela criação de novos planos e menos pelo surgimento de novos fundos de pensão.

Tabela 9 – Autorizações efetuadas pela SPC (criação e alteração de estatutos de EFPC; criação, cisão, fusão, alteração de regulamento e transferência de gerenciamento de planos de planos de benefícios; convênio de adesão, aditivos e retirada de patrocínio), em 2008 e 2009.

Descrição	2008	2009	Variação (%)
I. EFPC	59	39	(33,9)
Criação de novas entidades	8	2	5,0
Alteração de estatuto	51	3	2,5
II. Planos de benefícios	424	243	(42,7)
Criação / implantação de novos planos	31	28	(9,7)
Alteração de regulamento	353	186	(47,3)
Cisão de planos	15	11	(26,7)
Fusão de planos	4	3	(25,0)
Transferência de gerenciamento	21	15	(28,6)
III. Patrocinador ou Instituidor	456	363	(20,4)
Convênio de adesão (novos)	324	258	(20,4)
Termo aditivo ao convênio de adesão	71	77	8,5
Retirada de patrocínio	61	28	(54,1)
Total	939	645	(31,3)

Fonte: Previs.

Com relação às adequações dos regulamentos dos planos de benefícios à Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, foram recebidas, até o encerramento de 2009, 787 processos, dos quais 718 já estão aprovados, restando 69 para adequação.

Em 2009, foram apresentados 68 pedidos de retiradas de patrocínio, 28 dos quais foram aprovados, restando 40 processos entre retornos de exigências e processos pendentes de análise.

VIII.2. Prazos de análise

A Instrução SPC nº 30, de 2009, atendendo ao pleito das próprias EFPC, redefiniu e complementou os prazos para o exame dos processos no âmbito da SPC, anteriormente estabelecidos pela Instrução nº 12, de 11 de maio de 2006. A tabela evidencia a redução nos prazos de atendimento, em dias úteis.

Tabela 10 – Tempo médio (em dias úteis) de atendimento dos processos de autorização da SPC, em 2008 e 2009.

Descrição	Tempo máximo (Instrução nº 30, de 2009)	2008	2009	Variação 2009/2008 (%)
I. EFPC				
Criação de novas entidades	35 ou (15)	27,56	11,75	(57,4)
Alteração de estatuto	35	27,38	27,05	(1,2)
II. Planos de benefícios				
Criação/Implantação de novos planos	20 ou (7)	20,02	18,00	(10,1)
Alteração de Regulamento	30	27,85	28,67	2,9
Reorganização societária	35	22,40	31,32	39,8
Transferência de Gerenciamento	25	15,61	14,03	(10,2)
III. Patrocinador ou Instituidor				
Convênio de adesão (novos)	15	17,80	15,38	(13,6)
Alteração de convênio de adesão	20	18,55	17,35	(5,5)
Tempo médio	-	22,12	20,44	(7,6)

Fonte: Previs.

Nota: Os prazos da Instrução nº 30, de 2009, colocados entre parênteses se referem a modelos certificados.

VIII.3. Ações em curso

Está em desenvolvimento, no âmbito do processo de autorizações, a revisão do roteiro de análise técnica, que contempla os entendimentos consolidados sobre matérias de regulamento, estatuto e convênios de adesão, dentre outros. Também no exercício de 2009 foi dispensada atenção especial à adequação dos planos vinculados a entidades ligadas ao Regime Jurídico Único – RJU.

IX. Fiscalização

A fiscalização é atividade fim do órgão de supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. O Departamento de Fiscalização – Defis, responsável pela atividade, possuía escritórios de supervisão em seis cidades.

A fiscalização contava ainda com o Comitê de Orientação e Consulta – COC, composto pelo Diretor, pelo Coordenador-Geral de Fiscalização Direta e pelos chefes dos escritórios. Esse Comitê, mantido após a criação da Previc, delibera, com orientação convergente, sobre as consultas referentes à aplicação do regime disciplinar administrativo, destinado à apuração de responsabilidade por infração à legislação, no âmbito do regime de previdência complementar. Em 2009, foram realizadas oito reuniões do COC, nas quais foram apresentadas 31 consultas.

A tabela a seguir detalha a abrangência geográfica, o número de auditores lotados, o número de EFPC e de planos de benefícios de cada escritório de supervisão, bem como o tempo médio das fiscalizações “in loco” em 2009, que apresentou redução de 27% em relação ao ano anterior.

Tabela 11 – Distribuição de auditores fiscais, EFPC e planos de benefícios por escritório de supervisão, e tempo médio das fiscalizações (em dias corridos), em 2009.

Descrição	DF	MG	PE	SP	RJ	RS	Soma
Estados	AC, AP, DF, RR e TO	AM, BA, ES, GO, MG, MS, MT, PA	AL, CE, MA, PB, PI, PE, RN, RO e SE	SP	RJ	PR, SC e RS	
Auditores (1)	02	13	02	15	25	14	71
EFPC (2)	24	32	24	119	44	52	295
Planos (3)	103	62	37	441	163	103	909
Tempo médio de fiscalização (em dias)							
2008	240	94	67	83	103	65	108
2009	137	91	66	65	93	65	78

Fonte: Previc.

(1) Número de auditores em março/2010.

(2) Exclui as EFPC em regimes especiais de fiscalização.

(3) Exclui os planos que não mais apresentam atividades previdenciárias e que se enquadram no RJU.

IX.1. Programa Anual de Fiscalização – PAF

A Coordenação Geral de Planejamento da Ação Fiscal – CGPA é responsável pela elaboração, acompanhamento, atualização e revisão do Programa Anual de Fiscalização – PAF. O programa constitui-se no planejamento das fiscalizações diretas a serem desenvolvidas no exercício seguinte. A seleção dos planos de benefícios que serão fiscalizados é feita a partir de critérios objetivos, dentre os quais os recursos disponíveis.

Esses critérios são baseados em dados cadastrais, contábeis (balancetes), atuariais e de investimentos, incluindo dados oriundos das centrais de custódia (Cetip, Selic, BM&FBovespa), além de denúncias e representações.

O programa de supervisão é construído a partir da análise de fatores de riscos – como déficit/superávit, dívidas, contingências, aplicações financeiras e premissas atuariais – que podem comprometer o alcance dos objetivos, observado o porte, a complexidade e a modalidade de plano de benefícios operado pelas EFPC. Informações qualitativas de riscos tais como gestão, governança e qualificação dos dirigentes também são consideradas, como elementos afirmativos, no programa de supervisão.

As EFPC fiscalizadas em exercícios anteriores permanecem sob supervisão contínua, para acompanhamento das recomendações e determinações do órgão fiscalizador.

A execução do programa propriamente dita é realizada pelos escritórios de supervisão, sob coordenação e supervisão da Coordenação-Geral de Fiscalização Direta – CGFD.

Em 2009, a CGFD organizou os procedimentos a serem utilizados nas fiscalizações diretas. Esses procedimentos consistem em subsídios importantes para as equipes de fiscais e incluem a disponibilização de diversas informações, tais como: legislação aplicável; consultas disponíveis em sistema de dados; e técnicas de auditoria recomendadas. Esses procedimentos contribuíram substancialmente para a uniformização dos relatórios fiscais.

Cabe destacar também o uso de comunicados eletrônicos com o objetivo de tornar mais célere a orientação aos escritórios de supervisão.

No exercício de 2009, conforme demonstrado na tabela a seguir, foram iniciadas 104 fiscalizações diretas, número que representa 99% do programado. A fiscalização não iniciada, por motivos externos à SPC, será incorporada ao PAF 2010. As 101 ações fiscais concluídas no ano representam 96,2% do total programado.

Tabela 12 – Fiscalizações diretas: programadas, iniciadas e concluídas em 2009.

Escritório	Programadas (*) (A)	Iniciadas (B)	% (B)/(A)	Concluídas (C)	% (C)/(A)
Distrito Federal	14	13	92,8	12	85,7
Minas Gerais	11	11	100,0	10	90,9
Pernambuco	08	08	100,0	07	87,5
Rio de Janeiro	40	40	100,0	40	100,0
Rio Grande do Sul	18	18	100,0	18	100,0
São Paulo	14	14	100,0	14	100,0
Total	105	104	99,0	101	96,2

Fonte: Previs.

Nota: (*) 86 planos selecionados no PAF 2009; e 19 são remanescentes (em andamento) do PAF 2008.

As fiscalizações concluídas em 2009 foram realizadas em planos de benefícios com patrocínio público (37%) e privado (63%), sendo 62% da modalidade benefício definido, 26% de contribuição variável e 12% de contribuição definida. Essas fiscalizações atingiram uma população de 1,1 milhões de participantes e assistidos e um patrimônio total de R\$ 284,4 bilhões.

A tabela 13 resume as ocorrências verificadas pela fiscalização, em 2009. Como ocorrência entende-se as conclusões realizadas pela fiscalização para cada um dos pontos verificados nos planos auditados, que são determinações, recomendações, aplicação do Decreto nº 4.942, de 2003, e a lavratura do auto de infração.

Tabela 13 – Ocorrências verificadas nas fiscalizações concluídas em 2009.

Escritório	EPPC	Planos de benefícios	Dirigentes auditados	Autos de Infração		Determinação	Recomendação	Aplicação do Decreto nº 4.942/2003 (art. 22 § 2º)	Em análise	Não detectadas irregularidades	Total	% em relação ao total
				PAF 2009	Supervisão Contínua							
Distrito Federal	8	12	21	6	0	59	38	3	0	47	153	13,3
Minas Gerais	8	10	0	0	0	110	39	20	4	31	214	17,7
Pernambuco	6	7	26	1	3	73	37	17	0	7	138	12,0
Rio de Janeiro	23	40	0	0	0	172	92	11	3	79	357	31,0
Rio Grande do Sul	10	18	54	1	11	94	16	5	0	53	180	15,6
São Paulo	12	14	0	0	0	17	6	0	2	95	120	10,4
Total	67	101	101	8	14	525	228	56	9	312	1.152	–
% em relação ao total	–	–	–	0,7	1,2	45,6	19,8	4,9	0,8	27,1	–	–

Fonte: Previs.

A análise dos dados mostra que a maior parte das ocorrências são determinações (45,6%) e recomendações (19,8%). Quanto aos assuntos relacionados, destaca-se:

a) Determinações

- 38% sobre questões previdenciárias (exemplos: cumprimento do plano de custeio, regularidade na concessão de benefícios);
- 33% sobre governança corporativa (exemplos: relatórios de controle internos do conselho fiscal, estrutura organizacional da EFPC);
- 22% sobre investimentos (exemplo: processo de análise de ativos); e
- 7% sobre assuntos diversos.

b) Recomendações

- 21% sobre questões previdenciárias;
- 43% sobre governança corporativa;
- 29% sobre investimentos; e
- 7% sobre assuntos diversos.

c) Autos de Infração

As motivações para a emissão dos 22 autos de infração foram as seguintes:

- 11 AI emitidos por aplicação de recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com a legislação;
- quatro AI emitidos por descumprimento de cláusula do estatuto;
- dois AI emitidos por falta de providências para apuração de responsabilidades;
- um AI emitido pelo uso de tábua de mortalidade não aderente à massa do plano de benefício;
- um AI emitido pela instituição ou manutenção de estrutura organizacional em desacordo com a forma determinada pela legislação;
- um AI emitido pela apuração do resultado superavitário do exercício, bem como pela constituição das reservas de contingência e especial, em desacordo com a legislação;
- um AI emitido pela prestação de serviços fora do âmbito do objeto das entidades fechadas de previdência complementar; e
- um AI emitido por violação de outros dispositivos das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 2001.

Os resultados da fiscalização, nos dois últimos anos, incluindo fiscalizações diretas (*in loco*) e supervisão contínua, mostram a efetividade do trabalho (“efeito sentinelas”) e o caráter orientativo das atividades da SPC. Houve redução no número de autos emitidos, contrapondo-se ao aumento no número de recomendações. As recomendações induzem a adoção das melhores práticas de gestão nas EFPC fiscalizadas.

Os gráficos 11 e 12 mostram a participação relativa entre as principais ocorrências (determinação, recomendação, emissão de autos de infração e aplicação do art. 22 do Decreto nº 4942, de 2003) verificadas em 2008 e 2009. Observa-se que, em 2009, as determinações e recomendações responderam por 90% dessas ocorrências.

Gráfico 11
Principais ocorrências, em 2008

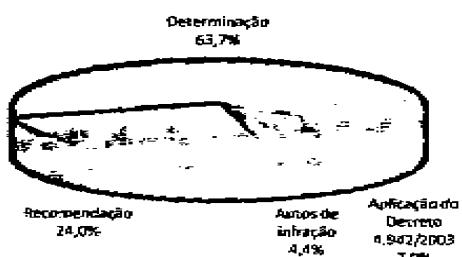
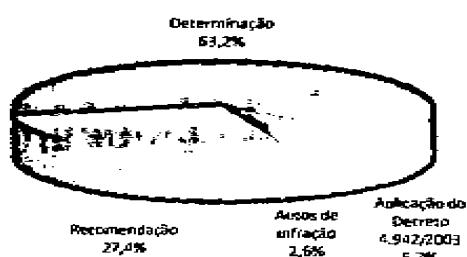


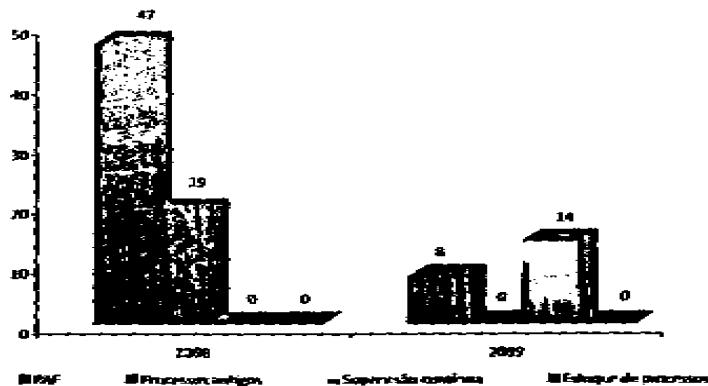
Gráfico 12
Principais ocorrências, em 2009



Fonte: Previs.

A análise do gráfico 13, que resume a origem dos autos de infração emitidos nos anos de 2008 e 2009, mostra o trabalho da fiscalização e dos julgamentos realizados pela SPC. Houve significativa redução na emissão de autos decorrentes da execução do PAF, e daqueles decorrentes dos esforços feitos para eliminação do estoque de processos em julgamento ou do acompanhamento dos planos de benefícios por meio da supervisão contínua.

Gráfico 13 – Autos de infração emitidos, na execução do PAF, na análise de processos antigos ou na realização da supervisão contínua, e estoque de processos em 31 de dezembro, em 2008 e 2009.



Fonte: Previs.

Outro indicador importante da fiscalização diz respeito à apuração de denúncias e representações feitas pelos atores (participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores) do sistema de previdência. Em 2009 foram apuradas 182 denúncias, o que representa um aumento de 528% em relação ao ano anterior, evidenciando o trabalho desenvolvido pela fiscalização da SPC em atendimento às demandas da sociedade brasileira.

Tabela 14 – Denúncias recebidas e apuradas pela SPC, em 2008 e 2009.

Ano	Estoque	Recebidas	Apuradas
2008	74	114	29
2009	159	126	182
Jan/2010	103	–	–

Fonte: Previs.

IX.2. Ações Fiscais

Em 2009, o Departamento de Fiscalização realizou uma ação fiscal mais intensiva sobre os planos de benefícios, sobretudo na modalidade de benefício definido, conforme mostra a tabela 15, relacionada com os prolongados problemas de déficits não equacionados, contribuições em atraso, dívidas das patrocinadoras e porte do plano e da EFPC.

Tabela 15 – Relação dos planos de benefícios (nº CNPB) com ação fiscal em acompanhamento pela SPC no ano de 2009 (valores em R\$).

Nº	CNPB	Resultado	Investimentos	Dívida	PM a constituir
1	1978000529	(1.453.757.843,36)	263.391.056,13	163.199.025,40	177.796.888,47
2	1983000183	(634.498.735,55)	840.268.679,02	106.799.969,88	136.020.819,58
3	1981001492	(625.716.816,23)	49.937.172,90	0,00	0,00
4	1990001483	(582.819.386,71)	1.139.015.256,22	0,00	0,00
5	1999004256	(405.596.554,09)	1.667.882.497,80	55.459.356,28	261.065.676,95
6	1980001618	(262.245.662,79)	1.092.403.697,78	27.614.140,14	0,00
7	1979000247	(137.984.770,70)	288.367.413,10	119.954.830,03	94.848.696,53
8	2000003656	(118.840.866,81)	196.153.690,88	100.240.919,92	11.887.382,78
9	2004000465	(115.655.317,74)	664.737.549,60	0,00	0,00
10	2000003974	(88.865.770,80)	112.760.038,50	125.800.978,55	0,00
11	20040004538	(39.152.164,01)	314.715.816,98	0,00	0,00
12	1979000565	(38.435.126,79)	1.452.180,45	0,00	0,00
13	1991001592	(27.295.686,07)	46.568.172,77	0,00	0,00
14	1974000338	(24.258.615,31)	756.188.950,59	95.272.918,14	0,00
15	2008001619	(3.578.760,00)	6.044.740,83	2.186.409,13	333.802,96
16	2002001065	(2.594.048,86)	15.144.570,61	3.570.440,58	378.241,63
17	1981001883	1.784.435,87	10.393.173,33	0,00	0,00
18	1979003947	4.635.032,30	170.283.937,13	0,00	29.572.830,07
19	1994000929	6.478.675,04	48.664.985,07	162.095.349,20	0,00
20	2000006965	22.345.460,16	316.452.655,46	168.125.829,18	106.672,61

Fonte: Previs (dados em 31 de dezembro de 2009).

IX.3. Fiscalização em 2010

O processo de elaboração do PAF 2010 usou conceitos da metodologia de Supervisão Baseada em Risco (SBR), alinhando-se à Recomendação CGPC nº 02, de 27 de abril de 2009, que dispõe sobre a adoção da SBR no âmbito da SPC, em relação à supervisão das EFPC e de seus planos de benefícios. Adicionalmente, o PAF considera pontos relevantes extraídos de estudos recentes da *International Organisation of Pension Supervisors* – IOPS, que versam sobre matriz e pontuação de risco em fundos de pensão. O PAF 2010 prevê a fiscalização de 91 planos de benefícios em 65 EFPC.

Em 2009, foi firmado, com a anuência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (Ofício nº 907/ABC/MRE, de 18 de setembro de 2009), um termo de referência com o Banco Mundial, para desenvolvimento de projeto de implantação da metodologia de supervisão baseada em risco no sistema de previdência complementar brasileiro. Seu objetivo é modernizar a supervisão dos fundos de pensão, com o uso das melhores práticas internacionais.

Com a conclusão do projeto e a realização de treinamentos para a equipe técnica da Previc, espera-se a adoção, pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão, da metodologia da supervisão baseada em risco. O projeto foi iniciado em fevereiro de 2010 e tem prazo de conclusão previsto para abril de 2011.

IX.4. Regimes especiais

O monitoramento e o acompanhamento de EFPC e de planos de benefícios em regimes especiais (administração especial, intervenção e liquidação) são feitos pela Coordenação Geral de Regimes Especiais – CGRE. Em 31 de dezembro de 2009, a Coordenação realizava o monitoramento de 12 entidades – 11 entidades em liquidação extrajudicial e uma sob intervenção – e de 20 planos de benefícios em liquidação extrajudicial.

Liquidação – 11 EFPC

- **AEROS – Fundo de Previdência Complementar**
- **BERONPREV – Caixa de Previdências dos Servidores do Sistema Financeiro Beron**
- **CENTRUS – Instituto Mato Grosso de Seguridade Social**
- **CEPLUS – Instituto Ceplac de Seguridade Social**
- **Instituto FERREIRA GUIMARÃES de Seguridade Social**
- **FUCAE – Fundação dos Funcionários da Caixa Econômica Estadual**

- MAPPIN – Sociedade de Previdência Privada
- PARSE – Instituto de Seguridade Social do BADEP
- PREVI-BANERJ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema Banerj
- Fundação PRODUBAN
- FUMAC – Fundação Mário Coutinho

Intervenção – uma EPPC

- Instituto AERUS de Seguridade Social

A supervisão dos trabalhos dos administradores especiais, interventores e liquidantes tem como objetivo a definição de metas e estratégias que visem o encerramento do respectivo regime especial.

Os administradores especiais, interventores e liquidantes prestam, por meio do Relatório Mensal de Informações, os esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos no regime especial. Em 2009, foram recebidos 161 relatórios. A CGRE analisou, durante o exercício, 156 relatórios, representando 97% dos relatórios recebidos.

Em 2009, por determinação do Secretário de Previdência Complementar, foi reinstalada a Comissão de Inquérito do Instituto AERUS de Seguridade Social. Os trabalhos foram concluídos e o relatório final foi julgado na 1^a instância administrativa. Em 31 de maio de 2009, foi encerrado o regime de administração especial no GZM PREVI – Fundo Múltiplo de Previdência, iniciado em agosto de 2004, tendo em vista o saneamento da entidade, e a conclusão do processo de retirada de patrocínio das patrocinadoras.

X. Julgamento

X.1. Secretaria de Previdência Complementar – SPC

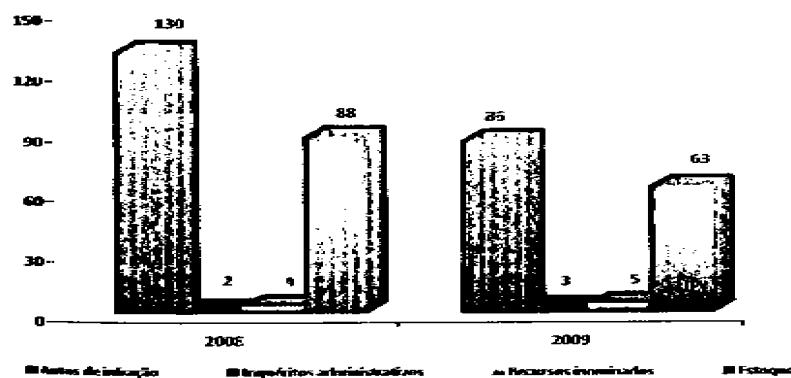
Tratitavam no Gabinete da Secretaria de Previdência Complementar – SPC os seguintes processos administrativos:

- Auto de Infração;
- Inquérito Administrativo; e
- Outros (recursos inominados).

O Secretário de Previdência Complementar contava com assessoria especializada no julgamento dos processos administrativos de sua competência. O Auto de Infração era julgado, no âmbito da SPC, por meio da Decisão-Notificação. No ano de 2009, foram emitidas 77 Decisões-Notificações, relativas ao julgamento de 86 autos de infração.

Em 2009, foram julgados 94 processos, aqui incluídos autos de infração, inquéritos administrativos e outros recursos. O gráfico 14 mostra os principais números relativos à atividade de julgamento da SPC nos dois últimos exercícios.

Gráfico 14 – Julgamentos realizados pela SPC (autos de infração, inquéritos administrativos e recursos inominados) e estoque de processos, em 2008 e 2009.



Fonte: Previc.

A tabela a seguir resume o resultado do julgamento realizado em 2009. Observa-se que 60,9% dos autos julgados tratam de matéria de investimentos.

Tabela 16 – Julgamento dos autos de infração, por dirigentes, por EFPC e por assunto, em 2009

Dirigentes/ EFPC	Julgamento	Penalidade	Quantidade	%	Regimento	Objeto da EFPC	Investimentos	Despesas administrativas	Custos	Outros
PF – Dirigente	Procedente	Multa	79	81,5						
		Inabilitação	18	18,5						
		Subtotal	97	36,2						
	Improcedente	–	46	17,2						
	Nulo	–	125	46,6						
	Subtotal	–	268	100,0	3,6%	4,6%	60,9%	14,9%	5,7%	10,3%
PJ – EFPC	Procedente	Multa	3	42,0						
		Improcedente	–	2	29,0					
		Nulo	–	2	29,0					
	Subtotal	–	7	100,0						

Fonte: Previc.

A natureza punitiva dos processos que tramitavam junto à SPC, por vezes ensejava a solicitação de informações de diversas autoridades públicas. No ano de 2009, foram prestadas 63 informações a órgãos externos conforme mostra a tabela 17.

Tabela 17 – Encaminhamento de informações pela SPC em 2009

Autoridade Solicitante	Quantidade
Departamento de Polícia Federal	25
Ministério Público Federal e Estadual	12
Controladoria Geral da União	05
Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas	03
Poder Judiciário	10
Outros	08
Total	63

Fonte: Previc.

Embora não se trate de atividade de grande incidência, em 2009, foram analisadas impugnações ao Quadro Provisório de Credores do Instituto AERUS de Seguridade Social (em liquidação extrajudicial), que por força das disposições da Lei Complementar nº 109, de 2001, e Lei nº 6.024, de 1974, devem ser julgadas pelo Secretário de Previdência Complementar. Em maio de 2009, a SPC emitiu decisão em 792 impugnações.

X.2. Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, órgão colegiado do Ministério da Previdência Social, com responsabilidade de regulação e normatização do sistema de previdência complementar fechado, aprovou, em 2009, uma recomendação e duas resoluções, de grande relevância para o sistema: a Recomendação nº 2, de 27 de abril de 2009, a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. O detalhamento das normas pode ser consultado no item “Normatização”.

O Conselho de Gestão realizou 11 reuniões ordinárias e uma extraordinária, nas quais foram apreciados 75 recursos. Destes, 55 foram julgados e 20 foram sobrerestados.

As decisões do CGPC nos 55 recursos julgados foram as seguintes: manutenção da penalidade aplicada pela SPC (15 recursos, 27,3%); anulação da penalidade aplicada pela SPC (12 recursos, 21,8%); prescrição intercorrente (2 recursos, 3,6%); prescrição quinquenal (2 recursos, 3,6%); não conhecimento de recurso (3 recursos, 5,5%); e negação do provimento ao recurso de ofício (21 recursos, 38,2%).

O estoque de recursos no Conselho de Gestão, pendentes de julgamento, é de 139, sendo que 13 aguardam distribuição; 21 foram objeto de apreciação e tiveram o julgamento sobrerestado, devido a pedido de vista; e 105 foram encaminhados para relatoria.

XI. Monitoramento e Controle

O Departamento de Monitoramento e Controle – Democ da SPC foi responsável pela área de análise e pesquisa do sistema de previdência complementar, nos temas relacionados aos investimentos, registros contábeis e avaliação atuarial dos fundos de pensão.

As análises técnicas eram elaboradas, na maioria das vezes, para registrar o posicionamento do departamento acerca dessas matérias. Em 2009, foram elaboradas 84 análises. Destas, destacam-se aquelas que versaram sobre os seguintes assuntos: nova planificação contábil; despesas administrativas; Estratégia Nacional de Educação Financeira; cadastro de fundos de investimento; investimentos em imóveis; políticas de investimento; marcação de preço de títulos públicos federais; relatório de execução dos planos de enquadramento aprovados pelo Conselho Monetário Nacional; e operações privadas com ações.

Os relatórios elaborados pela equipe de monitoramento e controle são utilizados como subsídios no processo de elaboração do Plano Anual de Fiscalização – PAF.

XI.1. Prestação de informações

A partir dos dados recebidos pelo Sistema de Captação de Dados de Investimento – SICADI podem ser estruturadas tabelas com dados contábeis e de investimento consolidados do sistema de previdência complementar. Dentre os órgãos e organismos que recebem informações cabe mencionar: o Banco Central do Brasil; a Secretaria do Tesouro Nacional; e a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE.

XI.2. Sistemas informatizados

A atividade de monitoramento e controle prescinde de sistemas informatizados robustos e atualizados. Nesse sentido, a equipe de monitoramento executa as seguintes atividades: apresentação de demandas; avaliação da implementação do projeto proposto; discussão das funcionalidades dos sistemas; validação da documentação; realização de testes; acompanhamento da fase de implantação; e atendimento especializado aos usuários.

Em 2009, o Democ acompanhou a evolução do SICADI, que recebe, em média, 3.750 arquivos por mês com posições das carteiras de EFPC e de fundos de investimento.

Desde a data base de maio de 2008, o envio de balancetes das EFPC para a SPC está sendo efetuado também por meio do SICADI. Mensalmente, são recebidos cerca de 400 arquivos com dados contábeis.

No decorrer de 2009, o módulo contábil foi adequado ao novo plano de contas, estabelecido pela Resolução CGPC n.º 28, de 2009, e pela Instrução n.º 34, de 2009. Além disso, foi disponibilizado para as EFPC novo aplicativo para validação das informações contábeis a partir de 2010, com as funções anteriormente oferecidas: criação e alteração de balancetes; validação de balancetes; e conversão do formato do arquivo (TXT para XML).

No campo atuarial, foram monitoradas as avaliações atuariais dos planos de benefícios, sendo emitidos 27 (vinte e sete) ofícios às EFPC, relativo à situação financeira de 41 planos previdenciários, com requerimentos adicionais e esclarecimentos de informações prestadas nos demonstrativos anuais.

XI.3. Convênios

Em 2009, a SPC executou os convênios e os contratos de troca de informações com entidades e associações do mercado e órgãos governamentais, conforme se seguem:

- **Comissão de Valores Mobiliários** – foram realizadas cinco reuniões, objetivando a troca de informações sobre a regulação e a supervisão dos entes fiscalizados, além de áreas de intersecção e atuação da CVM e da SPC; houve ainda discussão de assuntos relacionados com a fiscalização do mercado de capitais e a atuação dos investidores institucionais;
- **Banco Central de Brasil** – troca de informações consolidadas do sistema de previdência complementar;
- **Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS** – ações que objetivam a supervisão conjunta dos planos assistenciais à saúde operados pelos fundos de pensão, nos termos do art. 76 da Lei Complementar n.º 109, de 2001;

- **Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social** – por meio de um Termo de Colaboração Técnica, foi organizado o 2º Concurso de Monografia, visando estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos na área de previdência complementar;
- **Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – Andima** – por meio de um Termo de Colaboração Técnica, efetiva-se troca de informações financeiras consolidadas, e a oferida, pela Andima, de vagas em atividades educacionais aos servidores da SPC;
- **Cetip S.A Balcão Organizado de Ativos e Derivativos** – troca de informações sobre a atuação das EFPC no mercado de títulos privados;
- **BM&FBovespa** – troca de informações sobre a atuação das EFPC nos mercado de ações e de derivativos, e o acesso, pela SPC, à base de dados do Código ISIN; e
- **SI-Anbid da Associação Nacional dos Bancos de Investimento** – acesso, pela SPC, aos dados consolidados da indústria de fundos de investimento.

XII. Normatização

Na agenda normativa, o destaque de 2009 foi a edição da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que criou a Previc. Os trabalhos relacionados com esse processo legislativo foram realizados com prioridade pelos gestores da SPC.

As normas editadas em 2009 representaram significativo avanço no arcabouço legal aplicável às EFPC. As minutas foram elaboradas e discutidas pelas áreas técnicas da SPC, que contaram com a colaboração do Departamento de Legislação e Normas – Deleg na análise dos aspectos jurídicos.

As normas publicadas, no âmbito do Ministério da Previdência Social, a partir do trabalho desenvolvido pela Secretaria, são as seguintes:

- **Resolução CGPC nº 28**, de 26 de janeiro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar;
- **Resolução CGPC nº 29**, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites das despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar;
- **Recomendação CGPC nº 02**, de 27 de abril de 2009, que dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Risco (SBR) no âmbito da Secretaria de Previdência Complementar, em relação à supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e dos planos de benefícios por elas administrados;

- **Instrução SPC nº 29**, de 19 de março de 2009, que alterou a Instrução SPC nº 16, de 23 de março de 2007, sobre remuneração de interventores e liquidantes;
- **Instrução SPC nº 30**, de 19 de março de 2009, que definiu novos prazos para atendimento aos requerimentos dirigidos à Secretaria de Previdência Complementar e disciplinou o procedimento de análise preliminar, por meio eletrônico, no âmbito do Departamento de Análise Técnica;
- **Instrução SPC nº 31**, de 21 de maio de 2009, que disciplinou os procedimentos para a realização de operações, por meio de negociações privadas, com ações de emissão de companhias abertas negociadas em bolsa de valores ou admitidas à negociação em mercado de balcão organizado;
- **Instrução SPC nº 32**, de 4 de setembro de 2009, que estabeleceu procedimentos a serem observados quando da análise de solicitação encaminhada por entidade fechada relativamente à dispensa do envio, por meio impresso, do relatório anual de informações aos participantes e assistidos;
- **Instrução SPC nº 33**, de 15 de setembro de 2009, que disciplinou a forma de recolhimento, atualização e levantamento da multa e do depósito antecipado para fins de recurso administrativo;
- **Instrução SPC nº 34**, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, e definiu a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis;
- **Portaria MPS nº 157**, de 8 de junho de 2009, que instituiu o 2º Prêmio de Monografias da SPC, com a finalidade de estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos na área de previdência complementar; e
- **Portaria SPC nº 2.862**, de 28 de abril de 2009, que instituiu a Comissão Nacional de Atuária – CNA, instância colegiada de caráter opinativo em matéria atuarial, e aprovou seu Regimento Interno.

Adicionalmente, apresenta-se a seguir as deliberações expedidas pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, cuja presidência, durante o primeiro semestre de 2009, foi exercida pela SPC:

- **Deliberação nº 7**, de 19 de junho de 2009, que estabeleceu orientação a respeito da edição, no âmbito das respectivas competências, de normas relativas ao cumprimento, pelas instituições supervisionadas, do dever de verificação da adequação do produto ou serviço financeiro às necessidades, interesses e objetivos dos clientes ou participantes de planos de benefícios;
- **Deliberação nº 8**, de 19 de junho de 2009, que dispôs sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de coordenar os atos necessários à instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira; e
- **Deliberação nº 9**, de 04 de dezembro de 2009, que alterou o prazo para o Grupo de Trabalho, constituído pela Deliberação nº 8, de 19 de junho de 2009.

Também merece destaque nesse item, o trabalho coordenado pelo Democ na elaboração da **Resolução CMN nº 3.792**, de 24 de setembro de 2009. A nova resolução fez uma mudança forte e importante na regulação dos investimentos dos fundos de pensão no País. As alterações foram motivadas pelo atual cenário macroeconômico brasileiro – onde se destacam a atual dinâmica da dívida pública mobiliária federal, a redução das taxas de juros e a evolução dos instrumentos financeiros –, e pela busca permanente de ativos de boa rentabilidade, para garantir o pagamento dos compromissos atuariais dos planos de benefícios.

A Res. 3.792, de 2009, confirmou a importância do controle e da gestão de risco. A norma sistematizou as principais etapas do processo de aplicação dos recursos dos planos de benefícios, evidenciando a importância da política de investimento como ferramenta de planejamento: observância de princípios, inclusive da responsabilidade sócio-ambiental; seleção de administradores e profissionais com foco na qualificação e certificação; elaboração de análises técnicas de avaliação das opções de investimento; planejamento; realização das operações de aquisição e alienação de ativos; e desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de risco.

A certificação dos dirigentes, incluída na resolução com regras e prazos de transição, é um passo importante no sentido da contínua profissionalização da gestão financeira da entidade.

Os investimentos dos fundos de pensão estão, desde a edição da nova resolução, organizados em seis segmentos: renda fixa (100%); renda variável (70%); investimentos estruturados (20%); investimentos no exterior (10%); imóveis (8%); e operações com participantes (15%). Os investimentos no exterior, até então vedados às EFPC, são agora permitidos por meio de fundos de investimento. A introdução do segmento de investimentos no exterior converge com o que estabelece as recomendações da OCDE para a regulação do segmento de previdência privada.

A nova resolução simplificou as regras, reduziu o número de limites quantitativos e criou a possibilidade de investimentos em novos ativos. A regra para operações com derivativos é inovadora, uma vez que estabelece que o limite de atuação esteja vinculado ao depósito de garantias, calculado por quem toma o risco.

A SPC contribuiu, como convidada, na elaboração da proposta da norma específica de contabilidade para as EFPC aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, consubstanciada na Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC TE nº 11.

Deve-se citar, ainda, a participação da SPC na discussão do Pronunciamento Técnico CPC 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Tal deliberação trata da contabilização, por parte das empresas, dos benefícios a empregados, e revoga, a partir de dezembro de 2010, a Deliberação nº 371, de 2000.

Finalmente, relacionada à atividade de normatização, cabe mencionar as palestras realizadas por técnicos da SPC em diversos seminários com o objetivo de apresentar a nova regulamentação e de esclarecer as principais dúvidas dos profissionais do setor. As seguintes resoluções foram tratadas com destaque nos eventos realizados: **Resolução CGPC nº 26**, de 2008, **Resolução CGPC nº 28**, de 2009, **Resolução CGPC nº 29**, de 2009, e **Resolução CMN nº 3.792**, de 2009.

XIII. Orientações, Consultas e Processos Judiciais

As manifestações do Departamento de Legislação e Normas – Deleg foram consubstanciadas em Despachos (análises mais simples, muitas vezes de caráter meramente procedural), Notas Técnicas (análises aprofundadas de casos concretos), Pareceres (em resposta a questionamentos genéricos, consultas em tese, sem vinculação a determinado caso concreto) e Informações (em resposta a requisições e notificações da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público e do Poder Judiciário, inclusive referentes a Mandados de Segurança impetrados contra atos do Secretário de Previdência Complementar e dos diretores dos demais Departamentos da Secretaria).

O Deleg expediu 394 análises no decorrer do ano de 2009. No início do ano, o departamento tinha um estoque de 176 processos administrativos pendentes de análise, mas encerrou o exercício com 45 processos pendentes, o que representa uma redução de 74%, mesmo considerando o fluxo médio de 22 novos processos por mês.

Cumpre mencionar a participação do departamento em reuniões internas para discussão e resolução de questionamentos jurídicos não necessariamente formalizados por escrito e em audiências concedidas a particulares, nos termos do Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002.

Nas ações judiciais sobre previdência complementar, consideradas relevantes ou prioritárias em termos de impactos sobre as políticas públicas, a SPC teve taxa de êxito de quase 100% nas decisões definitivas ou sujeitas a recurso proferidas até o final de 2009.

XIII.1. Ementário

Em cumprimento ao art. 14 da Instrução SPC nº 27, de 8 de dezembro de 2008, foram divulgados no sítio do Ministério da Previdência Social, os ementários das notas técnicas e pareceres expedidos pelo Deleg no decorrer do ano de 2009. O ementário do 1º semestre de 2009 possui 48 ementas. Já o do 2º semestre contém 32 ementas.

XIV. Sistemas Informatizados e Cadastro

O Departamento de Relações Institucionais e Organização – Derin teve como prioridade a manutenção dos sistemas e bases de dados já existentes, bem como o acompanhamento de projetos em desenvolvimento que buscam automatizar os processos de trabalhos nas áreas de supervisão, monitoramento e licenciamento.

XIV.1. Infraestrutura Tecnológica

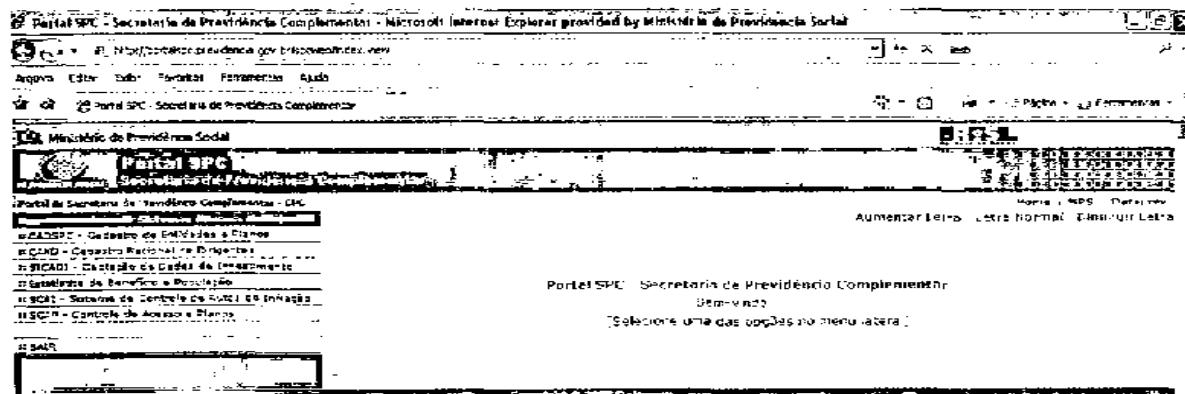
Com relação à infraestrutura na área de tecnologia da informação, a SPC terminou o ano de 2009 com equipamentos atualizados tecnicamente. A qualidade dos equipamentos é vital para o desenvolvimento das atribuições de todas as áreas da Secretaria.

Foi concluída a implantação de telefonia VOIP entre a sede e os escritórios de supervisão.

Houve também uma reorganização da área de suporte ao usuário, tanto para demandas internas, quanto para o Portal de Sistemas da SPC. Deve-se destacar, ainda, a ampliação do uso do sistema de videoconferência para acompanhamento de projetos e reuniões de serviço e audiências com fundos de pensão.

XIV.2. Portal de Sistemas Informatizados da SPC

O ano de 2009 foi de consolidação do novo portal da SPC. Alinhado com as diretrizes do planejamento previsto no Programa de Modernização da Previdência Complementar – PMPC, o sítio de sistemas (ver figura 3) está disponível na internet para os usuários previamente cadastrados pela SPC ou pelas próprias entidades fechadas de previdência complementar. Em 31 de dezembro de 2009, o portal contava com 1.735 usuários cadastrados.

Figura 3 – Portal SPC

Fonte: *Previc*.

Os sistemas colocados à disposição das EPPC atendem aos melhores padrões de segurança e qualidade. De acordo com perfis previamente estabelecidos, o controle de acesso às aplicações do portal é realizado pelo Sistema de Autorização de Acesso – SAA ou pelo Sistema de Controle de Acesso aos Planos de Benefícios – SCAP.

Os sistemas têm atualizações periódicas que buscam garantir a própria performance, bem como a integridade dos dados. No último ano, foram atualizados os seguintes sistemas: CADSPC, que regista informações de entidades fechadas de previdência complementar, patrocinadores, instituidores e planos de benefícios; CAND, que cadastra dados de pessoas físicas e de dirigentes de entidades; Estatística de População e Benefícios, que capta informações estatísticas da população e dos benefícios por planos de benefícios; e SICADI, que capta dados contábeis e de investimentos.

Em 2009 foi implantado o primeiro módulo do Sistema de Controle de Autos de Infração – SCAI. O sistema, de uso interno, está dividido em 3 (três) módulos de acordo com as fases de tramitação do processo de auto de infração emitidos pela fiscalização – Módulo Escritório (avariatura do auto de infração); Módulo do Gabinete (julgamento); e Módulo do CGPC (julgamento do recurso). Os módulos serão renomeados para adequação à estrutura organizacional trazida pela Lei nº 12.154, de 2009.

XIV.3. Informações Gerenciais

O Projeto de Informações Gerenciais – INFGER tem o objetivo de atender à crescente demanda das áreas de negócios para a geração de consultas e relatórios a partir das diversas bases de dados disponíveis. No ano de 2009, foram implantadas novas soluções baseadas em uma ferramenta de Inteligência de Negócio – BI, a partir da base de dados do Portal SPC, tais como: INFGER CAND, relativa aos dados do cadastro de dirigentes do Sistema CAND; e INFGER Benefícios, referente aos dados estatísticos de benefícios e de população.

XIV.4. Cadastro

No ano de 2009, foi dada ênfase à melhoria das informações cadastrais das EFPC, dos planos de benefícios previdenciários e assistenciais, bem como daquelas relativas às pessoas jurídicas e físicas ligadas aos fundos de pensão (dirigentes e conselheiros).

Com o objetivo de corrigir eventuais erros e divergências no cadastro da SPC, foi realizado, no último ano, o recadastramento dos dados de dirigentes (cargo, experiência profissional, escolaridade, penalidades e mandatos) e de entidades (endereço completo, telefone, e-mail, site e natureza jurídica). O acompanhamento e o monitoramento do recadastramento foram feitos pelo Derin.

O processo possibilitou a confirmação dos dados de dirigentes, conselheiros e executivos das EFPC, conforme mostra a tabela 18.

Tabela 18 – Dirigentes, conselheiros fiscais e deliberativos das EFPC, segundo o enquadramento legal.

Descrição	Conselho Deliberativo	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Total
LC 108 – Patrocínio Público				
Federal	764	542	238	1.544
Estadual	390	276	121	787
Municipal	358	254	112	724
16	12	5	33	
LC 109 – Patrocínio Privada	1.883	1.151	985	4.019
Patrocinada	1.729	1.053	930	3.712
Associativa	154	98	55	307
Total	2.647	1.693	1.223	5.563

Fonte: Previc (dados de março/2010).

XIV.5. Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED

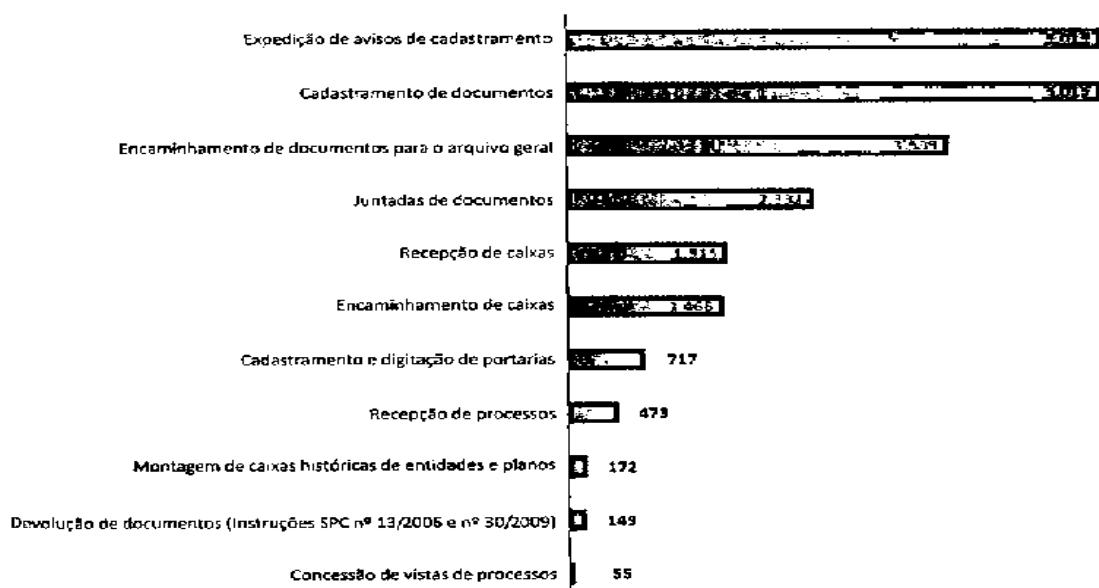
Devem ser mencionadas ainda, como atividades relevantes realizadas em 2009, as iniciativas que buscaram agilizar a tramitação de documentos e reduzir o volume de documentos em meio físico (papel). Para a implantação do Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED será necessário mapear os processos de autorização e fiscalização e identificar as etapas passíveis de automação.

XIV.6. Protocolo e Arquivo

Tendo por base experiências exitosas em outros vários órgãos públicos da administração federal, em 2009, optou-se por alterar a forma de armazenamento da documentação da SPC. As mudanças, que incluem a adoção de sistema de endereçamento, têm como objetivo melhorar a organização e a conservação dos documentos.

Ainda em 2009, foi concluída a construção da tabela de temporalidade dos documentos da SPC e iniciada a descentralização do protocolo da Secretaria, com a implantação de unidades nos escritórios de supervisão.

O gráfico 15 ilustra as atividades de protocolo e arquivo realizadas em 2009.

Gráfico 15 – Atividades de protocolo e arquivo realizadas em 2009

Fonte: Previc.

XV. Educação Financeira e Previdenciária

As mudanças econômicas, sociais e tecnológicas dos últimos anos têm apontado para a urgência na implementação de ações com o objetivo de educar financeiramente a população, e não apenas no Brasil. No mundo inteiro, o mercado financeiro está cada vez mais sofisticado e novos produtos são oferecidos continuamente ao público. Autoridades governamentais, organismos multilaterais, segmentos da iniciativa privada, organizações não governamentais e educadores discutem como elevar os níveis de compreensão a respeito dos produtos e serviços financeiros.

Através da educação financeira, consumidores e investidores aperfeiçoam sua compreensão sobre os produtos financeiros e também desenvolvem habilidades e obtêm conhecimento para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazerem suas escolhas e para saberem onde buscar ajuda, melhorando assim a relação com suas finanças.

Nesse sentido, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, formado pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Secretaria de Previdência Complementar – SPC e Superintendência de Seguros Privados – Susep, criou, em maio de 2007, um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de propor uma “Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef”, com indicação de ações para elevar o nível de educação financeira no País.

A Enef, elaborada pelo GT e aprovada pelo Coremec em 19 de junho de 2009, contempla:

- cenário atual e desafios da educação financeira para os diversos setores do mercado financeiro, de capitais, de seguros, previdência e capitalização;
- proposta de atuação para as crianças nas escolas e para o público adulto;
- proposta para a governança da Enef, considerando a criação de comitês e grupos de trabalho visando a implementação da Enef no Brasil;
- resultado da pesquisa nacional do grau de educação financeira da população brasileira, realizado pelo Instituto Datapopular, em 2008;
- resultado do inventário de ações de educação financeira existentes no Brasil, coletado no site www.vidaedinheiro.gov.br (ver figura 4);
- orientação para educação financeira nas escolas; e
- propostas de atuação para cada um dos mercados supervisionados pelo Coremec, denominados programas setoriais.

Figura 4 – Site para cadastramento de ações de educação financeira

Ponte: (www.vidaedinheiro.gov.br/)

Ao longo de 2009, a SPC participou do Grupo de Apoio Pedagógico – GAP, que desenvolveu o projeto piloto da educação financeira nas escolas do ensino médio, incluindo a elaboração do material didático que servirá como base na aplicação das diversas situações didáticas. Para o público adulto, o GT desenvolveu parcerias para desenvolvimento de educação financeira para militares das três forças armadas e para os beneficiários do programa Bolsa Família.

O Coremec, por meio da Deliberação nº 8, de 19 de junho de 2009, instituiu novo Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de coordenar os atos necessários à instituição da Enef. Esse novo GT possui atribuições específicas coordenadas por cada um dos órgãos integrantes do Coremec.

A SPC vem coordenando os atos formais que instituirão a Enef e definirá o modelo de governança da estratégia. Cabe ainda à SPC avaliar alternativas de parcerias públicas e privadas que permitam a implementação e execução da Enef em todo território nacional.

Em dezembro de 2010, o Brasil sediou a 4ª reunião da Rede Internacional de Educação Financeira e a Conferência Internacional em Educação Financeira, organizadas pela CVM e pela OCDE. Essa reunião contou com a participação de diversos países, promovendo a troca de informações e de experiências relacionadas a projetos de educação financeira no mundo.

XVI. Participação em Órgãos Colegiados

XVI.1. Participação nacional

Além das atribuições regimentais, a SPC também desenvolveu, em 2009, ações institucionais, participando de diversos órgãos colegiados nacionais, que tratavam de assuntos diretamente ligados ou correlacionados com o desenvolvimento da previdência complementar, a saber:

- Conselho de Gestão da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – CGPC;
- Conselho Nacional de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – CNPS;
- Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios da Previdência Social do Ministério da Previdência Social – Conaprev;
- Câmara de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde – CSS;
- Conselho Nacional de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – CNSP;

- Grupo de Trabalho do Mercado de Capitais e Poupança de Longo Prazo – GTMK, instituído pela Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e da Previdência Social nº 210, de 2003;
- Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremecc, bem como do Grupo de Trabalho criado para desenvolver e propor uma “Estratégia Nacional de Educação Financeira”;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda – COAF; e
- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Ministério da Justiça – ENCCL.

A SPC participou ainda de fóruns e comissões de discussão técnica com o mercado financeiro, de capitais e de previdência, a saber:

- Grupo de Trabalho do Mercado Secundário de Títulos Públicos e Comissão de *Benchmarks* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima;
- Comissão de Entidades Fechadas do Instituto Brasileiro de Atuária – IBA;
- Comissão Nacional de Atuária – CNA (constituída pela própria SPC); e
- Comissão Consultiva de Microsseguros da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

XVI.2. Participação internacional

A SPC participava como membro observador do Grupo de Trabalho sobre Previdência Privada – WPPP (sigla em inglês do grupo de trabalho) do Comitê de Seguros e Investimentos da OCDE.

Em 2009, a SPC participou das duas reuniões semestrais do referido grupo de trabalho. A primeira reunião do WPPP, realizada em julho, foi seguida de uma reunião do Comitê Técnico da Organização Internacional de Supervisores de Pensões – IOPS (sigla em inglês do órgão de supervisão dos fundos de pensão), organização da qual o Brasil é membro, e de um *workshop* sobre Gerenciamento de Risco dos Fundos de Pensão.

O gerenciamento de risco foi o principal assunto tratado nas reuniões do grupo de trabalho e do comitê técnico, em decorrência da crise econômica e financeira que afetou vários fundos de pensão no mundo, e, principalmente, os planos CD por eles administrados.

Na segunda reunião, em dezembro, a SPC, por solicitação daquela organização, apresentou e distribuiu aos participantes o artigo sobre a “Indústria de Fundos de Pensão no Brasil e a Crise Financeira”.

A tabela 19 resume a participação da SPC em eventos internacionais realizados fora do Brasil em 2009.

Tabela 19 – Participação da SPC em eventos internacionais, em 2009.

Evento	Período	Destino
3º Fórum das Comissões Técnicas da Associação Internacional de Seguridade Social – AISS	20 de abril	Genebra – Suíça
Reunião da Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE	18 a 20 de maio	Paris – França
22º Sessão do Grupo de Trabalho sobre Previdência Privada da OCDE e Reunião do Comitê Técnico e Executivo da IOPS	06 a 08 de julho	Paris – França
16º Conferência Internacional de Atuários e Estatísticos da Seguridade Social da Associação Internacional de Seguridade Social – AISS	16 a 18 de setembro	Ottawa – Canadá
Máster en Dirección y Gestión de Planes y Fondos de Pensiones, promovido pela Universidade de Alcalá	17 de outubro a 02 de novembro	Madri – Espanha
23º Sessão do Grupo de Trabalho sobre Previdência Privada da OCDE	30 de novembro e 01 de dezembro	Paris – França

Fonte: *Previc*.

A SPC também participa da Associação Internacional de Seguridade Social – AISS e da Organização Iberoamericana de Seguridade Social – OISS.

As organizações internacionais em que a Secretaria participava como membro ou membro-observador publicam trabalhos sobre a previdência privada em nível mundial, necessitando de dados estatísticos para a realização dos mesmos. A SPC encaminhou os dados solicitados, uma vez que considerava de extrema importância a colaboração e a participação efetiva nos organismos internacionais dos quais fazia parte, dando, inclusive, acesso direto ao banco de dados consolidados da situação dos fundos de pensão, sobre a regulação e a fiscalização dos fundos de pensão dos países membros dessas organizações internacionais.

Anexos

1. Planejamento e Orçamento

A SPC/MPS tinha sob sua responsabilidade o Programa 0086 – Previdência Complementar do Planejamento Plurianual – PPA do Governo Federal, cujo objetivo era garantir a segurança, solvência e liquidez dos planos de benefícios administrados e operados pelas EFPC, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

As ações executadas pela SPC, no exercício de 2009, bem como suas metas físicas e financeiras, e os percentuais de realização, de acordo com dados extraídos do Sistema Sigplan, estão resumidas na tabela a seguir.

Tabela 20 – Ações realizadas pela SPC em 2009 (Valores em Reais).

Ação	Descrição	Planejado		Realizado		% realização	
		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
2592 – Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar	Plano de benefícios fiscalizado	86	1.914.630	82	361.158	95,35 ¹	18,86
90C4 – Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das EFPC	Autorização concedida	936	Ação não orçamentária	686	Ação não orçamentária	73,29	–
2286 – Capacitação de Servidores na área de Previdência Complementar	Servidor Capacitado	62	115.372	125	94.480	291,61	81,59
2343 – Estudos e Pesquisas no âmbito da Previdência Complementar	Estudo realizado	1	100.000	0	0	0	0
2290 – Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar	Reunião realizada	10	212.720	11	65.482	110,00	30,78
2272 – Gestão e Administração do Programa	–	–	2.088.744	–	2.043.756	–	97,85
1057 – Modernização dos Processos de Fiscalização e Autorização de Planos de Benefícios e EFPC	Sistema implementado	1	1.000.000	0	0	0	0

Fonte: Sigplan.

O orçamento aprovado para a SPC, em 2009, foi de R\$ 4,3 milhões, dos quais R\$ 2,6 milhões foram realizados, correspondente a uma execução de 60%, já considerando o contingenciamento orçamentário.

Tabela 21 – Orçamento da Secretaria de Previdência Complementar – Unidade 330011, em 2009 (Valores em Reais).

Discriminação	Aprovado LOA	Limite de empenho	Contingenciado	Pago
TOTAL	4.356.166,00	4.332.399,04	20.766,96	2.584.635,74
1. Gestão de organismos internacionais	24.700,00	24.700,00	—	21.960,30
Coautribuição IOPS	15.000,00	13.275,00	13.275,00	
Coautribuição OCDE	8.685,30	8.685,30	8.685,30	
2. Gestão e administração do programa	2.088.744,00	2.088.744,00	—	2.041.535,97
Diárias no País				102.218,24
Diárias no exterior				29.224,64
Material de processamento de dados				1.355.593,70
Passagens no País				182.615,44
Passagens no exterior				29.329,71
Diárias a colaboradores e terminais no País				915,69
Indenizações e restituições				19.586,72
Indenizações				10.363,04
Ajuda de custo – pessoal civil				33.360,00
Indenização de transporte – pessoal civil				906
Indenização de moradia – pessoal civil				277.454,79
3. Capacitação de servidores na área de Previdência Complementar	115.372,00	91.605,04	20.766,96	94.479,33
Diárias no País				22.979,46
Diárias no exterior				21.270,20
Passagens no País				22.432,01
Passagens no exterior				4.509,66
Exposições, congressos e conferências				13.992,00
Serviço de apoio ao ensino				9.296,00
4. Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar	212.720,00	212.720,00	0,00	65.482,36
Diárias no País				200,55
Passagens no País				22.855,80
Diárias a conselheiro				4.119,01
Serviços técnico-profissionais				38.307,00
5. Fiscalização das EFPC	1.914.630,00	1.914.630,00	0,00	361.157,78
Diárias no País				158.081,44
Passagens no País				165.786,37
Indenizações e restituições				194,82
Indenização de transporte – pessoal civil				37.095,15
6. Estudos e pesquisas no âmbito da Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Modernização dos processos de fiscalização e autorização de planos de benefícios e EFPC	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Previc.

O orçamento da SPC não contemplou o pagamento de salários dos 40 servidores do MPS e das funções comissionadas. Em 2009 essas despesas representaram cerca de R\$ 5,4 milhões.

Com a aprovação da Lei nº 12.154, de 2009, houve necessidade de adaptação do orçamento para 2010. A tabela 22 mostra os valores previstos para o MPS e para a nova autarquia (Previc), levando em conta o recolhimento previsto da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – Tafic, nos meses de maio e setembro de 2009.

Tabela 22 – Orçamento aprovado para 2010, incluindo a estrutura do MPS e a Previc (Valores em Reais).

Programa/Ação	PLOA 2010		MPS – 33101		PREVIC – 33206	
	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico
0086 – Previdência Complementar	6.112.123	–	1.512.601	–	4.599.522	–
2272 – Gestão e Administração do Programa	1.900.000	–	760.000	–	1.140.000	–
2286 – Capacitação de Servidores na Área da Previdência Complementar	199.401	62	39.880	12	159.521	50
2290 – Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar	212.721	30	212.721	30	0	–
2392 – Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar	3.300.001	67	0	–	3.300.001	67
4641 – Publicidade e Utilidade Pública	500.000	–	500.000	–	0	–
0087 – Gestão da Política de Previdência Social	–	–	–	–	400.000	–
4572 – Capacitação de Servidores Federais em Processo de Qualificação e Requalificação dos Servidores Públicos Federais	–	–	–	–	40.000	–
0750 – Apoio Administrativo	–	–	–	–	21.017.797	–
2000 – Administração da Unidade	–	–	–	–	19.234.052	–
Pessoal	–	–	–	–	9.890.457	190
Custeio	–	–	–	–	8.598.095	–
Investimento	–	–	–	–	745.300	–
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	–	–	–	–	77.760	90
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	–	–	–	–	0	0
2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	–	–	–	–	41.625	34
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	–	–	–	–	175.034	90
20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	–	–	–	–	5.757	32
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	–	–	–	–	1.483.569	–
TOTAL	–	–	–	–	26.017.319	–

Fonte: MPS/Previc

2. Administração

A Coordenação de Administração e Organização (Corg), vinculada ao Departamento de Relações Institucionais e Organização – Derin, tinha como competência dar suporte à estrutura da SPC e do CGPC, prestando-lhes apoio logístico e fornecendo os subsídios necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Adicionalmente, fazia a ligação da SPC com os diversos setores do Ministério, notadamente com o Gabinete do Ministro, com a Secretaria Executiva e com as áreas de recursos humanos, orçamento, logística e finanças.

O Ministro de Estado da Previdência Social, por meio da Portaria nº 346, de 13 de setembro de 2007, delegou competência aos titulares das unidades do MPS ou a seus substitutos legais, para autorizar e ordenar despesas de viagens, diárias e passagens de seus servidores e colaboradores eventuais em objeto de serviço.

As atribuições administrativas são intermediadas pelos sistemas Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) e Siag (Sistema Integrado de Serviços Gerais), na emissão de documentos tais como: notas de lançamento, ordens bancárias, DARF, DAR (ISS) e notas de empenho.

Cabia à Corg o gerenciamento da ação de capacitação na área de Previdência Complementar (PPA/Sigplan), de gestor do contrato de prestação de serviço na organização de eventos e de co-gestor do contrato de fornecimento de passagens aéreas.

3. Reuniões

Importante atividade realizada pela SPC foi o atendimento aos diversos atores do sistema de previdência complementar. Uma parcela significativa dos atendimentos foi feita de forma presencial, com a realização de reuniões, observado o disposto no Decreto nº 4.334, de 2002.

A tabela 23 mostra as reuniões realizadas na SPC, no ano de 2009.

Tabela 23 – Reuniões realizadas na SPC, em 2009.

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Soma
Internas	42	77	74	69	63	93	73	93	72	56	57	52	821
Externas	16	42	40	53	41	50	76	73	88	56	72	46	653
– EPPC	13	25	20	31	28	35	57	37	45	35	47	27	400
– Órgãos públicos: associações de mercado	3	17	20	22	13	15	19	36	43	21	25	19	253
Total	58	119	114	122	103	143	149	166	160	112	129	98	1.474

Fonte: Previc.

Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

A Presidência recebeu o Aviso nº 31, de 2010 (nº 164/2010, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de abril de 2010, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Aviso do Tribunal de Contas da União

A Presidência recebeu o Aviso nº 32, de 2010 (nº 496/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2010.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Aviso nº 32, de 2010 (Aviso nº 496-GP/TCU)

Brasília, 31 de maio de 2010.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2010.

Atenciosamente,


UBIRATAN AGUIAR
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relatório de Atividades

1º Trimestre

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório de Atividades: 1º Trimestre de 2010 / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2010.

96 p.

1. Tribunal de Contas, relatório, Brasil. I Título

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), do 1º trimestre de 2010, nos termos previstos no art. 71, § 4º, da Constituição Federal.

Ao Tribunal incumbe importante papel de contribuir para a melhoria da Administração Pública. Para tanto, disponibiliza aos gestores públicos orientações, determinações e recomendações, visando corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar o desempenho e a gestão de órgãos, entidades e programas governamentais, bem como a formulação de políticas públicas, a qualidade de bens e serviços ofertados, a atuação dos controles internos e, ainda, contribuir para o aprimoramento da legislação federal e para a disseminação das melhores práticas observadas na Administração Pública Federal.

No entanto, a eficácia da atividade de controle não se esgota no âmbito do TCU. O modelo de Estado Brasileiro e o ordenamento jurídico nacional requerem a participação complementar de outras instituições.

A atuação conjunta e articulada com outros órgãos públicos e entidades integrantes da Rede de Controle evita a superposição de ações e otimiza a utilização dos recursos e os resultados obtidos. A cooperação com os órgãos públicos é iniciativa fundamental para melhorar a Administração Pública e para conferir maior celeridade e racionalidade ao processo de controle.

No período, a Rede de Controle completou um ano e está presente em 26 estados. A Rede é formada pelo TCU e outras instituições de controle como Ministério Público, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, tribunais de contas estaduais e de municípios, Receita Federal, Advocacia-Geral da União, Banco Central, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Fazenda, entre outras.

Em 2010, serão realizadas auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

É preciso destacar que, no primeiro trimestre de 2010, a ação do TCU gerou benefícios financeiros de R\$ 1,73 bilhão para a sociedade e para os cofres públicos, montante que, aproximadamente, é 5,98 vezes superior ao valor aplicado pela União neste Tribunal no período.

Os benefícios decorrentes da ação de controle do TCU reafirmam o compromisso e o empenho desta Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo Federal e melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

Brasília, maio de 2010.

Ubiratan Aguiar
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Para bem cumprir suas atribuições constitucionais e legais, assim como para assegurar o alcance de resultados mais efetivos para a sociedade, o TCU estabeleceu referencial estratégico que compreende, essencialmente, a definição de negócio, missão e visão de futuro e valores da organização, conforme se apresenta a seguir.

Negócio

Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais.

Visão

Ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública.



Missão

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Valores

Ética
Justiça
Efetividade
Independência
Profissionalismo

SUMÁRIO

TCU EM NÚMEROS
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....
1.1. Competências e Jurisdição
1.2. Estrutura
1.3. Deliberações dos Colegiados
2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO
2.1. Resultados do Controle Externo
2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente
2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente
2.1.3. Recursos Julgados
2.1.4. Medidas Cautelares
2.1.5. Julgamento de Contas
2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas
2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU
2.1.8. Fiscalizações
2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos
2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle
2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida
2.2.1. Administração-Geral
2.2.2. Agricultura
2.2.3. Ciência e Tecnologia
2.2.4. Cultura, Desporto e Lazer
2.2.5. Educação
2.2.6. Energia
2.2.7. Gestão de Pessoas
2.2.8. Organização Agrária
2.2.9. Saúde
2.2.10. Segurança Pública
2.2.11. Transporte
3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS
3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares
3.2. Audiências no Congresso Nacional
3.3. Acordos e Eventos
3.4. Atuação Internacional
3.5. Ouvidoria do TCU
3.6. Divulgação Institucional
4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....

4.1. Estratégias e Planos
4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal
4.3. Gestão de Pessoas
4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros

ANEXOS

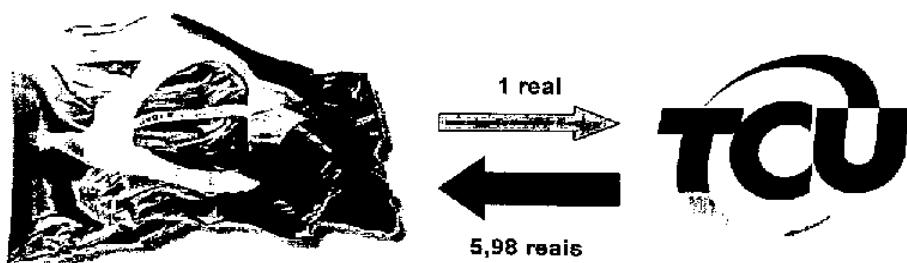
Anexo I. "Organograma do Tribunal de Contas da União"
Anexo II. "Medidas Cautelares Adotadas no Período"
Anexo III. "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal"
Anexo IV. "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"
Anexo V. "Fiscalizações Concluídas no Período"
Anexo VI. "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei nº 12.214/2010 (LOA/2010)"
Anexo VII. "Unidades da Secretaria do TCU"

TCU EM NÚMEROS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2010 estão sintetizados abaixo.

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 1,73 bilhão
Medidas cautelares adotadas	19
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	13
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 124,68 milhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	682
Valor das condenações	R\$ 242,1 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	517
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 109 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	26
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	9
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	463
Processos julgados conclusivamente	1.930
Acórdãos proferidos	3.625
Recursos julgados	329
Atos de pessoal analisados	20.890
Fiscalizações concluídas – Total	167
Fiscalizações concluídas – Solicitadas pelo Congresso Nacional	46

Para cada R\$ 1 do Orçamento da União alocado ao TCU, o retorno ao País foi de R\$ 5,98



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União - TCU, criado em 1890 por iniciativa de Rui Barbosa, na época Ministro da Fazenda, norteia-se, desde então, pelos princípios da ética, da efetividade, da independência, da justiça e do profissionalismo, e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública. A Constituição de 1891, a primeira republica-

na, institucionalizou definitivamente o TCU. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional. Esse privilégio, se por um lado o distingue de forma singular, por outro, aumenta a sua responsabilidade e compromisso para com a sociedade.

1.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.¹

A sociedade, por sua vez, clama por moralidade, profissionalismo e excelência da Administração Pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais.

O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado, passando a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparéncia, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida

em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude, do desvio, da corrupção e do desperdício e contribui, assim, para a transparéncia e melhoria do desempenho da Administração Pública e da alocação de recursos federais.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

No trimestre, merece destaque decisões proferidas pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**, relacionadas ao exercício das competências constitucionais do TCU.

Em dois mandados de segurança contra atos do Tribunal, o STF reafirmou sua

1.2. Estrutura

O TCU é integrado por nove Ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1^a e 2^a Câmaras. O Plenário é integrado por todos os Ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro Ministros. Os auditores, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os Ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

Para o cumprimento de sua missão institucional, o Tribunal dispõe de uma Se-

jurisprudência, considerando legítimas decisões do TCU que determinaram a **não renovação de contratos administrativos** decorrentes de licitações irregulares.

A questão foi objeto dos Mandados de Segurança nº 26.250 e nº 27.008, ambos da relatoria do Ministro Carlos Britto, impetrados no Supremo por empresas atingidas por determinações expedidas pelo TCU a entidades federais (Acórdão nº 898/2006 e Acórdão nº 2414/2007, da 2^a Câmara), para que não fossem renovados os contratos administrativos nos quais foram identificadas irregularidades nos respectivos certames.

O STF reafirmou, nos mandados de segurança julgados no dia 17.2.2010, que **não há direito líquido e certo à renovação de contrato celebrado com o poder público**, decisão essa que se insere no âmbito de discricionariedade da Administração Pública, conforme entendimento inicialmente fixado no Mandado de Segurança nº 24.785.

cretaria com a finalidade de prestar apoio técnico e administrativo para o exercício de suas atribuições constitucionais e legais.

As unidades básicas da Secretaria do Tribunal são: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo sediadas em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: <http://www.tcu.gov.br>.

O organograma do Tribunal consta do Anexo I deste relatório – “Organograma do Tribunal de Contas da União”.

1.3. Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: <http://www.tcu.gov.br>.

No trimestre, o TCU aprovou três decisões normativas.

- **Decisão Normativa nº 103, de 10 de fevereiro de 2010.** Altera dispositivos da Decisão Normativa nº 102, de 2009, a qual define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2009 julgadas pelo Tribunal.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no 1º trimestre de

especificando a forma, os prazos e os conteúdos dos demonstrativos que as comporão.

- **Decisão Normativa nº 104, de 10 de fevereiro de 2010.** Aprova, para o exercício de 2010, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.
- **Decisão Normativa nº 105, de 24 de março de 2010.** Altera os percentuais individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso III, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2010, aprovados originalmente na forma do Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 104, de 10 de fevereiro de 2010.

2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Sessões Realizadas e Acórdãos Proferidos

Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2010
Plenário	18	20	541	654
1ª Câmara	9	9	1.289	1.604
2ª Câmara	9	9	1.380	1.367
Total	36	38	3.210	3.625

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal - CF. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de

melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no 1º trimestre de 2010.

2.1. Resultados do Controle Externo

A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões

de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

No trimestre, foram **autuados 1.268 processos** referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram **apreciados** de forma conclusiva pelo Tribunal **1.930 processos** da mesma natureza.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Processos Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Auditória, inspeção e levantamento	109	171	100	140
Consulta	20	14	23	13
Denúncia	86	87	145	121
Representação	600	529	758	765
Solicitação do Congresso Nacional	5	16	4	20
Tomada e Prestação de contas	10	5	263	310
Tomada de contas especial	456	376	356	506
Outros processos	39	70	79	55
Total de processos	1.325	1.268	1.728	1.930

2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fis-

cal. No período, foram **autuados 31.333 atos de pessoal e apreciados 26.542 atos** dessa natureza.

O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	1º trimestre 2009		1º trimestre 2010	
	Autuados	Apreciados	Autuados	Apreciados
Autuados	29.406			31.333
Apreciados		24.342		26.542
Ilegais		99		804
Legais		24.243		25.738

Do total de **26.542 atos** referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, 804 tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

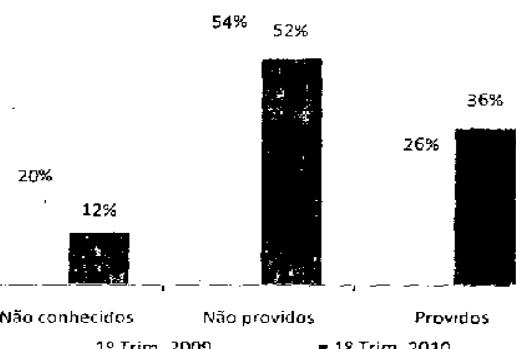
A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no **Portal TCU**: <http://www.tcu.gov.br>. Nesse mesmo endereço, é possível consultar a situação dos atos de admissão, de aposentadoria ou de concessão submetidos à apreciação do Tribunal.

2.1.3. Recursos Julgados

Em observância ao princípio do devido processo legal, cabe recurso das deliberações proferidas pelo Tribunal. As modalidades de recursos estão previstas nos artigos 32 e 48 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992).

No trimestre, os colegiados julgaram 329 processos em grau de recurso. O gráfico ao lado apresenta o resultado da apreciação de recursos no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Resultado da apreciação de recursos



2.1.4. Medidas Cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico

imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais. No trimestre, foram adotadas 19 cautelares junto a órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 124 milhões, conforme se verifica no quadro adiante.

As medidas cautelares adotadas no trimestre estão relacionadas no Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Trimestre".

Medidas Cautelares

Determinação	Nº de Cautelares		Valores Envolvidos (R\$)
	1º trimestre	1º trimestre	
Suspensão de contrato	1		22.175.000,00
Suspensão de licitação	13		45.912.319,80
Suspensão de repasses/pagamentos a convênios/contratos	5		56.681.151,10
Suspensão de processo seletivo para contratação de pessoal	-		-
Outros	-		-
Total	19		124.768.470,90

2.1.5. Julgamento de Contas

As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas estão estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 57/2008.

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplica-

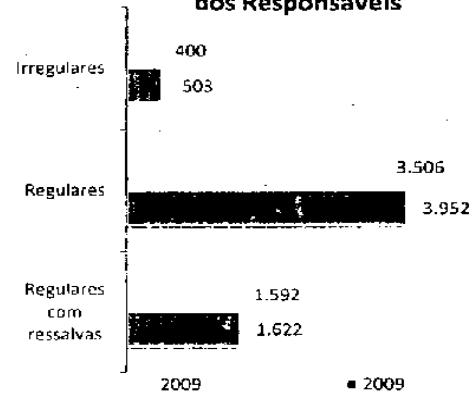
ção de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente

deve instaurar tomada de contas especial - TCE, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

No trimestre, o TCU julgou de forma definitiva contas de **6.077 responsáveis**. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas.

Resultado Julgamentos das Contas dos Responsáveis



Motivo da irregularidade das contas



- Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos
- Omissão no dever de prestar contas
- Prática de ato de gestão ilegal ou infração a norma legal
- Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico

2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os **816 processos de contas** apreciados de forma conclusiva no trimestre, **347 (42,5%)** condenaram **616 responsáveis** ao pagamento de multa ou ao resarcimento de débito. Além disso, em outros **26 processos** de fiscalização, de-

núncia ou representação, foram aplicadas multas a **66 responsáveis**.

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Prestação de contas	16	21	40	55
Tomada de contas	8	6	19	10
Tomada de contas especial	242	320	337	551

Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	266	347	396	616
Outros processos	25	26	51	66
Total	291	373	447	682

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de **multa** ou resarcimento de **débito** no valor de **R\$ 241,7 milhões**, atualizados até a data de 31.3.2010. Em outros processos,

foram aplicadas **multas** no valor total de **R\$ 406,4 mil**.

Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	1º trimestre 2010 (R\$)			1º trimestre 2009 (Débito + Multa)
	Débito	Multa	Total	
Prestação de contas	4.837.966,10	680.525,84	5.518.491,94	5.999.225,32
Tomada de contas	1.241.584,81	58.383,34	1.299.968,15	3.199.361,59
Tomada de contas especial	224.857.195,80	10.105.272,47	234.962.468,27	147.826.217,51
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	230.936.746,71	10.844.181,65	241.780.928,36	157.024.804,42
Outros processos		406.437,23	406.437,23	330.084,90
Total	230.936.746,71	11.250.618,88	242.187.365,59	157.354.889,32

A relação dos responsáveis condenados ao recolhimento de débito e ao pagamento de multa consta do Anexo III - “Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal”.

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 1º trimestre de 2010, **26 responsáveis** foram considerados **inabilitados** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas **inidôneas** para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal. Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

Podem ser consultados no Portal TCU e no Anexo IV deste relatório - “San-

ções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período” os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas **inidôneas** para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal. Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

2.1.7. Atuação do Ministério Públíco junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Públíco especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe

dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores. Ao MP/TCU

também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No 1º trimestre de 2010, foram

autuados **517 processos** de cobrança executiva, envolvendo cerca de **R\$ 109 milhões**. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu **parecer** em **2.365 processos**.

Processos com Parecer do MP/TCU

Classe de Assunto	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	1.245	1.227
Auditória, inspeção e levantamento	11	13
Consulta	1	1
Denúncia	9	8
Representação	32	57
Solicitação do Congresso Nacional	-	-
Tomada e prestação de contas	277	733
Tomada de contas especial	516	320
Outros processos	1	6
Total	2.092	2.365

Também no 1º trimestre de 2010, membros do MP/TCU representaram ao Tri-

- Representação sobre possíveis irregularidades na concessão de bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (TC nº 003.160/2010-6);
- Representação acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do

bral sobre os assuntos relacionados a seguir.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) na Prefeitura Municipal de Tutóia/MA (TC nº 005.950/2010-4);
- Representação para que a Universidade de Brasília se abstenha de suspender ou promover alterações na parcela paga a seus servidores relativa à Unidade de Referência de Preços (URP) (TC nº 008.580/2010-3).

2.1.8. Fiscalizações

Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução TCU nº 155/2002), são: acompanhamento, auditória, inspeção, levantamento e monitoramento. No período, foram concluídas **167**

fiscalizações, envolvendo um esforço de **10.284 Homens-Dia de Fiscalização - HDF**. O quadro adiante apresenta a quantidade de fiscalizações concluídas no trimestre.

Fiscalizações Concluídas

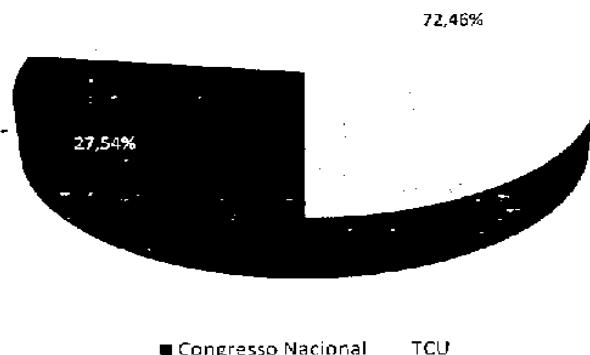
Tipo de Fiscalização	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Acompanhamento	2	8
Auditória	20	74
Inspeção	59	69
Levantamento	13	7

Tipo de Fiscalização	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Monitoramento	14	9
Total	108	167

O gráfico a seguir representa as fiscalizações concluídas no trimestre, sendo que **27,54% (46)** do total realizado foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **72,46% (121)**, foram de iniciativa do próprio Tribunal. A relação dos trabalhos de fiscaliza-

ção desenvolvidos pelo TCU, no trimestre, consta do Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período". O inteiro teor dos relatórios, votos e acórdãos referentes a todas as fiscalizações pode ser obtido no Portal TCU: <http://www.tcu.gov.br>.

Fiscalizações realizadas por iniciativa



2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou contrato em execução, consoante o preconizado no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar o

ato ou comunicar ao Congresso Nacional acerca da não anulação do contrato. O quadro adiante apresenta os mais relevantes processos de fiscalização deliberados no período nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências.

Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em licitações	Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) (Acórdão nº 32/Plenário, de 20.1.2010, TC nº 024.369/2008-1, Relator: Ministro Raimundo Carreiro)
	Ministério da Defesa/Comando do Exército (Acórdão nº 79/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 025.149/2009-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)
	4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta IV) (Acórdão nº 80/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 025.219/2009-7, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
	Amazonas Distribuidora de Energia S.A (Acórdão nº 138/Plenário, de 03.02.2010, TC nº 023.945/2009-6, Relator: Ministro José Múcio)
	Banco do Brasil S.A (Acórdão nº 743/1ª Câmara, de 23.02.2010, TC nº 001.646/2009-0, Relator: Ministro Valmir Campelo)
Suspensão de pagamento ou resarcimento/retenção de valores em contratos	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU/UFMA) (Acórdão nº 259/Plenário, de 24.2.2010, TC nº 013.932/2009-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz) Serviço Social do Comércio /Administração Regional do Paraná (SESC/PR) (Acórdão nº 1748/1ª Câmara, de 06.4.2010, TC nº 009.910/2005-8, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (Acórdão nº 434/2ª Câmara, de 09.02.2010, TC nº 007.521/2009-3, Relator: Ministro Aroldo Cedraz) Fundação Nacional de Saúde/Coordenação Regional no Estado do Amapá – (FNS/Ccre/AP) (Acórdão nº 343/Plenário, de 03.3.2010, TC nº 016.024/2009-7, Relator: Ministro José Jorge)
Anulação, suspensão, rescisão e ajustes em contratos	Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A (Acórdão nº 632/Plenário, de 31.03.2010, TC nº 020.957/2009-3, Relator: Ministro Raimundo Carreiro)
	Secretaria Municipal de Obras e Viação de Natal/RN (Acórdão nº 497/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 009.352/2009-8, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)
Devolução e suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Senado Federal (Acórdão nº 431/2ª Câmara, de 09.02.2010, TC nº 016.200/2008-8, Relator: Ministro Aroldo Cedraz) Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR) (Acórdão nº 893/2ª Câmara, de 09.3.2010, TC nº 013.947/2004-6, Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Espírito Santo - Senai/ES (Acórdão nº 204/Plenário, de 10.2.2010, TC nº 021.786/2009-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
Anulação de atos ou contratos referentes a pessoal	Serviço Social do Comércio/Administração Regional da Paraíba (Sesc/PB) (Acórdão nº 1093/1ª Câmara, de 09.3.2010, TC nº 011.370/2005-0, Relator: Ministro José Jorge) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial /Departamento Regional do Acre (Senai/AC) (Acórdão nº 500/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 014.483/2007-4, Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho) Município de Conceição do Lago Açu/MA (Acórdão nº 349/Plenário, de 03.03.2010, TC nº 006.526/2006-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apuradas

irregularidades. Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os órgãos ou entidades envolvidos suspendessem, no todo ou em parte, o pagamento considerado irregular.

2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de

recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas. Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive

com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No trimestre, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações

do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

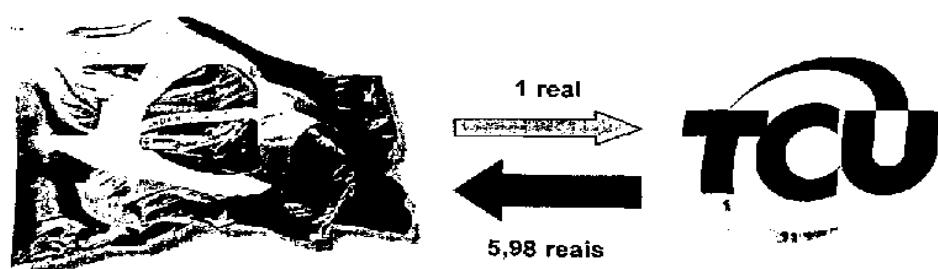
Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Benefício	Acórdão	Processo	Valor (R\$)
Aplicação de multa prevista em contrato ou em legislação específica	919-5/2010-1C	013.345/2005-7	17.523.449,03
Correção de vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado	578-9/2010-PL	020.036/2007-8	33.040.000,00
	621-10/2010-PL	001.205/2008-8	325.136.015,73
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	123-3/2010-PL	009.789/2009-0	45.000.000,00
	577-9/2010-PL	007.591/2009-8	19.237.500,00
	462-8/2010-PL	018.509/2008-9	249.517.650,05
Glosa ou impugnação de despesa	1.287-9/2010-2C	020.108/2006-0	15.000.000,00
Redução de tarifa pública	131-3/2010-PL	017.309/2009-1	460.900.000,00
Redução de valor contratual	29-1/2010-PL	005.788/2009-4	104.257.922,62
	1.099-6/2010-1C	019.826/2004-8	67.468.800,00
	189-4/2010-PL	000.543/2008-0	38.000.000,00
Restituição de recursos ao órgão repassador	291-1/2010-1C	027.368/2008-8	26.583.176,00
	919-5/2010-1C	013.345/2005-7	17.523.449,03
	1.107-6/2010-1C	009.177/2003-7	10.903.848,09
TOTAL			1.430.091.810,55

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também como benefício das ações de controle, a economia decorrente da interrupção de despesas impugnadas, relativamente a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias e pensões considerados ilegais, estimada em **R\$ 59.197.555,20**, e, ainda, os valores das con-

denações em débito e aplicação de multas **R\$ 242.187.365,59**.

O benefício financeiro das ações de controle, no 1º trimestre de 2010, atingiu o montante de **R\$ 1.731.476.731,34**, valor **5,98** vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (**R\$ 289.361.082,18**).



2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no 1º trimestre de 2010, que se destacaram pela importância

ou interesse das constatações verificadas, agrupados por Função de Governo ou área envolvida.

2.2.1. Administração-Geral

TSE deverá adotar medidas para evitar irregularidades na obra do edifício-sede

O TCU determinou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que adote medidas para prevenir danos na execução da obra do edifício-sede do Órgão. Auditoria verificou risco ao equilíbrio contratual em relação à média dos preços do mercado, podendo causar sobrepreço na obra.

Foram constatados serviços realizados em desacordo com as etapas estabelecidas no cronograma da obra, pagamentos autorizados a partir de boletins de medição imprecisos e execução de itens da planilha em quantidades superiores ao contratado, sem a realização de termo aditivo, entre outras irregularidades.

O TCU determinou que os ajustes necessários para evitar prejuízos sejam feitos

por termos aditivos que devem adotar os preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) ou os valores indicados no orçamento-base da licitação, como valores de referência para alterações na planilha orçamentária.

Determinou, também, que o TSE informe sobre a formalização dos termos aditivos, envie documentação que comprove a adequação entre os serviços faturados e os realizados em cada etapa e apresente memória de cálculo de maneira a evitar que a Administração efetue pagamentos a partir de boletins de medição imprecisos. (Acórdão nº 81/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 011.299/2008-8, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secob)

TCU faz condenação milionária a ex-Gerente do BNB em São Luís/MA

O Tribunal detectou irregularidades em empréstimos com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A verba foi administrada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em São Luiz/MA para o projeto de desenvolvimento industrial Ta Chung, localizado em Rosário/MA.

O projeto tinha como objetivo montar polo industrial para a fabricação de máquinas de costura sob responsabilidade da empresa Ta-Chung Máquinas Industriais LTDA., encarregada de implantar 65 unidades fabris e cada uma delas a cargo de grupos dos trabalhadores da Indústria de Fabricação de Máquinas de Costura.

Em visita feita ao local, foi verificado que a situação do empreendimento e das máquinas era de abandono e que não houve treinamento dos trabalhadores. A fiscalização comprovou a concessão de crédito acima do limite, sem comprovação do recebimento dos bens, e obtenção indevida de recursos pagos às empresas.

O TCU condenou o ex-Gerente da Agência Centro do BNB em São Luís a devolver R\$ 44,8 milhões, valor atualizado, sendo que R\$ 43,7 milhões deverão ser pagos solidariamente com o representante das empresas Ta-Chung Máquinas Industriais Ltda. e Jian Lian Comércio Importação e Exportação Ltda., fornecedora dos equipamentos. Além desses, dois representantes da projetista Almeida Consultoria Ltda. deverão

devolver solidariamente mais R\$ 876 mil, valor atualizado. Os valores devem ser pagos ao FNE e ao FAT.

Os responsáveis ainda foram multados em valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 110 mil. O ex-Gerente de Negócios do BNB, também foi multado, devido à concessão

irregular de empréstimos a 65 grupos de trabalhadores vinculados ao polo industrial Ta Chung. Os valores deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional. (Acórdão nº 470/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 005.193/2004-0, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-MA)

TCU anula pregão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O TCU determinou que a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. anule o pregão nº 448/2009, que objetiva a aquisição de 11 caminhões adaptados com plataforma, guindaste, broca perfuratriz e cesto aéreo, devido à realização de alterações relevantes no edital sem que houvesse ampla divulgação e reabertura dos prazos.

Caso a Amazonas Distribuidora de Energia queira abrir nova licitação, terá de incorporar as modificações ao edital, desde o inicio. (Acórdão nº 138/Plenário, de 03.2.2010, TC nº 023.945/2009-6, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: Secex-AM).

Militar do Exército terá que devolver mais de R\$ 1 milhão aos cofres públicos

O TCU condenou Comandante do Exército a devolver mais de R\$ 1 milhão, valor atualizado, ao Tesouro Nacional. Ele foi responsabilizado por desvio de gêneros alimentícios do Depósito da Subsistência de Santa Maria (DSSM), unidade militar do Exército no Rio Grande do Sul, em razão de saída de estoque em quantidade superior às necessárias ao consumo do efetivo, quando era tanto Comandante como ordenador de despesas do depósito.

Além disso, o militar também terá de pagar multa de R\$ 30 mil aos cofres do Tesouro Nacional pela irregularidade. O Chefe de Laboratório e responsável por verificar a qualidade dos produtos adquiridos também foi multado, por receber irregularmente gêneros alimentícios em especificações diferentes das previstas em contrato. (Acórdão nº 21/Plenário, de 20.1.2010, TC nº 010.261/2003-5, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Serur).

TCU determina anulação de licitação do Cindacta IV

O TCU determinou que o 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta IV) anule a concorrência para contratação de empresa para a construção de prédio do comando do Órgão. Foram constatadas irregularidades no edital que restrinham a competitividade entre as empresas interessadas.

De acordo com o relator do processo, as irregularidades do edital contrariam a Lei de Licitações, pois, além de ocasionarem restrição à competitividade, impossibilitam a correta avaliação do custo da obra. (Acórdão nº 80/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 025.219/2009-7, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: Secex-AM).

TCU apura irregularidades em contratos de publicidade do Confea

O Tribunal realizará tomada de contas especial para apurar os responsáveis por irregularidades em contratos de servi-

ços de publicidade e propaganda do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Esses contratos, assinados no período de 2000 a 2006, causaram prejuízos aos cofres da Entidade. Auditoria detectou pagamentos realizados sem nota fiscal, contratação de serviços com preços definidos pelas próprias empresas e falta de avaliação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Em 14 serviços terceirizados pelo consórcio Metra-Anagraphia, no valor de R\$ 806 mil, não houve pesquisa de preços em pelo menos três fornecedores, sem justificativa para esse procedimento ou a declaração de exclusividade expedida por órgão competente. Também foram detectados 39 itens de serviços prestados

diretamente pelo consórcio contratado, no valor de R\$ 610 mil, com preços definidos arbitrariamente pelo próprio consórcio, uma vez que não foram extraídos da tabela oficial e não houve pesquisa de mercado.

Em outros contratos de publicidade com as agências Fórmula de Comunicação e Agnelo Pacheco foram identificados pagamentos de serviços terceirizados sem apresentação de nota fiscal das empresas subcontratadas, o que não permitiu conhecer o valor real dos serviços prestados. (Acórdão nº 78/Plenário, de 27.1.2010, TC nº 020.511/2005-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 5ª Secex)

Outras Ações

TCU capacitará 20 mil gestores em todo o País

O Tribunal capacitará mais de 20 mil gestores públicos em todo o País. O treinamento, que ocorrerá durante o ano de 2010, tem como objetivo a disseminação de conhecimentos sobre práticas corretas da Administração Pública. A ação oferecerá uma série de cursos sobre licitação e contratos, convênios, fiscalização de obras e Lei de Responsabilidade Fiscal.

A meta do TCU para 2010 representa um crescimento de 38% no número de qualificados em relação a 2009, quando foram capacitados 14.500 gestores. Essa ação pedagógica do Tribunal, em parceria com outras instituições, é de suma importância, pois muitas falhas administrativas que resultam em punições ocorrem mais por

desconhecimento da legislação do que por má fé do gestor.

O Tribunal busca também, por meio do programa Diálogo Público, aproximação com gestores públicos de todos os estados. Trata-se de iniciativa que permite a realização de ciclos de palestras e cursos, ministrados de maneira presencial ou a distância.

A escolha dos cursos oferecidos depende das atividades da Administração Pública que concentram as maiores irregularidades. Assim, o TCU tem investido na realização de cursos na área de licitações e gestão de contratos, fiscalização de obras, responsabilidade fiscal do gestor público e prestação de contas dos convênios de repasse.

2.2.2. Agricultura

TCU verifica deficiência em controle de estoques públicos pela Conab

O Tribunal recomendou à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que promova uma revisão do processo de fiscalização de estoques públicos de produtos agrícolas, a fim de padronizar os procedi-

mentos adotados e minimizar a ocorrência de impropriedades no armazenamento de estoques governamentais.

Auditoria do TCU avaliou os processos de armazenamento dos estoques públicos

relativos à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e de fiscalização desses ativos, os sistemas informatizados de controle de estoques utilizados pela Conab, a logística de armazenamento dos armazéns públicos e, por fim, o processo de recuperação de débitos oriundos de desvios e perdas de produtos.

Verificou-se que os armazéns da Conab não atendem a requisitos necessários para a recepção de produtos e a falta de um sistema adequado para o gerenciamento dos grãos armazenados torna a gestão e o controle deficientes. De acordo com o relatório, as diferenças encontradas entre a posição de estoques mantida pela matriz e pelas superintendências regionais são graves e devem ser corrigidas rapidamente.

Além disso, foi constatado que a Conab tem contratado serviços de armazenamento com empresas que possuem débitos não quitados com a União. Segundo o relatório, 48 empresas inscritas no cadastro de inadimplentes da União estavam armaze-

nando produtos públicos mediante contrato de depósito.

O TCU também recomendou que a Companhia ajuste a estrutura física dos armazéns, para que todos estejam plenamente operacionais, e desenvolva sistema informatizado voltado à fiscalização de estoques.

Além disso, o Tribunal determinou que a Conab passe a exigir a garantia de depósito em todos os contratos efetuados junto a terceiros para o armazenamento de produtos públicos e que aperfeiçoe os controles internos de estoques e os sistemas informatizados de controle de armazenamento. Determinou, ainda, que a Companhia acelere o trâmite de processos internos de recuperação de débitos provenientes de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres, de forma que possam ser concluídos dentro de 90 dias - prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça. (Acórdão nº 123/Plenário, de 3.2.2010, TC nº 009.789/2009-0. Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Seprog).

TCU encontra irregularidades na implantação de polo pesqueiro no Pará

O Tribunal constatou problemas na instalação de polo pesqueiro em Ponta de Pedras (PA), financiado com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Entre as irregularidades encontradas, constam a conclusão apenas parcial da obra, ausência de poço e de reservatório, não instalação de equipamentos e despesas incompatíveis com os serviços executados.

O projeto do polo inclui mercado, duas fábricas de gelo, usina de beneficiamento de pescado, três câmaras frigoríficas, trapiches

e eletrificação rural. Um ex-Prefeito do Município e a empresa Star Fox, responsável pela obra, foram condenados a **devolver mais de R\$ 1,2 milhão**, valor atualizado, aos cofres da Sudam. Ambos também receberam multa individual de R\$ 150 mil.

O TCU encaminhou cópia do processo à Procuradoria da República no Pará ressaltando as evidências de apresentação de documentos falsos. (Acórdão nº 1.429/1ª Câmara, de 23.3.2010, TC nº 009.884/1999-8, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-PA)

2.2.3. Ciência e Tecnologia

TCU promove novo levantamento de governança de tecnologia da informação

Com o objetivo de traçar o perfil individualizado de governança de Tecnologia da

Informação (TI) dos órgãos/entidades públicas e formular recomendações com o intuito

de aperfeiçoar as normas que regem o uso e a gestão de TI, o Tribunal está realizando novo levantamento na Administração Pública Federal.

O trabalho abrangerá cerca de trezentos entes públicos. Serão coletadas informações acerca de áreas diversas, tais como planejamento, processo de contratação, segurança da informação e capacitação de pessoal para uso e gestão de TI.

O levantamento é baseado em modelos de boas práticas reconhecidas internacionalmente, como o Cobit (Control

Objectives for Information related Technology) e a NBR ISO/IEC 27002 (segurança da informação).

O TCU realizou em 2007 o primeiro levantamento de governança de TI. Naquela auditoria, foram identificadas diversas deficiências, que resultaram no Acórdão nº 1.603/2008-Plenário. Nesse acórdão, foram feitas recomendações para toda a Administração Pública Federal, por meio de órgãos que regulam as matérias relacionadas à área de TI. (TC nº 000.390/2010-0; Relator: Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Sefti)

2.2.4. Cultura, Desporto e Lazer

TCU fiscaliza gastos com a Copa do Mundo de 2014

O Tribunal iniciou a fiscalização das ações em preparação para a Copa do Mundo de 2014. A estimativa é de que os gastos deverão superar R\$ 25 bilhões, considerando apenas os recursos da União e os empréstimos dos bancos oficiais. Isso inclui financiamento da construção ou reforma dos estádios, obras de transporte urbano, como metrô e corredores de ônibus, ampliação de aeroportos e de portos, desenvolvimento da infraestrutura urbana voltada para o turismo, investimentos em segurança e em saúde, além da aquisição de equipamentos e da promoção de eventos.

A área técnica do TCU entende que, em função da diversidade de agentes envolvidos – União, estados, municípios, Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e empresas –, o planejamento e a execução das ações precisam ser orquestrados. Isso porque, a julgar pela experiência dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em

2007, existe o risco de que a despesa total venha a ser muito superior à inicialmente prevista, principalmente em função de deficiências no planejamento e do consequente atraso na execução das obras, o que pode gerar correria e descontrole nas etapas finais de preparação da Copa.

O primeiro trabalho do TCU relacionado à Copa foi concentrado no **mapeamento dos riscos** a que o evento está sujeito. As próximas fiscalizações abrangerão desde a análise dos projetos básicos das obras até o acompanhamento das principais contratações.

No que se refere à ampliação da capacidade de aeroportos ou portos, o Tribunal analisará a execução das obras, o cumprimento dos cronogramas e a compatibilidade dos preços com as referências de mercado. Já nas obras dos estádios e nas de mobilidade urbana, nas quais a participação da

União deverá se restringir a financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) e da Caixa Econômica Federal, caberá ao Tribunal a análise dos procedimentos de contratação das operações de crédito e a verificação da adequação e da suficiência das garantias, enquanto os tribunais de contas dos estados fiscalizarão o andamento das obras.

O TCU, juntamente com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, tem compartilhado com os tribunais de contas estaduais e dos municípios informações e métodos de trabalho, de modo a facilitar o controle das obras, que serão auditadas pelos diversos tribunais segundo os mesmos procedimentos e tendo como referência as mesmas planilhas de preços.

Outras Ações

(I) Portal de fiscalização dos gastos com a Copa 2014

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fiscalização da Copa 2014

Recentemente, foi lançado o **Portal de Fiscalização e Controle da Copa de 2014**. O site é uma iniciativa da Rede de Informações para a Fiscalização e o Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014. O TCU integra o rol de órgãos participes da Rede, juntamente com comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e tribunais de contas dos estados e municípios que irão sediar os jogos do mundial.

O objetivo do portal é instrumentalizar os trabalhos da **Rede Copa 2014** e torná-los acessíveis ao conhecimento da sociedade, que poderá participar mais diretamente da preparação da copa fiscalizando a aplicação

O TCU participa também, juntamente com o Ministério Público da União, a Controladoria Geral da União e outros órgãos, de uma série de ações preventivas para reduzir o risco da ocorrência de sobrepreços, direcionamento de licitações e outras irregularidades.

A soma de competências dos órgãos de fiscalização e o compartilhamento de informações e de métodos de trabalho são fundamentais para a efetividade do controle das despesas de um evento do porte da Copa do Mundo, no qual há diversidade de agentes políticos envolvidos, além de elevado número de executores e de um prazo inflexível para conclusão dos empreendimentos. (TC nº 007.046/2010-3 e TC nº 023.646/2009-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: Adplan e Seprog).

dos recursos públicos. Serão disponibilizados no sítio editais de licitação, contratos de obras e serviços, cronogramas de trabalhos e liquidação de despesas e todas as iniciativas ligadas à Copa do Mundo de 2014. Há ainda espaços destinados a receber comentários, sugestões e denúncias de irregularidades nos processos ligados ao mundial. Essas denúncias serão transmitidas às comissões da Câmara e do Senado, que solicitarão a fiscalização do TCU e dos tribunais de contas dos estados e municípios.

Endereço do site:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/2014>

2.2.5 – Educação

TCU faz recomendações à Secretaria de Educação Superior do MEC

O Tribunal recomendou à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) medidas para aprimorar o acesso dos indígenas aos cursos de graduação, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Em auditoria, realizada em setembro e outubro de 2009, constatou-se que a metodologia da lei que criou o Prouni não especifica se as etnias deveriam ter cotas próprias. Isso faz com que as bolsas sejam oferecidas em conjunto para portadores de deficiência, autodeclarados negros e indígenas. Dessa forma, os candidatos indígenas têm sido prejudicados por concorrerem com os demais cotistas.

Constatou-se, ainda, que há inconsistências nas informações prestadas pelos candidatos sobre sua etnia. Em decorrência, aumentam as chances de um candidato obter bolsa destinada às cotas como indígena, mesmo sem efetivamente pertencer a esse grupo étnico. Segundo a auditoria, a condição de indígena não pode ser efetivamente comprovada com base na autodeclaração.

Com intuito de atualizar e aprimorar o Prouni, o Tribunal recomendou que a SESu avalie a conveniência e a oportunidade de propor alteração na lei, com o objetivo de aumentar o acesso dos indígenas à universidade, por meio da previsão de critérios objetivos de comprovação da etnia. O TCU sugere, como exemplo, solicitar do candidato que se autodeclara indígena a certidão do Registro Administrativo de Nascimento e Óbito registrada na Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Tribunal recomendou, ainda, que a Secretaria avalie, no âmbito do Prouni, a criação de mecanismos que permitam assegurar aos indígenas concorrerem apenas entre si.

A Secretaria deve avaliar, também, as causas das distorções verificadas entre os percentuais das bolsas destinadas às cotas e aqueles referentes à população levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Acórdão nº 284/Plenário, de 24.2.2010, TC nº 012.348/2009-7, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: 6ª Secex)

2.2.6 – Energia

TCU aprecia estudos para leilão de Belo Monte

O TCU aprovou a metodologia que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizará na formação de preço do leilão de

energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, bacia hidrográfica amazônica, no Pará.

Entre as determinações que o Tribunal fez à EPE, está proceder ao deflacionamento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em conjunto com o spread bancário adotado pela instituição financeira utilizada como *benchmarking*, que no caso é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes).

O TCU determinou, ainda, que para os próximos leilões seja atualizada a série histórica do prêmio de risco de crédito ou aprofundada a metodologia de determinação desse prêmio. Isso em decorrência da recente classificação do Brasil no mercado externo quanto ao grau de risco de investimento por diferentes agências internacionais de classificação.

O Tribunal também recomendou à EPE que aprimore os critérios de análise

para a aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica, de modo a exigir maior qualidade e detalhamento dos estudos e poder, assim, assegurar a adequada caracterização dos empreendimentos que subsidiam as licitações de concessão de aproveitamentos hidrelétricos.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), o TCU determinou a inclusão, nos próximos licenciamentos, como requisito para a concessão de licença ambiental, da apresentação dos planos e programas governamentais, propostos e em implementação, na área de influência do projeto. (Acórdãos nº 131/Plenário, de 3.2.2010; e nº 489/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 017.309/2009-1, Relator: Ministro José Múcio, Revisor: Ministro José Jorge; Unidades Técnicas: Sefid, Secob e 8ª Secex).

Outras Ações

Aneel apresenta metodologia para correção de erro apontado pelo TCU

No decorrer do trimestre, os ministros do Tribunal receberam diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que apresentaram a metodologia escolhida para corrigir impropriedade no reajuste das tarifas de energia. A Aneel modificou, no mês de março deste ano, a forma de calcular o reajuste das tarifas e corrigiu o erro que, de acordo com o TCU, causava perdas de mais de R\$ 1 bilhão por ano aos consumidores brasileiros.

Segundo a Aneel, a alteração no cálculo favorece o consumidor, que poderá ser beneficiado com uma redução na tarifa toda vez que o mercado da distribuidora de energia elétrica crescer.

Entretanto, existe uma discussão acerca da possibilidade de o consumidor ser resarcido pelo que foi pago a mais nos últimos anos. A Aneel argumenta que os antigos reajustes eram calculados com base nos contratos de concessão e na regulamentação do setor e que, portanto, não haveria resarcimento, tendo em vista que os aumentos não foram concedidos ilegalmente. O mérito da matéria está sendo analisado pelo TCU.

Já as empresas distribuidoras de energia ainda terão liberdade de decidir se aceitam ou não a modificação. Caso não assinem termo aditivo no contrato de concessão, poderão recorrer administrativamente junto ao órgão regulador.

2.2.7 – Gestão de Pessoas

TCU determina regulamentação de teto constitucional

O Tribunal fixou prazo para que o Poder Executivo constitua grupo de trabalho com o objetivo de implementar o sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais. Segundo a decisão, a Lei 10.887/2004 reduziu a aplicabilidade do artigo constitucional que estabelece o salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como teto para pagamentos de remunerações na Administração.

O relator da matéria, Ministro Augusto Nardes, ressaltou que a lei dificultou a aplicação do teto, uma vez que determinou a instituição do sistema integrado de dados. "É lamentável que a União, apenas no âmbito do Poder Executivo, ainda não tenha instituído o referido cadastro integrado de dados para incluir no Siape as informações dos servidores da carreira diplomática, do Banco Central e dos militares", observou. O Ministro lembrou que também falta inclusão dos cadastros isolados dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

TCU aponta irregularidades em pagamentos de magistrados e servidores do TJDFT

O Tribunal encontrou irregularidades em pagamentos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Foram detectados pagamentos indevidos de recomposições salariais, reajustes, vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI) e gratificações, além de concessão de remuneração acima do teto constitucional a determinados servidores.

O Tribunal recomendou ao Presidente da República, por intermédio dos ministros da Casa Civil e do Planejamento, e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que adotem providências para permitir a aplicação plena do teto remuneratório nos casos de acumulação legal de cargos públicos. Para isso, propôs a criação de comissão a ser integrada, no mínimo, por representantes da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público da União e do TCU.

O Ministro Nardes destacou que a criação do cadastro integrado será o primeiro passo para, "de modo uniforme, nas três esferas de governo, coibir-se os abusos remuneratórios". Segundo ele, não há como identificar duplicidade de pagamentos para servidores de esferas distintas: federal, estaduais ou municipais. (Acórdão nº 564/Plenário, de 24.3.2010, TC nº 030.632/2007-5, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefip)

O TCU também constatou erros em outros assuntos da área de pessoal do TJDFT, como cessões irregulares de servidores a outros órgãos, cumprimento de jornada de trabalho de profissionais das áreas de medicina e odontologia diferente do estabelecido por lei para servidores do Poder Judiciário e concessão de aposentadorias sem comprovação adequada de pagamento de contribuições previdenciárias.

O TCU fez determinações ao Órgão para a correção dos erros identificados, que deverão ser cumpridas no prazo de 60 dias. Entre as determinações, estão a adoção de providências para regularização de pagamentos que estejam acima do teto constitucional, obtendo o ressarcimento de valores pagos indevidamente, e a observância estrita de requisitos legais para a cessão de servidores.

2.2.8 – Organização Agrária

TCU determina anulação de contratos de regularização fundiária em Mato Grosso

O Tribunal determinou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Mato Grosso (Incra/MT) que anule 16 contratos de promessa de compra e venda de imóveis localizados em Pontes de Lacerda (MT), fronteira Brasil-Bolívia. A determinação é relativa à regularização fundiária de ocupações da Fazenda Nacional Casalvasco. Com a anulação, os imóveis deverão retornar ao patrimônio da União.

O TCU identificou irregularidades no processo de regularização fundiária, tais como divergências entre as áreas vistoria-

O TJDFT também deverá instaurar processo para identificar responsáveis e calcular danos aos cofres da União referentes à cessão de duas servidoras a tribunais de justiça de outros estados. (Acórdão nº 621/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 001.205/2008-8, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Sefip)

Incra deverá aprimorar controle de convênios e imóveis

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deverá apresentar ao TCU, no prazo de 90 dias, plano para aprimorar controles internos para evitar problemas na gestão de convênios. O objetivo da medida é garantir o cumprimento de dispositivos legais que regem a celebração, fiscalização e aprovação desses acordos.

O TCU também determinou que o Incra realize, em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a

das inicialmente e aquelas que estão sendo efetivamente regularizadas. Parte das áreas pretendidas está localizada no Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara. Houve também inadimplência dos beneficiários e outorga para que apenas uma pessoa pudesse dispor livremente das áreas, a qual transferiu os poderes a um terceiro.

O Incra/MT terá de informar ao TCU sobre o andamento dos processos de anulação em 90 dias. (Acórdão nº 1.099/1ª Câmara, de 9.3.2010, TC nº 019.826/2004-8, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-MT).

contabilização de todos os valores de imóveis que administra. As recomendações foram feitas com base em análise da prestação de contas de 2006.

O TCU fará novos levantamentos sobre assuntos relacionados a atividades do Incra, como processos de concessão de créditos e emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA). (Acórdão nº 578/Plenário, de 24.3.2010, TC nº 020.036/2007-8, Relator: Ministro-Substi-tuto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 8ª Secex)

2.2.9 – Saúde

TCU propõe ao Ministério da Saúde melhorias no combate à gripe A

O Tribunal recomendou ao Ministério da Saúde que adote ações para aprimorar o tempo de resposta do sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A.

O TCU apontou a fragilidade no sistema, que enfrentou dificuldades para oferecer avaliações clínicas dos pacientes com sintomas da doença no prazo de 48 horas. Esse prazo é considerado ideal para maximizar a eficácia dos medicamentos destinados ao combate da gripe A.

De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), é fundamental a organização de um serviço de assistência à saúde que possa oferecer resposta rápida ao indivíduo que necessite de avaliação médica, permitindo o acesso à prescrição de medicamento e/ou internação hospitalar.

Em relação à aquisição, estocagem e disponibilização de medicamentos aos pacientes, as informações levantadas pelo TCU demonstraram que, de maneira geral,

as ações empreendidas no Brasil são compatíveis com as expectativas da população, pois foram adotadas com o objetivo de incrementar a disponibilização de medicamentos.

Segundo o Ministro José Jorge, relator do processo, os estoques atuais permitem que sejam tratados cem vezes mais pacientes do que aqueles medicados no auge da pandemia de gripe A. "Embora não seja suficiente para fazer frente às projeções mais pessimistas do Ministério da Saúde, esse número fornece certo grau de conforto, pois, ante a possibilidade de uma segunda onda da doença, há um bom estoque de medicamentos", afirmou.

O TCU ainda acompanhará os procedimentos realizados pelo Ministério da Saúde relativos à aquisição, mediante dispensa de licitação, de vacinas destinadas à imunização contra o Virus A (H1N1). (Acórdão nº 634/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 010.800/2009-1, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 4ª Secex)

TCU condena ex-Prefeito de Porto Seguro a devolver mais de R\$ 2 milhões

O TCU condenou ex-Prefeito de Porto Seguro/BA a devolver mais de R\$ 2 milhões, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

O ex-Prefeito não comprovou bom uso de recurso público federal destinado à implantação de ações preventivas, assistenciais e de vigilância epidemiológica para erradicar o *Aedes Aegypti* no Município. Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, não foram

apresentadas notas fiscais ou recibos referentes aos pagamentos que teriam sido feitos com vistas à implementação do convênio.

O ex-Prefeito ainda terá de pagar multa de R\$ 50 mil pelas irregularidades. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 296/1ª Câmara, de 26.1.2010, TC nº 017.018/2008-6, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 7ª Secex).

TCU identifica graves irregularidades na implantação de sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas no Amapá

O Tribunal encontrou irregularidades na implantação de sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas (Santa Izabel, Espírito Santo, Japiim, Taminá e Tipidom), localizadas no Município de Oiapoque/AP. A Construtora Freitas e Souza Ltda, empresa contratada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a realização das obras no Amapá, recebeu pagamentos por serviços não executados, bem como por serviços realizados parcialmente. Além disso, foram constatadas falhas no processo licitatório, tais como a classificação de proposta com erros de cálculo e com preços superiores aos estimados pela Funasa.

O TCU determinou prazo à Coordenação-Regional da Funasa no Estado do Amapá para que providencie a rescisão do contrato com a empresa responsável pelas obras. Caso exista interesse na conclusão dos serviços, o órgão deverá efetuar estudo prévio para identificar as ações necessárias e realizar nova licitação. A construtora, o Coordenador Regional da Funasa, Gervásio Augusto de Oliveira, e outros dez responsáveis têm prazo para apresentar defesa acerca das irregularidades identificadas no processo. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 343/Plenário, de 3.3.2010, TC nº 016.024/2009-7, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-AP)

2.2.10 – Segurança Pública

Secretaria Nacional de Defesa Civil deverá adotar medidas mais eficientes

O TCU identificou falhas na estrutura física e gerencial dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil, que dificultam as ações do Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução em regiões do País. Constatou-se ausência de articulação entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), os órgãos estaduais e os municipais, responsáveis pelo processo de transferência de recursos para prevenção e soluções às catástrofes.

A auditoria apontou que não há interação entre o Ministério das Cidades, que possui ação destinada a financiar o mapeamento municipal de áreas de risco, e o Ministério da Integração Nacional, que possui um programa responsável por transferir recursos para projetos de prevenção a desastres.

O Tribunal verificou que faltam critérios objetivos e transparência na execução das ações da Secretaria Nacional de Defesa Ci-

vil. A Secretaria não registra sistematicamente as informações de todas as solicitações de recursos relacionadas ao programa de resposta e prevenção.

O TCU identificou, ainda, que há insuficiência de recursos humanos e materiais necessários para a conclusão tempestiva das atividades da Sedec, o que causa impacto tanto nas ações preventivas como nas de recuperação.

Há atraso na liberação de recursos devido ao desconhecimento sobre a legislação dos órgãos estaduais e municipais. Além da pouca capacidade técnica para elaborar planos de trabalho conforme as exigências legais, verificou-se que, mesmo quando a liberação ocorre em tempo hábil, os beneficiários atrasam no primeiro pagamento.

O TCU determinou à Secretaria Nacional de Defesa Civil que estruture processos de transferência de recursos para garantir a

confiabilidade das informações, bem como, adote mecanismos que assegurem o registro de todas as solicitações por recursos, atendidas ou não, além do motivo da negativa, e divulgue as informações no sítio do Ministério para dar transparência ao processo.

A Secretaria deve adotar, também, critérios objetivos na distribuição de recursos

para obras preventivas, de forma a diminuir os prejuízos humanos e materiais resultantes de eventos naturais. (Acórdão nº 729/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 008.556/2009-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidades Técnicas: Segecex e 4ª Sececx)

2.2.11. Transporte

TCU apura superfaturamento em contrato da Ferrovia Norte-Sul/TO

O Tribunal determinou a instauração de processo para apurar débito e ouvir responsáveis sobre o superfaturamento de 11,7% em contrato firmado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A e a Construtora Norberto Odebrecht para obra de construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho Aguiarnópolis-Palmas, no Tocantins. O contrato foi rescindido e a Valec deverá manter os valores já retidos, que serão abatidos do débito a ser apurado. O TCU continuará a analisar indícios de sobrepreço em outros contratos da Valec para construção da Ferrovia.

Em futuras licitações, a Valec deverá exigir a realização de projeto para instalações de canteiros de obras e apresentação detalhada de preços para os serviços de instalação e manutenção de canteiros e mobilização de equipamentos. Deverá, ainda, inserir nos editais a proibição, aos licitantes, de incluirem em encargos financeiros impostos com alíquotas superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 462/Plenário, de 17.3.2010, TC nº 018.509/2008-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secob)

TCU monitora contratos de dragagem da Secretaria Especial de Portos

O Tribunal acompanhará a execução dos contratos de dragagem firmados com a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR). O objetivo é garantir a produtividade e o custo baixo das dragas à União.

O TCU analisará também a economicidade dos contratos firmados após concorrências internacionais. A SEP/PR terá de buscar informações de dragas disponíveis em países próximos aos portos brasileiros, dentro do cronograma de execução dos serviços, e convidar formalmente cada uma das empresas concorrentes do setor para as próximas licitações.

Os seis portos fiscalizados pelo Tribunal representam cerca de 38% dos investimentos do **Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)** destinadas ao Programa Nacional de Dragagem (PND). O Ministério da Justiça está averiguando indícios de formação de cartel entre as empresas do ramo de dragagem e encaminhará o resultado ao TCU.

Cópia da documentação foi encaminhada à Presidência do Congresso Nacional e à SEP/PR para adoção das providências cabíveis. Acórdão nº 29/Plenário, de 20.1.2010, TC nº 018.509/2008-9, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secob)

TCU faz auditoria nas obras da BR 319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho

O Tribunal realizou auditoria, solicitada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, nas obras de pavimentação e recuperação da BR 319, rodovia que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO. O objetivo da solicitação foi que o TCU verificasse a avaliação prévia de viabilidade técnica e socioeconômica e avaliasse a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade do projeto, frente às outras alternativas de transporte na região amazônica. A obra está a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A auditoria abordou os seguintes pontos: a existência de estudos de viabilidade que comprovassem a viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra; a exigência de licença ambiental para a obra e a realização de todas as etapas para o licenciamento; a suficiência dos benefícios socioeconômicos da implantação da BR 319 para cobrir os custos dela decorrentes; e a existência de estudos que indicassem que a recuperação da BR 319 seria mais vantajosa frente às outras alternativas de transporte na região. Para tanto, foram coletadas informações junto aos diversos órgãos envolvidos.

O relator da matéria, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, acolheu as conclusões da auditoria e salientou que a discussão sobre a existência ou não do interesse público nas ações do convênio celebrado

não está circunscrita à esfera de competência TCU, haja vista que a identificação das ações sociais que requerem a intervenção do poder público se esgota na devida promulgação da lei orçamentária anual.

Afirmou ainda que a preocupação com o meio ambiente deve sempre pautar a tomada de decisão dos governantes, em especial na definição de obras de grande vulto, haja vista que esse tema ganha cada vez mais relevo na pauta internacional.

O TCU determinou ao Ibama que, ao definir o termo de referência para elaboração de estudo de impacto ambiental, procure determiná-lo de forma definitiva, para evitar pedidos de complementações sucessivos, os quais atrasam o desenvolvimento regular do processo de licenciamento, demandando mais recursos financeiros, humanos, patrimoniais e tecnológicos e atrasando a realização de obras necessárias para atendimento de interesses da sociedade.

O Tribunal encaminhou cópia da deliberação à Casa Civil da Presidência da República, para que adote as medidas que considerar necessárias em relação às ações definidas pelo grupo de trabalho - GT BR 319, criado em 2008, por portaria do Ministério do Meio Ambiente. (Acórdão nº 275/ Plenário, de 24.2.2010, TC nº 015.334/2009-5, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-AM)

TCU suspende repasse para contratos de execução da linha férrea de Maringá/PR

O Tribunal determinou, por medida cautelar, que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) suspenda o repasse de recursos para obras na linha férrea e na via expressa da cidade de Maringá/PR. Há indícios de sobrepreço e

superfaturamento nos contratos de execução e supervisão do prolongamento do rebaixamento da via férrea e de execução da via expressa.

A empresa contratada para executar o rebaixamento da ferrovia adicionou novos

serviços com base em tabelamento de preço acima do admitido pelo Sistema de Custos Rodoviários 2 (Sicr 2) e incluiu parcelas indevidas na composição da remuneração de despesas indiretas (BDI). Constatou-se, também, que o Município assinou contrato com empresa para supervisionar a obra de rebaixamento sem licitação.

Além da ausência de procedimento licitatório, a empresa cobrou, como remuneração, 5% do valor do contrato de execução para fazer a supervisão, sem apresentar pesquisa de mercado que justificasse o valor. A fixação de preço em função de percentual de outros contratos é estimativa e pode gerar distorções. Em relação à execução da via

expressa, verificaram-se cobrança em dobro de mobilização, instalação do canteiro, locação e sinalização de obras, e indício de sobrepreço da brita.

Como as irregularidades podem gerar dano de difícil reparação com a efetivação de superfaturamento, o TCU determinou à Prefeitura de Maringá que suspenda os pagamentos dos contratos até decisão final. Como alternativa à paralisação do fluxo de recursos pelo Dnit, poderá ser feito reforço das garantias apresentadas pelas empresas. (Acórdão nº 189/Plenário, de 10.2.2010, TC nº 000.543/2008-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-PR)

Outras Ações

TAV: inovação no transporte, mas com preço justo

O Trem de Alta Velocidade (TAV) interligará Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas e será operacionalizado na modalidade concessão de serviço público, definida pela Lei nº 8.987, de 1995. Por se tratar de serviço público, é obrigação do TCU acompanhar todo o procedimento licitatório. A análise começa com os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira que, a partir das premissas de investimentos, custos operacionais, estimativa de demanda e rentabilidade do projeto, fixam a tarifa máxima admitida para o serviço e o valor máximo de financiamento a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes).

Nessa primeira etapa, o TCU busca verificar a consistência das premissas adotadas, a exatidão dos cálculos, a correção das planilhas eletrônicas desenvolvidas, a observância das questões ambientais e a adequabilidade do projeto de investimento, visando assegurar, mesmo na hipótese de não haver efetiva disputa na licitação, tarifas razoáveis frente aos encargos da concessão, bem como que não haja prejuízos aos usuários e ao País. O objetivo do trabalho é a

busca do equilíbrio, visto que o valor estabelecido como teto para a tarifa básica deve ser, ao mesmo tempo, suficiente para atrair os investidores e módico para os usuários dessa modalidade de transporte.

O acompanhamento dessas variáveis por parte do TCU é fundamental para o aperfeiçoamento dos estudos realizados e para garantir a transparência do empreendimento. A análise do edital e do futuro contrato de concessão busca assegurar a prestação de serviço adequado aos usuários.

Em 2007, o TCU aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do acompanhamento para concessão do TAV. Decorridos mais de dezoito meses sem que fosse dada continuidade ao procedimento licitatório e verificada substancial modificação no primeiro projeto, o Tribunal decidiu pelo reinício do acompanhamento, cujos prazos passariam a contar a partir da apresentação dos novos estudos de viabilidade econômico-financeira (Acórdãos nº 693/2007 e nº 241/2009, do Plenário).

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), atualmente responsável pelo projeto, estima que o empreendimento totalize aproximadamente R\$ 33 bilhões em

investimentos durante os 40 anos de concessão e que a tarifa-teto prevista no edital seja de R\$ 0,50 por km.

Muito embora uma versão preliminar dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira (EVTE) tenha sido encaminhada ao TCU em dezembro de 2009, as audiências públicas para discussão do projeto somente foram finalizadas em janeiro de 2010.

O Tribunal só poderá manifestar-se conclusivamente após o encaminhamento

das informações e dados finais do projeto, ou seja, de posse do EVTE definitivo, consolidado com o resultado das audiências públicas. Diante dessa questão e considerando a relevância, a complexidade e a magnitude deste empreendimento, o Tribunal está analisando a documentação recebida, fazendo diligências e realizando diversas reuniões técnicas com a ANTT, o BNDES e consultores contratados, a fim de dar celeridade ao processo. (TC nº 002.811/2006-6, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefid)

3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania. O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle. Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle,

constituem ações indispensáveis para a definição de foco de atuação, para o fortalecimento do controle externo e para o incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização no âmbito de toda Administração Pública.

3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas.

Durante o 1º trimestre de 2010, foram autuados **16 processos** de solicitação do

Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados **20 processos** dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, **128 processos** de solicitação do Congresso Nacional.

3.2. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias

em trâmite, bem assim tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, bem como à ampliação da oferta de produtos e à apresentação dos trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

Desse modo, o TCU participou de várias audiências, que contaram com a presença de representantes de diversos órgãos e entidades da Administração Pública, da iniciativa privada e da sociedade civil.

As reuniões de audiência pública se traduziram em significativas oportunidades

Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 24 de fevereiro, de audiência pública na **Comissão que investiga a dívida pública do País** e suas implicações. Na reunião, o representante do TCU apresentou os mecanismos utilizados para controlar a dívida pública brasileira e as sugestões do Tribunal para aperfeiçoar o acompanhamento da dívida.

Entre os mecanismos de controle da dívida pública, estão o acompanhamento quadrienal do Relatório de Gestão Fiscal com encaminhamento das decisões ao Congresso Nacional; auditorias específicas sobre a dívida pública federal (DPF), sua gestão e fatores de risco mais relevantes; o acompanhamento de todas as garantias concedidas pela União a estados e municípios em operações externas; e a abordagem da dívida pública em tópico específico no

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

No dia 9 de março, representantes do TCU participaram de reunião com o novo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, **Deputado Nelson Bornier**.

No encontro, foi apresentado ao Deputado um conjunto de publicações referentes a trabalhos do TCU nas áreas de educação, assistência social, obras, convênios e outras transferências governamentais constitucionais.

O representante do TCU abordou questões acerca dos trabalhos da subcomissão da CFFC sobre a Copa do Mundo de 2014. No Tribunal, a relatoria dos processos relativos à realização da Copa está sob a orientação do Ministro Valmir

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, dia 17 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT), **Deputado Pepe Vargas**. O objetivo da reunião foi apresentar trabalhos do TCU e mostrar de que maneira o Tribunal pode contribuir com a Comissão.

para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Esses trabalhos, que aperfeiçoam os laços entre o Tribunal e o Parlamento, estão relacionados a seguir.

Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados

parecer prévio das contas do Presidente da República elaborado pelo Tribunal.

O representante do TCU citou exemplos de auditorias específicas sobre a dívida pública e apresentou as sugestões do Tribunal para o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e controle da dívida. As oportunidades de melhoria sugeridas foram a conclusão do marco regulatório fiscal e a implantação dos instrumentos de transparência e cidadania previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com o TCU, a LRF prevê a implementação, pelo Ministério da Fazenda, de sistema eletrônico centralizado de amplo acesso ao público, em que o cidadão possa acompanhar a dívida pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Campelo. Também foram prestados esclarecimentos sobre fiscalizações feitas pelo TCU no Aeroporto Santos Dumont e na área de concessões.

No mesmo dia, outro grupo do Tribunal apresentou ao Presidente da referida Comissão informações sobre **trabalhos realizados nas áreas de concessões rodoviárias e transporte interestadual de passageiros (Trip)**. A reunião teve como principal assunto o acordão do TCU que fixou prazo até 30 de novembro de 2010 para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publique os editais referentes às 1.600 linhas de transporte interestaduais de passageiros.

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

No encontro foi destacada a atuação do Tribunal na elaboração do relatório e do parecer prévio sobre as Contas do Governo da República e detalhadas as recomendações, provenientes de auditorias e acordãos do TCU, relativas aos critérios de repasse para os Fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE e FPM).

O representante do TCU ressaltou, ainda, trabalhos realizados no acompanhamento das receitas e suas renúncias; da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); das questões orçamentárias e contábeis da União; e da dívida pública. Tratou-se, também, de fiscalizações que o Tribunal realizou em entidades de relevância para a Co-

missão, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Receita Federal do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional. Teve destaque a avaliação que o TCU fará do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFEM), do Governo Federal.

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados

Representantes do TCU participaram, no dia 23 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, **Deputado Marcelo Serafim**.

O objetivo do encontro foi apresentar trabalhos realizados pelo TCU e a utilidade das informações remetidas ao Parlamento para a

realização de debates (audiências públicas) visando o aperfeiçoamento da Administração Pública Federal.

Teve destaque a atuação do TCU em assuntos de relevância para a Comissão, como a construção da BR-319, uma das principais do Amazonas; o projeto de integração do Rio São Francisco; e a mitigação da emissão de gases de efeito estufa na Amazônia Legal.

Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados

No dia 24 de março, representantes do Tribunal reuniram-se com o novo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, **Deputado Mário Negromonte**. No encontro, o TCU apresentou trabalhos desenvolvidos na área de energia.

Foram discutidos temas como trabalhos realizados nos setores de regulação de energia

elétrica e petróleo e a atuação do TCU nas principais obras da Petrobras. Os leilões de energia de Belo Monte e do Complexo do Rio Madeira, a auditoria sobre os reajustes tarifários da distribuição de energia elétrica, e as obras da Petrobras com indícios de irregularidades detectadas pelo Tribunal também receberam destaque.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados

O Tribunal participou, no dia 30 de março, de reunião técnica com o novo Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), **Deputado Alex Canziani**. O objetivo do encontro foi apresentar os trabalhos do TCU ao novo titular da CTASP e oferecer subsídios às deliberações da Comissão.

O representante do TCU ressaltou dados quantitativos e qualitativos referentes às fiscalizações do Tribunal nas áreas de atuação da Comissão. Além disso, entregou um conjunto de publicações do TCU relativas, entre outros temas, ao relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional e à área de convênios, que foi um assunto de destaque na reunião.

Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados

No dia 31 de março, representantes do Tribunal participaram de reunião técnica com a nova Presidente da Comissão de Turismo e

Desporto da Câmara dos Deputados, **Deputada Professora Raquel Teixeira**. O objetivo do encontro foi apresentar os trabalhos do Tribunal à

nova titular da Comissão e oferecer subsídios às suas deliberações.

O principal assunto discutido no encontro foi o acompanhamento das obras relacionadas à **Copa do Mundo no Brasil em 2014**. A Deputada se mostrou preocupada com o andamento dos empreendimentos para o mundial.

O representante do TCU explicou as dificuldades de fiscalização das obras relacionadas com a Copa de 2014, uma vez que os recursos serão descentralizados para os Estados. Segundo ele, para superar essa dificuldade, o TCU vem

atuando em cooperação com os tribunais de contas dos estados e dos municípios, não só no compartilhamento de informações, mas também na transferência de metodologia de fiscalização de obras.

Foi esclarecido que, em razão das **Olimpíadas de 2016**, o TCU está realizando auditoria operacional nas ações relacionadas ao esporte de alto rendimento. O objetivo da auditoria é analisar a estrutura de detecção e apoio financeiro, tecnológico e de infraestrutura de treinamento a atletas de ponta no País.

3.3. Acordos e Eventos

No âmbito do TCU, o intercâmbio de informações e documentos, para fins de fiscalização e controle, com entidades e órgãos públicos com os quais o Tribunal mantenha acordo de cooperação ou instrumento congênere, está disciplinado por meio da Resolução TCU nº 223, de 2009.

A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211/ de 2008.

O Tribunal promove e participa de eventos que contam com a presença de vários órgãos e entidades da Administração Pública e da iniciativa privada, onde são discutidos temas relevantes que visam a estimular as ações de prevenção do controle. Nesse sentido, foi instituída pelo TCU a **Rede de Controle da Gestão Pública**. A Rede foi lançada em 25 de março de 2009, para fortalecer a integração entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada.

A **Rede** tem por objetivo fortalecer ações de combate à corrupção, aos desvios e ao mau uso de dinheiro público. Prevê trânsito ágil de informações e de documentos entre instituições parceiras. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de au-

mentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

No trimestre, a **Rede de Controle** completou um ano e está presente em 26 estados. A **Rede** é formada pelo TCU e outras instituições de controle como Ministério Público, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, tribunais de contas estaduais e de municípios, Receita Federal, Advocacia-Geral da União, Banco Central, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Fazenda, entre outras.

Em 2010, serão realizadas auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

No âmbito da **Rede**, existem três grupos de trabalho constituídos: um na área de tipologia de irregularidades, outro sobre auditorias de obras e um terceiro dedicado ao tema "Tomada de Contas Especial" (processo administrativo que visa identificar responsáveis e quantificar débitos).

Para ampliar a participação da sociedade nesses trabalhos, foi lançado, no dia 31 de março, o **portal da Rede de Controle da Gestão Pública** na internet. O evento teve a presença do Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, do **Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro**, além de outros ministros do Tribunal e representantes de outros

órgãos participantes da Rede. O Presidente do TCU elogiou o primeiro ano da parceria entre órgãos de controle e fez sugestões para o futuro da Rede. Outra meta a ser traçada é a implementação de um cadastro nacional de gestores públicos, criado em conjunto pelos vários órgãos de controle.

O novo site contém áreas com informações sobre a **Rede**, acordos de cooperação entre os órgãos, biblioteca, ações e resultados, notícias, eventos e trabalhos de capacitação, além de fórum de discussão para os membros das diferentes instituições. O Portal da Rede pode ser acessado no seguinte endereço na internet: www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole.

O TCU e o **Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região** assinaram, no dia 27 de janeiro, **acordo de cooperação** com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública. Assinaram o acordo o representante do TCU, e o **Presidente do TRT, o Desembargador Aloysio Santos**.

No dia 26 de fevereiro, o TCU e o **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)** assinaram **acordo de cooperação**, com o objetivo de estabelecer cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum entre o MP e o TCU. Assinaram o acordo o Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do TCU, e o **Ministro Paulo Bernardo da Silva**, representante do MP.

No dia 2 de março, foi assinado **acordo de cooperação** entre o TCU e o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, com a interveniência da **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)**, para promover o intercâmbio de informações e cooperação téc-

nico-científica nas áreas de capacitação, gestão de pessoas e administração de recursos de materiais, orçamentários, financeiros, e patrimoniais. Assinaram o Acordo o Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do TCU, **Ministro Cesar Asfor Rocha, Presidente do STJ, e Ministro Fernando Gonçalves, da Enfam**.

O Presidente Ubiratan Aguiar recebeu, no dia 16 de março, o **Deputado Nelson Bornier** para tratar da interação entre o TCU e a **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados**. No encontro, realizado no Tribunal, Bornier destacou a importância da ação conjunta e abordou questões sobre a fiscalização das obras do PAC, o trem de alta velocidade e o intercâmbio entre as ouvidorias das duas casas. O Deputado também mostrou interesse sobre quais as principais reclamações dos cidadãos ao TCU. Também participaram da reunião outros integrantes da Comissão.

O Presidente Ubiratan Aguiar assinou, no dia 19 de março, **acordo de cooperação** entre o TCU e o **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)**. O acordo tem por objetivo o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias, visando a capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos e ao desenvolvimento institucional e da gestão pública. O **Ministro Reinhold Stephanes** representou o MAPA na assinatura do acordo.

Nos dias 23 e 24 de março, o TCU participou, com os parceiros da **Rede de Controle da Gestão Pública no Estado de Minas Gerais**, de evento realizado pela Associação Mineira de Municípios (AMM), para a capacitação de agentes municipais no Estado. O evento, denominado **“Pacto Institucional”**, foi o primeiro trabalho conjunto empreendido pela Rede de Controle no Estado. Representou importante oportunidade para estreitar laços com órgãos parceiros e teve representantes da Controladoria Geral da União (CGU/MG), Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público estadual.

No dia 29 de março, o Presidente Ubiratan Aguiar participou da solenidade de

comemoração dos 40 anos de existência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE). Ele proferiu palestra com o tema "A comunicação social dos tribunais de contas com as instituições e a sociedade".

O Presidente destacou a importância do controle social e da integração dos órgãos de controle nas ações de combate à corrupção, como forma de se evitar a indesejável sobreposição de trabalhos. Ressaltou também a necessidade de o TCU se aproximar dos órgãos jurisdicionados pela importância da ação pedagógica na prevenção de ocorrência de irregularidades. Nesse aspecto, mencionou que o Tribunal tem desenvolvido programa de capa-

citação de milhares de gestores públicos em todo o País.

No evento, o **Presidente do TCE/SE, Conselheiro Reinaldo Moura**, concedeu ao Presidente Ubiratan Aguiar a primeira medalha comemorativa dos 40 anos da Corte de Contas Estadual.

No dia 31 de março, o TCU e a **Controleitoria Geral da União (CGU)** celebraram acordo de cooperação, que tem por objetivo estabelecer a cooperação técnica com vistas a ampliar as ações de articulação, por meio de ações integradas, apoio mútuo, intercâmbio de experiências, informações e tecnologias.

3.4. Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a **Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)**, a **Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)** e a **Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile**. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**.

No 1º trimestre de 2010, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, conforme descrito a seguir.

No período de 15 a 18 de fevereiro, o **Ministro Benjamin Zymler** participou da **V Reunião Plenária do Subcomitê de Auditoria de Controle Interno da Intosai**, realizada na Corte de Contas Russa, sediada em Moscou.

Os trabalhos centraram-se na apreciação e aprovação de documentos que fornecem orientações gerais sobre a forma de coordenação e cooperação entre as Entidades Superiores de Controle (EFS) e os auditores internos no setor público. Também foi apresentada, pela delegação belga, a plataforma eletrônica do Subcomitê, em cujas funcionalidades, dentre outras, encontra-se a possibilidade de intercambiar informações de interesse comum dos congregados.

Também no período de 15 a 18 de fevereiro, o **Ministro Walton Alencar Rodrigues** participou da **IX Reunião do Comitê Diretor do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai**, realizada em Dar es Salam, Tanzânia. A reunião voltou-se para a apreciação e aprovação de documentos produzidos pelo Subcomitê sobre o relacionamento entre as EFS e o controle interno do setor público. Foram aprovadas versões dos guias Intosai GOV 9140, "Independência do Auditor Interno no Setor Público", e Intosai GOV 9150, "Cooperação e Coordenação entre Auditores Internos e EFS no Setor Público", que, posteriormente, serão apresentadas ao Congresso da Intosai para aprovação. Além disso, a EFS da Bélgica, que preside o Subcomitê, apresentou a plataforma eletrônica do grupo, que permite o intercâmbio de informações de interesse comum entre as EFS membros.

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, representantes do TCU participaram, em Copenhagen, Dinamarca, da **Reunião dos Subcomitês de Auditoria Financeira, de Desempenho e de Conformidade da Intosai**. O principal objetivo da Reunião foi discutir o projeto de revisão do quadro de normas da Intosai (ISSAI), que terá a participação dos três Subcomitês. Tratou-se também da realização de seminários para divulgação das ISSAI nas diferentes regiões da Intosai e do planejamento da próxima reunião do Comitê de Normas Profissionais (PSC), grupo a que pertencem os Subcomitês.

No período de 28 de fevereiro a 5 de março, representantes do Tribunal participaram, em Bogotá, Colômbia, da **Conferência de Segurança da Informação e Gerenciamento de Risco** e da oficina “**Execução de uma Análise de Riscos de TI**”. A Conferência foi organizada pela *Information Systems Audit and Control Association (ISACA)*, voltada para profissionais responsáveis pela segurança de TI. Foram abordados temas ligados ao aspecto gerencial e prático da segurança da informação, com ênfase nos seguintes elementos: novas tecnologias, novos riscos, marcos legais e governamentais, soluções de segurança e segurança gerenciada.

Também em Bogotá, Colômbia, no período de 5 a 12 de março, representantes do TCU participaram do **Seminário Internacional para a Sustentabilidade dos Ecossistemas Estratégicos da América Latina: Aquífero Guarani – Região da Amazônia**. O objetivo do Seminário foi contribuir para o fortalecimento das estratégias e metodologias de controle fiscal ambiental utilizadas pelas EFS da Olacefs.

No período de 14 a 18 de março, em Buenos Aires, Argentina, representantes do

3.4. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo Portal TCU - <http://www.tcu.gov.br>; por e-mail - ouvidoria@tcu.gov.br; pela central de atendimento - telefone 0800-6441500; e via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

Desde a criação, em 2004, a Ouvidoria recebeu cerca de 27 mil manifestações.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	529	463
Outros*	1.009	810
Total	1.538	1.273

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

Tribunal participaram de **Reunião de trabalho referente à Auditoria em Cooperação sobre mudanças climáticas**. Tratou-se de evento da **Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente da Olacefs (Comtema)**. Participaram representantes das EFS incumbidas da auditoria em cooperação: entidades da Argentina, Brasil (coordenadora), Colômbia, Panamá, Paraguai e Peru.

No dia 22 de março, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer representou o TCU na **46ª Reunião do Conselho Diretivo da Olacefs**, realizada em Quito, Equador. A participação do Tribunal decorre de sua eleição, pela Assembleia Geral da Olacefs de 2009, para compor o Conselho Diretivo no biênio 2010/2011, juntamente com as Entidades Fiscalizadoras Superiores da Colômbia, Panamá, Venezuela, Paraguai e Guatemala.

Nesse evento, o TCU foi escolhido para atuar como moderador durante as apresentações e debate do tema técnico “**Fiscalização a Organismos Supranacionais**”, que ocorrerá na próxima Assembleia Geral, a ser realizada em julho deste ano, na Guatemala.

cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 1º trimestre de 2010, foram registrados **1.273 chamados**, sendo **63,6%** de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e **36,4% referentes a indício de irregularidade** na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU **autuam processos** de representação que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do TCU no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período do exercício de 2009.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públi-

cos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

3.5. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

- **Portal TCU** - <http://www.tcu.gov.br>;
- **Página Contas Públicas** (Lei nº 9.755/98 – <http://www.contaspublicas.gov.br>);
- **Portal da Rede de Controle da Gestão Pública** - <http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole>;
- **Relatórios institucionais** encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU;
- **Revista do TCU**;
- **Publicação Auditorias do TCU**;
- **Informativo TCU**; e
- **Participação no programa A Voz do Brasil**.

Foi lançado, no dia 31 de março, o **portal da Rede de Controle da Gestão Pública** na internet. O novo site (www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole) contém áreas com informações sobre a **Rede**, acordos de cooperação entre os órgãos, biblioteca, ações e resultados, notícias, eventos e trabalhos de capacitação, além de um fórum de discussão para os membros das diferentes instituições.

Recentemente, também foi lançado o **Portal de Fiscalização e Controle da Copa de 2014**. O site é uma iniciativa da Rede de Informações para a Fiscalização e o Controle

dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014. O TCU integra o rol de órgãos participes da **Rede**, juntamente com comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e tribunais de contas dos estados e municípios que irão sediar os jogos do mundial.

O objetivo do portal é instrumentalizar os trabalhos da **Rede Copa 2014** e torná-los acessíveis ao conhecimento da sociedade. Endereço do site: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014>

No trimestre, merece destaque a inauguração, em fevereiro, da **Agência de Notícias do Tribunal de Contas da União**. A agência encontra-se em funcionamento no portal do TCU e foi criada para ampliar a divulgação de trabalhos feitos atualmente pelo Tribunal e, dessa forma, estreitar ainda mais o relacionamento com a imprensa e com a sociedade.

Além de notícias sobre as recentes decisões do TCU, na página principal da agência, é possível ler entrevistas e artigos de servidores da Casa sobre temas de destaque na gestão pública. Também podem ser acessados matérias de jornais e telejornais da mídia nacional e programas institucionais.

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- **Revista do TCU, edição nº 114**: periódico quadromestral destinado à divulgação da

jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos e está disponível no portal do TCU na internet (<http://www.tcu.gov.br>). A edição de nº 114 é referente ao período de janeiro a abril de 2009.

• **Sumários Executivos - Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:** publicação que traz as principais informações sobre auditoria realizada pelo TCU no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com objetivo de avaliar os sistemas informatizados que suportam a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e do pagamento dos benefícios a ele vinculados.

• **Sumários Executivos - Auditoria nos Sistemas de Informação do Diário Oficial da União:** trata-se de publicação que apresenta as principais informações sobre auditoria realizada nos sistemas de informação que suportam o Diário Oficial da União (DOU), de responsabilidade da Imprensa Nacional, órgão subordinado à Casa Civil da Presidência da República. A auditoria verificou a situação da segurança da informação nos sistemas analisados, tendo em vista a relevância do Diário para a sociedade brasileira.

• **Sumários Executivos - Auditoria no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi):** exemplar que apresenta as principais informações sobre auditoria realizada no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), com o objetivo de identificar deficiências e promover correções no sistema.

De responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o principal objetivo do Sisobi é subsidiar o processo de cancelamento de benefícios em função do falecimento de segurados da Previdência Social. Por meio desse sistema os cartórios enviam informações dos óbitos que registram durante o mês, as quais são utilizadas pelo INSS para a cessação de benefícios.

• **Sumários Executivos - Auditoria Operacional no Programa Universidade**

para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); publicação que contém as principais informações sobre a avaliação realizada no ProUni e no Fies. A opção por avaliar as duas ações, concomitantemente, advém de seus objetivos e da complementaridade entre elas introduzida na legislação, com o intuito de criar mais um mecanismo que favorecesse a permanência dos estudantes na graduação. Esse favorecimento ocorre pela priorização dos bolsistas parciais do ProUni na obtenção de financiamento por intermédio do FIES, existindo, inclusive, processo específico para os bolsistas desse programa.

• **Sumários Executivos - Auditoria Operacional no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC):** exemplar que apresenta as principais informações referentes a auditoria realizada no sistema de concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada. Previsto na Constituição Federal, o benefício garante um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Buscou-se detectar possíveis aprimoramentos com a finalidade de que todos os beneficiários potenciais possam ser alcançados e que não haja vazamentos por meio de concessão de benefícios a pessoas que não cumpram os critérios exigidos.

• **Relatório de Auditoria Operacional Concessão e manutenção dos benefícios do Auxílio-Doença:** trata-se do texto integral do relatório de auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o objetivo de avaliar a concessão e a manutenção dos benefícios do Auxílio-Doença.

A auditoria teve por objetivo levantar os principais fatores que determinaram o significativo crescimento observado nos gastos com o auxílio-doença e as medidas adotadas pelo INSS para administrar o problema. Buscou-se, também, avaliar os mecanismos de controle instituídos sobre a concessão do benefício e o serviço de reabilitação profissional.

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, referentes às estratégias e planos, à gestão de pessoas e à utilização

dos recursos, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

4.1. Estratégias e Planos

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas; e atua, também, como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

No 1º trimestre de 2010, foi realizado o 32º Encontro de Dirigentes do TCU. O evento contou com a participação dos principais gerentes das unidades da Sede e dos estados.

Durante o encontro, foram abordados assuntos relativos ao controle externo, ao aprimoramento da articulação do Tribunal com outros órgãos responsáveis pelo controle e ao alinhamento de atividades de apoio estratégico e administrativo como ca-

talizadores do alcance das metas institucionais.

Ainda durante o período, foram definidas as prioridades gerais de atuação do TCU para 2010. Essas prioridades estão expressas no **Plano de Diretrizes do TCU**. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal, contém os objetivos que devem pautar as ações do TCU, além dos principais desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

As prioridades do TCU foram divididas em cinco grandes áreas:

- **Transparências da gestão pública e das ações de controle do Tribunal;**
- **Estabelecimento e estreitamento de parcerias estratégicas para possibilitar maior efetividade do sistema de controle;**
- **Melhoria na tempestividade e na produtividade das ações de controle do Tribunal;**
- **Aprimoramento da Política de Gestão de Pessoas com foco no alcance de resultados; e**
- **Melhoria do suporte logístico e administrativo oferecido aos colaboradores do Tribunal.**

4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

O Tribunal, quando solicitado, presta informação ou encaminha cópia de processo a órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou ao Ministério Público, para

subsidiar ações por eles conduzidas. As demandas atendidas nesse sentido no 1º trimestre de 2010 e no mesmo período de 2009 constam do quadro adiante.

Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

Requisitante	Informação		Cópia de processo	
	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010	1º trimestre 2009	1º trimestre 2010
Supremo Tribunal Federal	75	59	1	-
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-
Tribunal Regional Federal	2	3	-	-
Justiça Federal	5	8	-	1
Justiça do Trabalho (TST – TRT)	-	3	-	-
Justiça Estadual	3	5	-	-
Procuradoria-Geral da República	6	4	-	3
Ministério Público Estadual	1	1	-	-
Procuradoria da República nos Estados	8	6	-	-
Ministério da Justiça/DPF/Delegacias	11	26	-	1
AGU/Procuradoria da União nos Estados	4	5	-	2
Total	115	120	1	7

Além disso, no 1º trimestre de 2010, foram atendidas solicitações de convocação de servidores feitas pela Justiça Federal (seis), pelo Ministério da Justiça (cinco) e pela Advocacia Geral da União (três), para

prestarem informações aos respectivos órgãos. No mesmo período do exercício de 2009, foram atendidas nove convocações de servidores.

4.3. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.711 cargos efetivos, dos quais 2.635 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve vinte vacâncias,

sendo dez no cargo de auditor federal de controle externo e dez no cargo de técnico federal de controle externo.

Quadro de Pessoal do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.551	1.535
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	197	176
Subtotal	1.748	1.711
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	179	173
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	764	731
Subtotal	943	904
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	2.711	2.635

No tocante ao desenvolvimento profissional e à capacitação, foram realizados pelo TCU **19 eventos** no 1º trimestre de 2010, dos quais participaram 329 servidores. Além disso, **35 servidores** do Tribunal participaram de 21 evento promovido por outras instituições.

O TCU possui programa de bolsas de estudos para pós-graduação nas áreas de Direito Público, Contabilidade e Orçamento Público, Economia do Setor Público, Avaliação de Políticas Públicas, Gestão Governamental, Controle da Administração Pública, Tecnologia da Informação, Gestão do Conhecimento Organizacional, Gestão

de Pessoas e Gestão de Serviços e Logística. Além disso, mantém parceria com instituições de ensino superior para conces-

são de bolsas. No trimestre, 41 servidores do Tribunal estavam regularmente matriculados em 11 cursos de pós-graduação.

4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do TCU para o ano de 2010 apresentou dotação de R\$ 1.334.097.924,00. A despesa líquidada até o final do 1º trimestre foi de R\$ 289.361.082,18 (21,69%) da dotação orça-

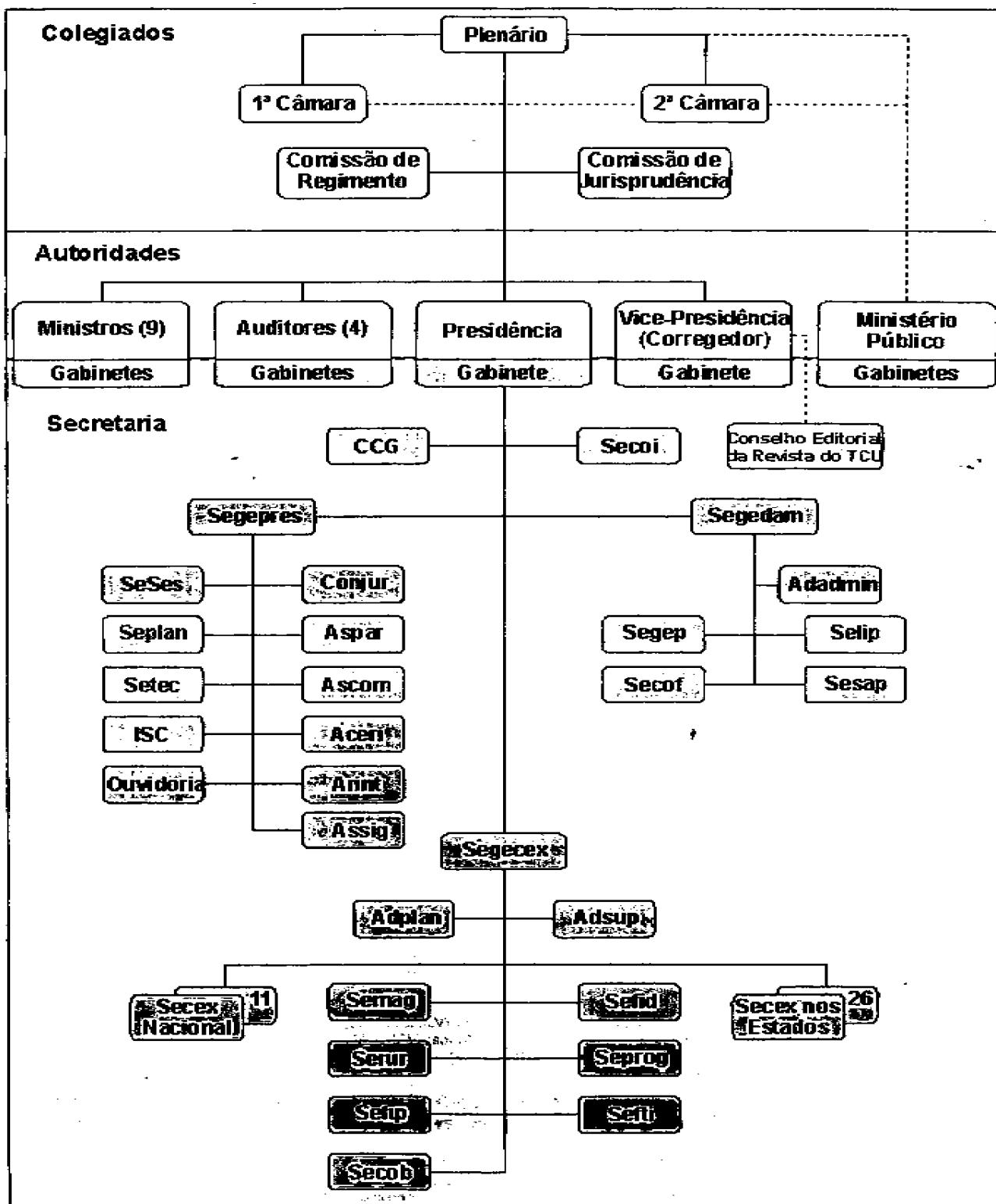
mentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 31.03.2010

Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	1.273.978.908,00	288.831.972,57
Pessoal		
Ativo	1.147.969.517,00	270.864.518,15
Inativo e Pensionista	652.036.711,00	156.541.322,22
PSSS*	369.472.036,00	89.524.015,31
Juros e encargos da dívida	126.460.770,00	24.799.180,62
Outros custeiros	452.250,00	169.617,68
Material de consumo	125.557.141,00	17.797.836,74
Serviços de terceiros	3.482.734,00	483.802,83
Auxílio financeiro	73.112.461,94	6.609.168,40
Outras despesas	44.271.850,22	9.594.523,66
Despesas de capital	4.690.094,84	1.110.341,85
Total	1.334.097.924,00	289.361.082,18

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

Anexo I - "Organograma do Tribunal de Contas da União"



Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Período"

Órgão	Medida Cautelar Adotada	Valor envolvido na cautelar (R\$)
ACRE		
Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE	Suspensão da eficácia das Alas de Registro de Preços nº 162/2009, de 8/12/2009, e 167/2009, de 16/12/2009, relativamente aos Lotes V e VII, para demandas futuras por parte da SESACRE e também perante outros órgãos da Administração Pública. O objeto do certame é a aquisição de material descartável, de informática, de expediente e de limpeza para atender à demanda da Secretaria. (Ata nº 03/Plenário, de 03.02.2010, TC-027.182/2009-4, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-AC)	302.937,70
Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Acre – Setul	Abstenção da utilização de recursos de origem federal para a aquisição dos bens de que trata o item 8 do Pregão Presencial para Registro de Preços 235/2009 (Equipamento de Informática - Estação de Trabalho Padrão). (Ata nº 05/Plenário, de 24.02.2010, TC-003.405/2010-9, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-AC)	105.000,00
ALAGOAS		
Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL	Suspensão das licitações na modalidade tomada de preços nºs 1/2010, 2/2010 e 3/2010. (Ata nº 08/Plenário, de 17.03.2010, TC-004.950/2010-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-AL)	1.223.052,00
Prefeitura Municipal de Tanque D'Arca/AL	Suspensão das licitações na modalidade tomada de preços 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010 e 06/2010. (Ata nº 08/Plenário, de 17.03.2010, TC-004.287/2010-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-AL)	2.079.484,91
AMAZONAS		
Fundação Universidade do Amazonas	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 92/2009, promovido pela Fundação Universidade do Amazonas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerais, limpeza e conservação, jardinagem, capina, poda e corte de árvores de grande porte, realizados de forma contínua, nas unidades do campus universitário. (Ata nº 04/Plenário, de 10.02.2010, TC-001.597/2010-8, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AM)	5.191.875,68
DISTRITO FEDERAL		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)	Suspensão da aquisição dos equipamentos previstos nos lotes 1, 2 e 3 do Pregão nº 49/2009, cujo objeto é a aquisição de computadores e outros equipamentos de informática. (Ata nº 1/Plenário, de 20.01.2010, TC-023.068/2009-1, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Sefti)	330.449,75
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Suspensão de todos os atos tendentes a resultar na adjudicação do objeto da Concorrência nº 4/2009, referente à contratação de serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI), na área de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, envolvendo: desenvolvimento de sistemas (modelo fábrica de software) e manutenção de sistemas (modelo postos de serviço). (Ata nº 05/Plenário, de 24.02.2010, TC-003.559/2010-6, Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, Unidade Técnica: Sefti)	14.055.208,52
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Suspensão de todos os procedimentos relativos à execução do contrato firmado com a empresa Star Segur Engenharia Ltda. - ME em decorrência do Pregão Eletrônico nº 13/2009. (Acórdão 193/Plenário, de 10.02.2010, TC-002.328/2010-9, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: 5º Secex)	22.175.000,00
Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá (ADAP)	Suspensão da Concorrência CP001/2010/PAC/ADAP, cujo objeto foi a implantação de unidades habitacionais em Macapá/AP. (Ata nº 10/Plenário, de 31.03.2010, TC-000.286/2010-9, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bernquerer, Unidade Técnica: Secob-2)	17.281.804,20*
ESPIRITO SANTO		
Caixa Econômica Federal (CEF) e Ministério da Integração Nacional	Abstenção na efetivação de transferência de recursos à conta do Contrato de Repasse nº 224.519-82/2007 (Siafi nº 598.315), firmado com o Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. (Ata nº 08/Plenário, de 17.03.2010, TC-002.232/2009-8, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-ES)	145.500,00

Órgão	Medida Cautelar Adotada	Valor envolvido na cautela (R\$)
PARAÍBA		
Superintendência Regional no Estado da Paraíba /13ª UNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit)	Abstenção da adjudicação e/ou homologação do Pregão Eletrônico nº 713/2009, ou, caso já o tivesse feito, de assinar ou dar continuidade à execução do contrato dele decorrente, cujo objeto é contratar empresa especializada para a prestação dos serviços de limpeza, higienização e conservação das unidades prediais identificadas no edital regulador do certame. (Ata nº 01/Plenário, de 20.01.2010, TC-000.100/2010-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-PB)	530.067,00
Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa/PB	Abstenção na utilização de recursos federais para pagamento de contrato a ser celebrado entre a unidade federativa e a empresa vencedora do Pregão Presencial SRP 029/2009, cujo objetivo é a aquisição de equipamentos de informática. (Ata nº 03/Plenário, de 03.02.2010, TC-001.187/2010-4, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-PB)	1.895.950,00
PARANÁ		
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit	Abstenção do repasse de recursos à Prefeitura Municipal de Maringá/PR, no âmbito das obras de execução do prolongamento do rebaixamento da via férrea e da via expressa (convênios nºs 234/2003 e 298/2008). (Acórdão 189/Plenário, de 10.02.2010, TC-000.543/2008-0, Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-PR)	54.534.701,10
Prefeitura Municipal de Maringá/PR	Abstenção de pagamento, com recursos federais, referente aos contratos nºs 72/2004, 134/2008 e 73/2004, firmados com as empresas C.R. Almeida S/A Engenharia de Obras e Vega Engenharia e Consultoria Ltda, cujo objeto é execução de obras do prolongamento do rebaixamento da via férrea e da via expressa. (Acórdão 189/Plenário, de 10.02.2010, TC-000.543/2008-0, Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, Unidade Técnica: Secex-PR)	
RIO DE JANEIRO		
Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ/MT)	Suspensão do Pregão nº 034/2009, cujo objetivo é a elaboração do estudo de impacto ambiental (EIA), acompanhado do respectivo relatório de impacto ambiental (Rima), das obras de implantação do terminal de granéis sólidos no Porto de Itaguaí. (Ata nº 01/Plenário, de 20.01.2010, TC-029.031/2009-9, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-RJ)	533.100,00
Diretoria de Administração do Campus da Fundação Oswaldo Cruz (DAC/Fiocruz)	Interrupção da continuidade dos procedimentos administrativos referentes aos Pregões Eletrônicos 84/2009, 86/2009 e 91/2009. (Ata nº 3/Plenário, de 03.02.2010, TC-000.185/2010-8, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-RJ)	1.044.560,04
RIO GRANDE DO SUL		
Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul (Conab - Sureg/RS)	Suspensão da realização da Concorrência nº 01/2009, cujo objeto é a contratação de serviços especializados de advocacia. (Ata nº 02/Plenário, de 27.01.2010, TC-001.457/2010-1, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-RS)	1.231.980,00
RONDÔNIA		
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO	Suspensão do Pregão Presencial nº 001/CPL/MPJP/10, cujo objeto é a aquisição de equipamentos agrícolas, com recursos orçamentários provenientes de contrato de repasse firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura. (Ata nº 10/Plenário, de 31.03.2010, TC-005.037/2010-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RO)	107.700,00
SAO PAULO		
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Superintendência do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP	Suspensão da Concorrência nº 023/GRAD-3-SBGR/2009, cujo objeto é a concessão de uso de 10 (dez) áreas do Aeroporto Internacional de Guarulhos destinadas à instalação e à exploração comercial de lojas francas para joalheria nacional de marca única, bem como ao funcionamento de depósitos alfandegados e áreas de uso compartilhado. (Ata nº 04/Plenário, de 10.02.2010, TC-002.082/2010-1, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-SP)	2.000.100,00

Anexo III - "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal"

Processo	Acordão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
007.352/2004-8	1.011-7/2010-2C	<p>Alcione Ferreira ARIEL LTDA Darcy Rogério do Vale Dental Rio Branco Ltda. Dusende Benício da Silva Francisca Eurenilda Nogueira da Silva Henrique Faria Comércio E Representações José Raimundo Barroso Bestene Josimar Francisco de Oliveira Coelho Josimene Pithelio Gomes Maika Comércio Ltda. Odonto-Plus Comérico Ltda - ME Oliveira E Melo Ltda. Oscar de Souza Lima Recol Distribuição E Comércio Ltda. Rosangela França Maia de Rodriguez Jonas Pereira da Souza Filho</p>	Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC	R\$ 802.447,91
009.667/2004-6	428-3/2010-2C	<p>Ismar Bernardo De Araújo Jonas Pereira da Souza Filho</p>	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC	R\$ 5.103,40
010.218/2003-4	316-2/2010-2C	<p>Jonas Pereira da Souza Filho Francisco Antonio Saravia de Farias Gilberto Castro Ossanni</p>	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC	R\$ 12.093,60
008.398/2004-1	348-8/2010-PL	<p>Jose Carlos Lira de Andrade</p>	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC	R\$ 22.171,60
			SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/AL - MDS	R\$ 5.000,00
001.997/2008-8	1.245-8/2010-2C	Raimundo Nonato Batista de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 144.147,28
006.631/2009-0	420-3/2010-2C	Weydman Lopes Henrique	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	R\$ 66.532,69
008.720/2008-8	1.370-9/2010-2C	João de Deus Plínio Marques	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 2.010,40
009.805/2009-7	1.081-7/2010-2C	José Maria Muniz de Castro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 74.602,96
015.414/2009-8	1.262-8/2010-2C	Sebastião Ferreira Lisboa	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 2.446.528,45

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor (atual) (débito + multa)
015.420/2009-5	1.377-9/2010-2C	Raimundo Gomes Lobo João Cunha da Silva J. S. VECULOS LTDA	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZÔNASS (62 MUNICÍPIOS) (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 428.720,87
015.724/2002-3	751-5/2010-2C	José Inácio da Silva Siqueira Melo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZÔNASS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 613.743,58
018.708/2007-4	1.623-9/2010-1C	Francisca Deusas Senna da Costa	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11ª REGIÃO/AM - JT	R\$ 3.015,60
019.705/2007-4	429-3/2010-2C	Hidemarque Ortega/Ortega/da Frota Neusa Inez Lahian Fundado Belém Antônio Carlos Fonseca Teixeira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZÔNASS - MEC	R\$ 6.046,80
023.317/2008-0	1.254-8/2010-2C	Ernani Gonçaga Lopes Marina das Gracas de Paula Araújo Rosalino de Vasconcelos Lima Tami Alberto Aguiar da Silva	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro - AM	R\$ 425.667,20
023.711/2009-7	748-5/2010-2C	Raimundo Rodrigues de Amorim	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZÔNASS (62 MUNICÍPIOS)	R\$ 228.879,60
028.430/2007-2	1.087-7/2010-2C	Edith Araújo da Silva Representante Legal do Espólio do Senhor Roberval Rodrigues da Silva Manoel Adail Amara Pinheiro	Prefeitura Municipal de Coati - AM PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO	R\$ 3.737.501,50
001.125/2004-2	1.095-7/2010-2C	Edith Araújo da Silva Representante Legal do Espólio do Senhor Roberval Rodrigues da Silva Manoel Adail Amara Pinheiro	Prefeitura Municipal de Tuntum/MA - AP	R\$ 393.566,80
000.684/2005-4	1.242-8/2010-2C	Edneide Alves de Oliveira do Nascimento José Marcílio Nocrato Soárez	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 304.253,60
001.929/2002-9	446-7/2010-PL	COORDENADAS TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Antônio Marques do Nascimento ALEX MALTÉ SANTOS	BAHIA DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)
003.885/2005-6	288-2/2010-2C	Fernando Gomes Oliveira MARIA ANALIA DE SANTANA SANTOS	LUCK COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA MERCANTIL SAÚDE LTDA	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)
004.338/2005-3	148-1/2010-2C	Simone Simões Neri Edinusa Oliveira dos Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 205.267,90 R\$ 4.932,86
004.937/2008-3	585-3/2010-1C	Raimundo Cosme Sales Che André dos Santos Namorado	Prefeitura Municipal de Abaré - BA	R\$ 23.849,72

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
005.307/2005-1	1.076-7/2010-2C	Edineu Oliveira dos Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 140.561,01
007.896/2004-0	427-7/2010-PL	José Lopes Pereira Adelbarto Alves Pinto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 491.338,60
008.258/2006-7	1.084-7/2010-2C	PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA Antônio Alves Serra	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 46.667,55
008.609/1998-3	722-4/2010-1C	Luciano Soárez Querroz Roberto Moreira de Souza	DÉPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - MI	R\$ 8.104,32
012.859/2003-9	1.598-9/2010-1C	Antônio Monteiro Neto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 251.138,08
013.423/2004-7	891-5/2010-2C	Espídio de José Ramos de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 451.328,32
014.474/2006-7	1.371-9/2010-2C	Rui Verson Lemos Barcelos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 217.564,98
015.132/2001-4	35-1/2010-PL	Ednaldo Lima do Lago Aurelio Rocha de Mattos	Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves - BA	R\$ 352.213,61
015.481/2006-8	633-4/2010-2C	Luiz Batista de Jesus Arivaldo de Souza Pereira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 217.162,43
018.123/2005-1	619-4/2010-2C	Jarbas Pereira de Andrade Antônio Josevaldo Silva Lima	Prefeitura Municipal de Serrinha - BA	R\$ 1.123.172,82
019.750/2008-0	737-4/2010-1C	Bartolomeu de Andrade Teixeira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 517.816,80
022.092/2008-4	869-5/2010-1C	Antonio Adison Freitas Pinheiro	Prefeitura Municipal de Capim Grosso - BA	R\$ 333.514,88
023.118/2008-7	306-1/2010-1C	José Zito Góes de Sena	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 82.612,72
024.266/2008-4	436-2/2010-1C	José Edison Figueiredo Andrade	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 114.028,77
024.347/2006-8	1.257-8/2010-2C	Adinal Freire da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	R\$ 1.451.145,67
024.354/2008-2	1.085-7/2010-2C	Paulo Cesar Evangelista Bonfim Antonio Costa dos Santos Cacilda Costa Dourado Nardon Andrei Teles de Andrade Antonio Costa dos Santos	Prefeitura Municipal de Cananéia - BA	R\$ 401.679,62
032.649/2008-0	307-1/2010-1C	Eráclito de Souza Santos	Prefeitura Municipal de Cananéia - BA	R\$ 313.262,55
000.211/2007-2	332-2/2010-2C	Maria Iraneide Veras Rosa Luis Acácio da Souza Moisés Bernardo de Oliveira Chhai Kwo Chheng José de Ribamar Reis de Almeida	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	R\$ 759.351,87
005.193/2004-0	470-8/2010-PL	Elis Francisco de Assis	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - MF	R\$ 45.318.777,34
013.131/2008-5	341-6/2010-PL	Anderson Jose Pinho Magalhães	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	R\$ 3.000,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
014.541/2008-8	447-2/2010-1C	Teresa Cristina de Andrade Ribeiro Francisco das Chagas Silveira Filho Selma Céline Mota Ana Lucia Souza Cruz Chaves	NUCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/CE	R\$ 8.566,30
014.984/2009-2	1.097-7/2010-2C	Jose Gonzaga Barbosa JOÃO BATISTA DIAS AZEVEDO Simão Martins de Sousa Torres JOSIVALDO RODRIGUES DE CASTRO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	R\$ 60.360,36
017.012/2004-0	1.234-8/2010-2C	Luis Carlos Uchoa Saunders Fernando Henrique Monteiro Carvalho Rene Teixeira Barreira Carlos Roberto Aguiar	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	R\$ 175.035,40
017.050/2005-7	1.355-9/2010-2C	Cícero Antônio Albuquerque PERBOYRE SILVA DIOGENES S Antenor Manoel Naspolini Paulo Parente Lira Cavalcante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - MEC	R\$ 11.057,20
018.336/2009-8	1.379-9/2010-2C	José da Rocha Forte Fernando Henrique Monteiro Carvalho Rene Teixeira Barreira Humberto Rodrigues Paz	Prefeitura Municipal de Réu/CE	R\$ 777.996,42
019.454/2002-4	1.458-8/2010-1C	Paulo Nazareno Soares Rosa Humberto Rodrigues Paz Paulo Nazareno Soares Rosa	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	R\$ 1.024.713,21
020.225/2007-5	730-5/2010-2C	Paulo Nazareno Soares Rosa Humberto Rodrigues Paz	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - MEC	R\$ 10.000,00
023.591/2007-0	1.241-8/2010-2C	Antônio Eustáquio de Oliveira Eduardo Martins de Mello FERNANDO VIEGAS PEIXOTO ONOFRE	Prefeitura Municipal de Crateús - CE	R\$ 182.128,37
000.951/2008-4	182-4/2010-PL	COELHO GUIMARÃES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATÍCINIOS VIRGINÓPOLIS LTDA	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (VINCULADOR) MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (VINCULADOR)	R\$ 10.078,00
001.331/2006-7	269-1/2010-1C	Antônio Eustáquio de Oliveira Arnaldo Pereira Caldeira Geraldo Antônio de Magalhães Geraldo Magela de Almeida José Lúcio de Almeida Julio Vilmar Temponi Godinho Marlon Wallace Ferreira Cardoso Pedro de Araújo Pinto Sebastião Ferreira Araújo	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	R\$ 2.698.546,10
001.365/2008-1	1.432-8/2010-1C	José Agostino Salata	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)	R\$ 5.026,00
001.446/2001-3	399-7/2010-PL	PROCESSO ENGENHARIA LTDA Maria Aparecida Laurettino da Silva	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - M/S	R\$ 237.645,93
002.343/2009-7	419-3/2010-2C	Olavo Muniz da Silva Filho Alexandre Negrini	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	R\$ 581.776,10 R\$ 229.957,22
002.631/2008-9	1.235-8/2010-2C			

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
002.982/2007-8	347-2/2010-2C	CAMPOMS BRUNO & CIA LTDA-ME Jálio Alves Piagem José dos Santos Rodrigues José Carlos do Nascimento José Pereira Nunes Gilson de Campos Bruno Jálio Alves Piagem	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	R\$ 1.216.990,75
003.129/2007-5	1.300-7/2010-1C	Antônio Augusto da Paz Filho Francisco Agamenon de Souza Soares	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 232.124,52
004.269/1997-7	1.360-9/2010-2C	Ministério da Saúde	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	R\$ 5.026,00
004.356/2004-3	588-4/2010-2C	João Amaro Fernandes	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - TEM	R\$ 5.085,20
004.966/2008-5	342-2/2010-2C	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO Ruiverson Lemos Barcelos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 3.316.156,00
005.088/2008-3	954-5/2010-1C	Kátiarellas Bispo Ramos Vânia Oliveira Vieira de Souza	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC	R\$ 1.192.603,76
005.609/2006-0	165-4/2010-PL	Henrique Cavalcanti da Silva	MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	R\$ 2.238.389,34
005.737/2007-9	164-1/2010-2C	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITABÉRABA - BA Washington Luiz Deustadeth Neves	MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	R\$ 50.793,11
006.274/2008-8	955-5/2010-1C	Inaldo Ivo Lima	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 833.960,36
006.860/2006-9	921-5/2010-1C	Newton D'Emery Carneiro	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 2.541.565,56
006.930/2009-0	170-1/2010-2C	Flávia de Oliveira Ribeiro Rodrigues Danielle Tierry Koresewa	MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	R\$ 61.730,27
007.080/2004-6	327-6/2010-PL	Uliana Junqueira Marco Antonio de Menezes Silva William Campos Cristóvão de Melo	SECRETARIA DE GESTÃO - MP	R\$ 37.000,00
007.171/2006-8	896-6/2010-2C	Pedro Antônio Bertone Araújo Roberto Gomes Luz Braga Clelton Vieira Castro Cesar da Souza Ribeiro	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR)	R\$ 15.000,00
007.514/2008-0	284-1/2010-1C	Anivaldo de Souza Pereira	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC	R\$ 158.807,89
007.885/2007-0	171-4/2010-PL	KEWILY DA ROCHA NORONHA Raimundo Freire Noronha GLAUCY KELLY ALVES DE OLIVEIRA REINALDO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR PROEZA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tocantins - PA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 2.314.258,46
008.311/2009-0	1.343-9/2010-2C	Simone de Lima	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 124.956,80
008.311/2009-0	180-1/2010-2C	E CINEMA-EDUCAÇÃO E CINEMA-EDUCAÇÃO	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 124.956,80
008.177/2003-7	1.107-6/2010-1C	Simone de Lima SKY LIGHT CINEMA FOTO E ART LTDA	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 9.159.480,75

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
009.668/2006-0	693.5/2010-2C	Bruno Stroppiata Moacir Ferreira de Oliveira	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 91.514,53
009.670/2006-8	1.012-7/2010-2C	Claudionor José Ribeiro Antônio Ricardo dos Santos	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 105.938,14
009.812/2006-5	340-2/2010-2C	Autônio Fernandes de Barros	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 261.721,83
009.815/2006-7	292-2/2010-2C	Berlindo da Oliveira Filho	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 259.752,79
010.7/2004-1	1.214-8/2010-2C	Alípio José Colares Capibaribe Renan Ribeiro de Jesus	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 93.711,61
011.472/2009-3	1.060-7/2010-2C	Josacir da Silva Luiz Scarduelli Nádia Ceci Abdala Braz	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	R\$ 159.319,20
011.782/2008-8	295-1/2010-1C	Luis Pazzolo	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM	R\$ 76.171,06
011.974/2007-9	643-10/2010-PL	Vera Lucia Oria	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 408.097,83
012.384/2009-3	889-8/2010-2C	OBJETOS DE ARTE LTDA	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 112.641,73
012.729/2003-4	890-8/2010-2C	José Ribamar Pereira de Araújo Nivaldo Veras Reis	Prefeitura Municipal de São José de Ribamar - MA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)	R\$ 243.222,13
012.772/2000-0	595-4/2010-2C	Edras Magalhães dos Santos Filho Brazil Americo Louly Campos Brilmer Zimmern Desengnini	CÔNSULADO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA	R\$ 15.195,60
012.988/2003-1	55-2/2010-PL	Kleber da Oliveira Barros PEDRO ELÓI SOARES Genésio Bernardino de Souza Gilson Zevens de Moura	GRUPO EXECUTIVO PARA EXTINGÇÃO DO DNER - MT (EM LIQUIDAÇÃO)	R\$ 7.911.041,50
013.911/2007-8	1.344-7/2010-1C	Agostininho Deperon	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	R\$ 2.010,40
013.891/2007-9	735-4/2010-1C	Adalberto Alves Pinto	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC	R\$ 152.535,66
014.798/2005-7	957-5/2010-1C	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO LAZARO	SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - TEM	R\$ 1.484.918,51
015.303/2005-6	245-5/2010-PL	Silvia Cristina Malto Letiâo Ricardo Oliva	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MS	R\$ 36.469,44
015.427/2002-9	1.625-9/2010-1C	Franklin Rubinstein Beatriz Mac Dowell Soares Luis Carlos Wendelny Lima Nelson da Silva Almino Junior Claudio Miserovich Pessanha Henriques	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)	R\$ 10.052,00
016.474/2006-6	656-10/2010-PL	João Evangelista Veiga Pereira SílloSO	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM	R\$ 112.589,12
016.590/2008-7	1.500-9/2010-1C	Edemar Cid Ferreira	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 1.512.720,00
017.016/2008-6	296-1/2010-1C	José Ubaldino Alves Pinto Júnior	FUNDAGÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 2.208.915,60
017.022/2008-9	297-1/2010-1C	Jose Ubaldino Alves Pinto Júnior	FUNDAGÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 240.117,27
017.117/2008-4	1.617-9/2010-1C	Mario Sérgio Silva E Souza José Edson Figueiredo Andrade Ginaldo Andrade Nunes Raimunda da Silva Santos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 189.074,36

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
017.122/2006-8	1.071-7/2010-2C	Silas Salgado da Silva	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 791.366,64
017.506/2002-3	406-7/2010-PL	Lauro Morhy Alexandre Lima Lúcio Carlos Andrade Borges Renilda Guimarães Macarini	EDITORIA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - MEC FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - MEC	R\$ 30.000,00
017.632/2007-0	629-4/2010-2C	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA SAZA LATTES	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 262.773,53
018.238/2008-4	417-3/2010-2C	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 67.606,84
018.730/2008-3	1.435-8/2010-1C	E VÍDEO LTDA	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 1.034.339,10
018.791/2005-4	106-4/2010-PL	Fernando Roberto de Borges Garcia	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	R\$ 2.015,60
019.847/2008-0	738-4/2010-1C	Prefeitura Municipal de Marau - BA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	R\$ 65.052,52
021.753/2007-8	114-1/2010-1C	Alberto Rocha Lemos	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCA- ÇÃO - MEC	R\$ 150.284,80
023.329/2007-3	1.618-9/2010-1C	Edigar Dourado Lima	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCA- ÇÃO - MEC	R\$ 41.339,78
025.574/2007-9	1.612-9/2010-1C	Maria do Socorro Peleas	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	R\$ 581.778,00
027.854/2008-2	430-2/2010-1C	Fernando Antônio Jayme Guimaraes	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	R\$ 749.920,00
027.700/2008-7	591-3/2010-1C	José Guilherme Masek Júnior	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	R\$ 223.238,12
028.807/2007-6	891-5/2010-1C	CENTRO EDUCACIONAL ÁGUA VIVA - CEAIV	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 129.668,10
028.844/2007-0	411-2/2010-1C	Rubem Moreira	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 270.264,55
028.848/2007-9	1.082-8/2010-1C	Antônio Carlos da Silva	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 311.831,51
028.850/2007-7	268-1/2010-1C	Sueli Azeredo	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 145.551,92
028.858/2007-5	1.619-9/2010-1C	Jair Gomes Ferreira	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 150.133,38
		Pedro Eluari Lemos	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍ- FICO E TECNOLÓGICO - MCT	R\$ 338.686,05
030.648/2008-3	1.603-9/2010-1C	Ute Zeller	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	R\$ 124.038,59
030.732/2007-0	539-3/2010-1C	Jorge Simplicio	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	R\$ 69.165,24
032.048/2008-0	1.083-6/2010-1C	José Ferreira	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍ- FICO E TECNOLÓGICO - MCT	R\$ 624.682,26
033.636/2008-6	422-3/2010-2C	José Augusto Peleira de Almeida	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MÚ- LHERES - PR	R\$ 90.454,51
033.716/2008-9	1.265-8/2010-2C	Adalberto Floriano Greco Martins	SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE CONSELHO NA- CIONAL - MDS	R\$ 493.737,83
033.720/2008-1	1.436-8/2010-1C	Manoel Frank Passos dos Santos	RONILDO de Oliveira R. A. DURIGO - ME	R\$ 179.425,25
			Roberto Antonio Durço Marcia Cristina Vieira de Souza Carlos Alberto Durço	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor (atual) (débito e multa)
930.202/1998-8	1.131-6/2010-1C	João Batista de Souza José Silverio Durço M C V DE SOUZA - ME Ronildo de Oliveira Lucia Helena Durço Lomar Antônio Jose Bittencourt da Costa Geuber Felix Coelho	PRÉFETURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS) FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC	R\$ 271.290,74
005.892/2008-4	627-4/2010-2C	Sonller Miranda Saravia Andréia Cristina da Silva Adauto de Almeida Oliveira Ely Penetra	Prefeitura Municipal de Ibaibá - ES	R\$ 15.195,60
006.068/2007-1	322-2/2010-1C	Antônio Tarcísio de Arruda Vicente Paula Dias Filho Márcio Emílio Nascimento da Silva Heitor Luiz Ramponelli Lopes Luz Carlos Cacá Gonçalves	PRÉFETURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (78 MUNICÍPIOS)	R\$ 70.886,08
014.058/2002-9	537-9/2010-PL	Otacílio Ricardo de Souza Gilson Ramos Santos	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - MT	R\$ 13.067,60
030.122/2008-0	1.263-8/2010-2C	Pedro Menegue Nunes Lichino Leal Barbosa João Rodrigues da Silva George Moraes Ferreira Otacílio Ricardo de Souza	Prefeitura Municipal de Aracruz - ES	R\$ 6.031,20
001.204/2004-8	1.381-9/2010-2C	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - MEC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - MEC	R\$ 15.078,00
002.589/2008-9	242-2/2010-2C	Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões - GO	Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões - GO	R\$ 31.062,35
002.662/2008-0	728-5/2010-2C	Prefeitura Municipal de Trindade - GO	Prefeitura Municipal de Trindade - GO	R\$ 8.000,00
011.376/2005-4	1.622-9/2010-1C	PRÉFETURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	PRÉFETURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	R\$ 509.043,88
017.926/2004-4	166-1/2010-2C	ENTIDADES ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	ENTIDADES ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	R\$ 115.846,62
020.584/2008-0	607-4/2010-2C	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - MEC	ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - MEC	R\$ 11.649,96
022.649/2007-8	876-6/2010-2C	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Goiás - GO	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Goiás - GO	R\$ 945.345,50
002.017/2008-2	1.183-8/2010-2C	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 180.900,76
003.361/2005-7	202-4/2010-PL	Magnó Augusto Baceilar Nunes Manoel Mariano de Sousa	Magnó Augusto Baceilar Nunes Manoel Mariano de Sousa	R\$ 3.764.494,91

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
(217 MUNICÍPIOS)				
005.036/2007-3	1.074-7/2010-2C	Antônio Gildan Medeiros	Prefeitura Municipal de Bunticupu - MA	R\$ 266.710,21
005.068/2007-7	1.075-7/2010-2C	José Carlos Vieira Castro	Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino - MA	R\$ 72.822,84
005.870/2006-0	4.10-3/2010-2C	Jose Jucacelino dos Santos Rezende	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 523.048,00
006.241/2008-7	1.247-8/2010-2C	Maria da Graça Silva Soares	Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA	R\$ 298.049,86
006.550/2006-6	749-5/2010-2C	Jose Gennario Mendes Soárez	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 348.377,41
007.895/2007-2	1.078-7/2010-2C	José Vieira Lins	Prefeitura Municipal de Barreirinhas - MA	R\$ 372.213,87
009.516/2006-8	637-1/2010-PL	AJ FERRERA SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 562.224,80
010.461/2006-0	750-5/2010-2C	Nilson Santos Geraldo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 323.222,88
010.517/2007-6	631-4/2010-2C	Maura Patrícia Aguiar Mendes de Souza	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 2.330.520,70
010.528/2007-0	632-4/2010-2C	Francisco Coquinho Ferreira da Silva	Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte - MA	R\$ 352.500,96
010.909/2007-6	293-2/2010-2C	Maria Raimunda dos Santos	Prefeitura Municipal de São Luís - MA	R\$ 949.998,55
011.007/2006-9	1.248-8/2010-2C	Maria de Nazaré Martins	Prefeitura Municipal de São Vicente Ferrer - MA	R\$ 283.107,83
011.417/2005-9	638-1/2010-PL	Sônia Luzia Pinheiro Trinta	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 207.323,60
011.560/2009-8	1.810-8/2010-1C	José Francisco Lima Neres	Prefeitura Municipal de Bernardo do Mearim - MA	R\$ 144.284,18
011.628/2009-6	1.108-6/2010-1C	Antônio da Rocha Martins Neto	Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão - MA	R\$ 424.642,00
012.124/2009-4	1.445-8/2010-1C	Maria Bernadeth Nogueira dos Santos	Prefeitura Municipal de São Vicente Ferrer - MA	R\$ 242.666,89
012.547/2009-0	945-5/2010-1C	Vicente Aruchê Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 515.323,23
012.729/2003-4	890-8/2010-2C	Leonardo Reis Carvalho Costa	Prefeitura Municipal de Cajari - MA	R\$ 243.222,13
013.028/2004-1	628-4/2010-2C	ENCÍIA ENGENHARIA MECÂNICA LTDA	Prefeitura Municipal de Bernardo do Mearim - MA	R\$ 3.237.388,76
014.442/2002-0	498-8/2010-PL	Mariângela Diva da Costa Neto	Prefeitura Municipal de Açaílândia - MA	R\$ 3.387.482,25
015.331/2006-9	341-2/2010-2C	José Geraldo Bento de Souza Filho	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	R\$ 1.039.892,58
015.830/2006-9	628-1/2010-PL	Domingos do Nascimento Almeida	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	R\$ 3.331,95
016.179/2005-8	1.249-8/2010-2C	Mariângela Diva da Costa Neto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 72.180,53
016.182/2005-3	1.063-7/2010-2C	Jose Ribamar Pereira de Araújo	Prefeitura Municipal de João Pessoa - MA	R\$ 233.108,42
		Nivaldo Veras Reis		
		Isaias dos Santos Martins		
		Solange Camargo Bandeira da Silveira		
		Paulo Roberto Santiago de Souza		
		DALVADISIO MOREIRA DOS SANTOS		
		Deusdedit Alves Sampaio		
		José Britto Sampaio Filho		
		Paulo César Fonseca Marinho		
		ILZEMAR OLIVEIRA OLIVEIRA		
		Francisco Ewerton Maceió Costa		
		Silvio Jesus de Castro E Costa		
		Stélio Jesus de Castro E Costa		

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
016.953/2008-0	732-5/2010-2C	Manoel Antônio da Silva Filho	Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim - MA	R\$ 118.679,00
017.613/2009-0	948-5/2010-1C	Aria Maria Nunes Correia de Castro	Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão - MA	R\$ 756.643,74
018.549/2008-8	337-2/2010-2C	Benedicto Barbosa Moreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 747.981,11
019.582/2007-0	635-4/2010-2C	Reginaldo Rios Peixoto	Prefeitura Municipal de Vilação do Meirim - MA	R\$ 244.699,19
019.588/2007-3	412-3/2010-2C	Leocádio Olímpio Rodrigues	Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão - MA	R\$ 50.636,00
020.404/2007-6	753-5/2010-2C	Euzebio Nepoletão Mendonça	Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes - MA	R\$ 119.554,80
020.651/2004-0	373-8/2010-PL	SIGILOSO	Prefeitura Municipal de Pirapemas - MA	R\$ 709.884,55
021.535/2008-4	887-6/2010-2C	Fernando Antônio Guimarães Ramos	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - MEC	R\$ 12.000,00
023.337/2008-7	338-2/2010-2C	Eneida de Maria Ribeiro	Prefeitura Municipal de Humberto de Campos - MA	R\$ 534.205,44
024.108/2007-7	1.256-8/2010-2C	Bernardo Ramos dos Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	R\$ 151.181,10
024.110/2007-5	339-2/2010-2C	José Machado Villar	Prefeitura Municipal de Béquimão - MA	R\$ 231.048,85
025.987/2007-9	1.375-9/2010-2C	Leonardo Cantanhede	Prefeitura Municipal de Balsas - MA	R\$ 281.456,07
030.260/2007-8	756-5/2010-2C	Valmy Francisco de Oliveira	Prefeitura Municipal da Caxias - MA	R\$ 2.264.564,43
MG				
001.2011/2004-6	869-6/2010-2C	Afonso Victor Vianna de Andrade	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 444.547,16
		CONSTRUTORA M.H. LTDA		
		Merlin Campos Vieira		
		ÁLVARO LUIZ DOS SANTOS ALVES		
		João Rodrigues da Silva		
		JOÃO LUIZ MÜLLER		
		Clarice Ferrezinha Bastos Cardoso		
		Reinaldo Cesar do Carmo		
		SOUTO BRÂNDÃO LTDA		
		Edson Antônio de Sá		
001.660/2008-4	733-4/2010-1C	Odilon Prata Carvalho	MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR)	R\$ 491.294,27
001.667/2008-5	1.057-7/2010-2C	Domingos de Almeida Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 3.039,12
002.022/2008-2	602-4/2010-2C	João Corrêa Rebello	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 406.860,00
002.534/2009-9	163-1/2010-2C	Nely Fernandes Alves Bahia	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 75.548,11
006.304/2009-7	165-1/2010-2C	Manoel Francisco Alves Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 1.786,19
006.314/2009-3	336-2/2010-2C	João Augusto Fernandes Sobrinho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 316.741,56
010.632/2007-9	1.059-7/2010-2C	João Henrique Bittu	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 282.745,43
011.459/2004-0	729-5/2010-2C	CONSTRUTORA ALTA LTDA	Prefeitura Municipal de Águas Formosas - MG	R\$ 57.203,04
013.354/2007-2	1.172-8/2010-2C	CONSTRUTORA TERRA NORTE LTDA	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	R\$ 94.602,00
016.326/2007-6	1.061-7/2010-2C	João Fábia Lima	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITI-	R\$ 5.026,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
016.985/2006-3	1.590-9/2010-IC	Carlos Henrique de Mello Glycon Terra Pinto Junior Ronaldo Cerqueira Lima Raul Siqueira de Oliveira Luis Eduardo Martin	NHONHA E MOCURI - MEC FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/MG - MS	R\$ 18.666,72
020.505/2009-5	1.237-8/2010-2C	José Alves Soares	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (833 MUNICÍPIOS)	R\$ 227.300,75
022.350/2007-2	331-2/2010-2C	Getúlio Andrade Braga	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (833 MUNICÍPIOS)	R\$ 222.384,66
022.642/2006-9	1.593-9/2010-1C	Alilton Moreira Pires	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU/MG	R\$ 142.891,63
026.251/2007-2	408-3/2010-2C	Geuber Felix Coelho	Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas - MG	R\$ 117.879,54
375.225/1995-1	398-7/2010-PL	Maria das Gracas de Oliveira Almeida Barbosa	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (833 MUNICÍPIOS)	R\$ 5.000,00
930.202/1998-8	1.131-6/2010-1C	Geuber Felix Coelho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (833 MUNICÍPIOS)	R\$ 271.290,74
			FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC	
			MS	
021.434/2003-7	494-8/2010-PL	Agamenon Rodrigues do Prado Ana Maria Chaves Faustina Tiele Fábio Portela Machinski	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	R\$ 267.377,42
021.480/2003-6	203-4/2010-PL	PEDRO ALBÍLIO VENDRAMINI DURAN ASSOCIAÇÃO DOS ARTEBASOS DE CAMPO GRANDE José Luiz dos Reis	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	R\$ 127.824,88
021.502/2003-9	495-8/2010-PL	Pedro Albílio Vendramini Duran ASSOCIAÇÃO DOS ARTEBASOS DE CAMPO GRANDE José Luiz dos Reis	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	R\$ 41.339,94
021.555/2003-2	350-6/2010-PL	Agamenon Rodrigues do Prado GRUPO TEATRAL AMADOR CAMPOGRANDENSE José Luiz dos Reis	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	R\$ 45.866,54
			MT	
007.477/2009-3	761-5/2010-2C	Jaime Luiz Mureto GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTD	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT	R\$ 53.137,44
010.459/2004-6	591-4/2010-2C	Jean Martins e Silva Nunes Nuciária Maria Gomes Almeida Santos Leoni Francisco Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	R\$ 27.352,08

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Edson Ricardo Pérille Luiz Soares Gilberto Siebert	Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte - MT PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	R\$ 621.326,96 R\$ 970.899,60
012.785/2002-5	946-5/2010-1C	LUIZ CARLOS MACHADO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	R\$ 102.317,04
017.846/2008-4	186-1/2010-2C	José Rogério Salles Alberto Carvalho de Souza Paulo Afonso Romano Frederico Alberto de Andrade José Reynaldo da Cunha Santos Aroto Vieira da Silva Eldan Veldoso Omar José Silva da Encarnação Eugenio Lemos Barros Barbara NICOLAU ZAIDEN NETTO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	R\$ 102.317,04
425.130/1998-3	276-5/2010-PL	PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
000.018/2005-6	1.222-8/2010-2C	Antônio Ferreira Coelho C. M. TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA.	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
000.169/2005-0	721-5/2010-2C	Jorge Netto da Costa Márcio Cezar Sobral Martins	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
002.872/2009-6	1.058-7/2010-2C	Domiciano Bezerra Soares	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
004.086/2005-7	722-5/2010-2C	Odolfo Pinto da Mota	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
007.810/2009-6	603-4/2010-2C	KEWILLY DA RÓCHA NÓRONHA GLAUCY KELLY ALVES DE OLIVEIRA PROEZA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Raimundo Freire Noronha	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
007.886/2007-0	171-4/2010-PL	REINALDO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR Anselmo Hoffmann	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRES - PA Prefeitura Municipal de Crapauama - PA Prefeitura Municipal de São João do Araguaia - PA Prefeitura Municipal de Eldorado das Caranxas - PA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 161.865,76 R\$ 1.971.707,93 R\$ 436.357,88 R\$ 1.997.305,35 R\$ 237.343,11
008.389/2009-3	1.364-9/2010-2C	STAR FOX JOSE DE NAZARE CHIAPPETTA	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA AMAZÔNIA/PA (EXCLUIDA)	R\$ 143.563,67
009.684/1999-8	1.429-8/2010-1C	Gandor Call Hage Neto	PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 1.556.438,22
012.346/2000-9	594-4/2010-2C	Antônio Geraldo Lacerini	PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 988.739,04
019.602/2009-6	329-2/2010-2C	Gerson Salviano Campos	PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 798.858,00
020.154/2003-9	922-5/2010-1C	Silvaneiro Ferraz Marqueira Daltivo Araújo de Almeida	PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 5.323.243,88
021.025/2008-7	1.592-9/2010-1C	Isaías Batista Filho	PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO - PA (MUNICÍPIOS)	R\$ 186.439,05
030.466/2008-0	568-3/2010-1C	Antônio Roberto Cardoso Franco	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 126.613,87
032.746/2008-3	923-6/2010-1C	José Benedito da Mota Eschique	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	R\$ 47.446,00
033.323/2008-1	924-5/2010-1C		PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	R\$ 127.250,50

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
002.214/2004-9	410-7/2010-PL	Manoel Domiciano Dantas	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA PARAÍBA (223 MUNICÍPIOS)	R\$ 3.000,00
002.230/2008-3	717-4/2010-1C	Ana Adélia Cabral de Lima	Prefeitura Municipal de Frei Martinho - PB	R\$ 330.947,36
002.342/2005-7	1.170-8/2010-2C	Cássia Maria Lima Gómes	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - MEC	R\$ 1.343,11
007.310/2005-6	74-2/2010-PL	Sérgio Carvalho dos Santos	Prefeitura Municipal de São José do Sabugi - PB	R\$ 3.062,04
007.824/2008-3	1.597-9/2010-1C	Manoel Domiciano Dantas	Prefeitura Municipal de Teixeira - PB	R\$ 635.597,02
		JR PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA		
		José Elenilson Queiroz	Prefeitura Municipal de Lázaro - PB	R\$ 237.601,52
		ARCO IRIS LTDA	SEBRAE - DEP. RÉGIONAL/PB - MIDIC	R\$ 2.967,36
		Erasmo Quintino de Abrahão Filho	Prefeitura Municipal de Piancó - PB	R\$ 3.347.398,00
		Pedro Aurelio Mendes Brito	Prefeitura Municipal de Pitimbu - PB	R\$ 276.408,62
		Flávia Serra Galdino	Prefeitura Municipal de Pitimbu - PB	R\$ 276.408,62
		Hercílles Antônio Passos Ribeiro	Prefeitura Municipal de Pombal - PB	R\$ 132.337,50
		Hercílles Antônio Pessoa Ribeiro	Prefeitura Municipal de Lázaro - PB	R\$ 175.577,47
		Erasmo Quintino de Abrahão Filho	Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	R\$ 85.588,98
		Erasmo Quintino de Abrahão Filho	Prefeitura Municipal de Igaracy - PB	R\$ 84.925,39
		Francisco Hélio da Costa	ENTIDADES/ORGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	
		André Luis Bonifácio de Carvalho		
			PE	
002.089/2008-8	280-1/2010-1C	Janio Gouveia da Silva	Prefeitura Municipal de Amargosa - PE	R\$ 2.150.536,70
006.962/2005-0	715-4/2010-1C	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE	R\$ 309.754,11
011.292/2008-0	1.304-7/2010-1C	Newton D'Emery Carneiro	Prefeitura Municipal de Domantas - PE	R\$ 261.918,98
014.922/2002-5	473-8/2010-PL	José Olímpio Rodrigues	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS)	R\$ 87.408,48
019.004/2008-0	709-4/2010-1C	Luciano José Ferreira da Silva Lima	PREFEITURA MUNICIPAL DE DESenvolvimento do NORDESTE - MI	R\$ 2.088.598,00
		OTL OBRAS TÉCNICAS LTDA		
		Gabriel Alves Maciel		
		João Batista Rodrigues Fernandes		
		Fernando Bezerra da Souza Coelho	Prefeitura Municipal de Petrolina - PE	R\$ 5.359.293,37
		Guilherme Cruz de Souza Coelho		
		Maria Helena Gómes dos Santos		
			PI	
002.455/2009-3	1.312-7/2010-1C	Raimundo Nonato Soárez	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	R\$ 426.352,17
002.675/2008-9	1.587-9/2010-1C	Raimundo Nonato Merreiros Moreira	Prefeitura Municipal de Pimenteiras - PI	R\$ 3.740.292,02
		VANGUARDA CONSTRUÇÕES LTDA		

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
003.127/2007-0	716-4/2010-IC	Ronaldo Cesar /Agas Castelo Branco Genivaldo Barbosa	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios - PI PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	R\$ 596.445,80 R\$ 326.978,40
005.985/2009-3	720-4/2010-1C	Raimundo Nonato Soares	Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI	R\$ 3.362.594,51
010.678/2004-2	403-7/2010-PL	CONSTRUTORA CÁSTANHEIRA LTDA Murilo Antônio Ribeirão Landim	Prefeitura Municipal de São José do Divino - PI PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	R\$ 12.366,67 R\$ 351.695,75
012.400/2005-6	22-1/2010-1C	Francisco Farias Rodrigues Neto	Prefeitura Municipal de Guadalupe - PI	R\$ 5.026,00
015.075/2009-1	1.322-7/2010-1C	Antônio Gomes de Sousa	Prefeitura Municipal de Milion Brandão - PI	R\$ 760.887,10
017.375/2008-5	1.391-9/2010-1C	João Luiz da Rocha Francisco Evangelista Razende		
017.377/2008-3	426-2/2010-1C	Joselito Félix Silva Filho Raimundo Bernardo Filho		
020.338/2008-0	413-7/2010-PL	Maria de Lourdes de Alencar Bezerra Esdras Augusto Negreiros Zenaldo Batista Lusitao Neto Everaldo do Nascimento Lima Edilson Pereira Uchôa	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S.A. - ELETRO- BRAS - MME	R\$ 35.000,00
021.068/2009-2	1.333-3/2010-1C	Elvira Mendes Raulino de Oliveira Carlos Alberto Rodrigues de Oliveira Raimundo Nonato Bona	Prefeitura Municipal de Altos - PI Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI Prefeitura Municipal de Murici dos Portais - PI	R\$ 74.377,69 R\$ 119.319,20 R\$ 1.237.424,57
021.254/2009-8	1.437-8/2010-1C	Ótavio Escorcio Gomes Neio		
031.4.1/2007-9	708-4/2010-1C	CONSTRUTORA NORTE LTDA.		
		PR		
002.774/2009-5	326-8/2010-PL	Helder Teófilo dos Santos DINACIR DO RÓCIO SANTANA LUIZ TARGINO PESSOA JUNIOR POLIANA TONETTI DE ARAUJO	Prefeitura Municipal de Morretes - PR	R\$ 27.500,00
006.070/2009-6	442-2/2010-1C	João Carlos Miguel	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	R\$ 312.120,82
006.741/2009-2	443-2/2010-1C	Nereu Florêncio Koch Júnior	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	R\$ 300.414,61
006.801/2009-2	444-2/2010-1C	CONSTRUFAX CONSTRUTORA FAXINAL LTDA Valdeciere Aparecido Pelleitoni	Prefeitura Municipal de Faxinal - PR	R\$ 1.628.972,00
007.282/2008-1	1.261-8/2010-2C	Élio Valdir Ceni Prefeitura Municipal de Chopinzinho - PR	Prefeitura Municipal de Chopinzinho - PR	R\$ 300.414,61
008.684/2009-3	1.627-9/2010-1C	DONIZETE APARECIDO RODRIGUES DA SILVA Cláudio Vilas Boas Furini	Prefeitura Municipal de Tomazina - PR	R\$ 170.016,91
009.018/2008-1	1.349-7/2010-1C	Jesuel de Oliveira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ (399 MUNICÍPIOS)	R\$ 667.368,80
010.980/2006-5	1.055-7/2010-2C	Paulo Carvalho França Cícero Benílido Back	Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR	R\$ 139.654,40 R\$ 3.015,60
015.716/2007-2	574-9/2010-PL	IGUACU POCOS ARTESANOS LTDA José Sehnen	Prefeitura Municipal de Patimbrasil - PR	R\$ 140.832,88
025.228/2007-0	626-4/2010-2C	Paulo Toderio Suzil Góes de Oliveira	Prefeitura Municipal de Primiero de Maio - PR	R\$ 437.520,14

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
A. GUIMARÃES CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.				
			RJ	
002.160/2000-3	1.126-6/2010-1C	Jorge Perrone Filho Paulo Bentes Vilarinho Junior Vicente de Paulo Costa Saldanha	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-RJ/SA REGIÃO	R\$ 15.000,00
004.583/1986-1	316-6/2010-PL	SIGLÓSO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MMF	R\$ 56.000,00
007.821/2009-3	434-3/2010-2C	DARCY RODRIGUES DA SILVA	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - MS	R\$ 5.039,00
008.404/2009-1	558-9/2010-PL	Luiz Claudio Cruz de Melo Carlos Alberto Veiga	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - MEC	R\$ 36.182,00
014.674/2004-1	260-5/2010-PL	Aloisio Teixeira	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ - MEC	R\$ 5.065,20
018.776/2008-2	875-6/2010-2C	Angelo da Cunha Pinto	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ - MEC	R\$ 3.000,00
926.479/1986-9	757-5/2010-2C	Lourival Camilo Monaco Celsio Alves da Cruz Hugo Tullio Rodrigues Leila Miragaya Matz	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - MCT	R\$ 25.000,00
RN				
001.880/2008-3	433-2/2010-1C	Walter Soares de Paula	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 328.774,09
001.948/2009-1	1.616-9/2010-1C	Francisco Gilson de Oliveira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 10.052,00
003.086/2007-3	16-1/2010-2C	ESFERA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim - RN	R\$ 122.991,75
003.086/2007-4	182-1/2010-2C	Antônio Faustino da Costa	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 78.007,24
003.701/2005-0	282-1/2010-1C	JOVIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Prefeitura Municipal de Várzea - RN	R\$ 316.263,40
004.887/2002-7	625-4/2010-2C	Roberto Pereira Varella	Prefeitura Municipal de Taipu - RN	R\$ 10.130,40
005.059/2009-4	140-3/2010-PL	Prefeitura Municipal de Várzea - RN	Prefeitura Municipal de Angicos - RN	R\$ 20.156,00
005.808/2007-2	1.098-7/2010-2C	Antônio Geralval de Carvalho	Prefeitura Municipal de Marcellino Vieira - RN	R\$ 62.257,74
006.682/2008-0	956-5/2010-1C	Francisco Marcondes de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 173.075,62
008.298/2009-4	1.121-6/2010-1C	Francisco Martins de Oliveira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 47.037,04
008.488/2008-1	1.119-6/2010-1C	Alcides Elias de Moraes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 169.396,92
009.126/2007-0	348-2/2010-2C	José Erítoles Neto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	R\$ 391.503,27
009.352/2009-8	497-8/2010-PL	CONSTRUTORA PAULA XAVIER LTDA	Secretaria Municipal de Obras e Viação	R\$ 27.140,40
		Antônio Andrade Varella		
		J. BATISTA CONSTRUÇÕES LTDA.		
		Antônio Andrade Varella		
		Damião Rodrigues Pita		
		Demétrio Paulo Torres		

Processo	Acórdão	Unidade Jurisdicionada	Valor judicial (débito comunita)
012.720/2006-3	688-3/2010-1C	Francisco de Souza Matoso Neto Gilmar Araújo da Silva Pedro Sérgio Ferreira Valmir Silva de Oliveira	R\$ 5.039,00
013.614/2004-9	1.678-9/2010-1C	Joé Bezerra Marinho Júnior Associação dos Municípios do Seridó - RN	R\$ 81.511,43
015.045/2009-2	1.120-8/2010-1C	Amarildo Elias de Moraes	R\$ 164.632,68
018.507/2005-0	929-5/2010-1C	João Edilson Alves de Meneses	R\$ 452.478,23
021.163/2009-1	688-3/2010-1C	Wilson Dantas Sobrinho	R\$ 47.232,80
021.235/2005-0	1.436-8/2010-1C	FACHEIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA Expedio de Oliveira Dantas	R\$ 91.688,56
022.242/2009-1	950-5/2010-1C	ESFERA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA Elevado Câmera Lisboa	R\$ 115.594,30
030.479/2007-0	183-1/2010-2C	Jose Edilson Alves de Meneses	R\$ 53.912,90
RO			
007.515/2002-9	34-1/2010-PL	Luz Carlos de Liz Koché Salomão Klemes Tavares	5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
309.014/2005-8	345-6/2010-PL	Jairo Silva Santana	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14º REGIÃO/RO - JT
333.651/2008-2	1.264-8/2010-2C	CONCIC ENGENHARIA S.A. José Domingos dos Santos	Prefeitura Municipal de Nova Mamoré - RO
750.162/1997-0	1.604-9/2010-1C		R\$ 913.842,39
RR			
104.972/2003-1	1.079-8/2010-1C	J. ANCHETA JUNIOR Paulo de Souza Peixoto	Prefeitura Municipal de Cantá - RR
110.931/2003-4	613-10/2010-PL	CONSTRUTORA RAJAR LTDA Carlos Edíaldo Levischi CONSTRUTORA ABONARI LTDA Wellington Lins de Albuquerque	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
116.666/2003-0	424-7/2010-PL	POLENG CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA Francisco Alberto Santiago Francisco Alberto Santiago	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RORAIMA (15 MUNICÍPIOS)
118.389/2008-9	1.252-8/2010-2C	Hélio Mota Pinheiro Francisco Carlos Lago Picado	Prefeitura Municipal de Mucajaí - RR
122.685/2008-2	754-5/2010-2C	Ecildon de Souza Pinto Filho Antônio da Costa Reis	R\$ 1.077.649,55
127.353/2008-0	1.259-8/2010-2C	SOTECON - SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Ecildon de Souza Pinto Filho	R\$ 409.688,91
			R\$ 93.607,50

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
000.184/2007-3	726-5/2010-2C	ABENCO ENGENHARIA COMERCIO LTDA. Sergio Geraldo Pretto Ricardo Barbosa da Costa	Prefeitura Municipal de Rolante - R\$	R\$ 448.193,36
010.261/2003-5	21-i/2010-PL	EDFENSON LUIS FONTANA FERRI Ladimir Kosciuk	DEPÓSITO DE SUBsistência DE SANTA MARIA	R\$ 1.137.727,70
011.692/2002-0	570-9/2010-PL	JORGE AFFONSO SILVEIRO SCHREINER José João Maria de Azevedo Ester Maria da Silva Marcelo Ulz Asconavieira Sérgio Oscar José Ribeiro Luis Roberto da Silva Macedo João Batista Molinato da Silva	HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - MS	R\$ 40.208,00
020.027/2006-2	330-2/2010-2C	COOPERATIVA TRITICOLA ERECHIM LTDA Erico André Peixoto	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - MEC	R\$ 12.093,60
021.739/2003-0	636-4/2010-2C	Vicente Joaquim Bogo Ercio André Peixoto	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/R - TEM	R\$ 68.017,67
023.659/2006-7	1.064-7/2010-2C	Prefeitura Municipal de Candelária - R\$	Prefeitura Municipal de Candelária - R\$	R\$ 46.602,47
		SE		
005.775/2002-7	467-8/2010-PL	Jose Américo Manoelz Jose Roberto dos Santos	ENTIDADESÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPÉ	R\$ 2.054.620,88
008.593/2009-7	1.231-8/2010-2C	JOSE VALMIR MONTEIRO AMANDA REGINA CARVALHO REIS Lindbergh Gondim de Lucena	Prefeitura Municipal de Lagarto - SE	R\$ 5.026,00
011.686/2006-5	560-3/2010-1C	Marcos Aurélio Prado Dias Rita de Cácia Carvalho Santos Fontes	ENTIDADESÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPÉ	R\$ 7.238,35
015.545/2007-3	198-1/2010-2C	Josue Modesto dos Passos Subrinho Abel Smith Menezes	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - MEC	R\$ 10.206,80
016.059/2006-8	859-6/2010-2C	Samuel Rodrigues Schuster Gelson Silveira Figueiredo	SEBRAE - DEP. REGIONAL/SE - MIDIC	R\$ 14.241,34
021.338/2008-1	727-4/2010-1C	José Teixeira Alves Filho Gideon Ferreira da Silva	Prefeitura Municipal de Népolis - SE	R\$ 5.085,20
021.768/2007-0	1.334-7/2010-1C	YARA SOARES COSTA	Prefeitura Municipal de Tomar do Geru - SE	R\$ 107.801,36
		SP		
005.543/2009-1	1.051-7/2010-2C	Dirceu Cerqueirani Dirceu Cerqueirani	Prefeitura Municipal de Tamandu - SP	R\$ 1.016.538,00
006.923/2009-5	1.223-8/2010-2C	Lúcio Marcos Gonçalves Prado	ENTIDADESÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 513.618,59
008.616/2009-3	426-3/2010-2C	Marcos Fábio Spironelli FEDERAÇÃO PAULISTA DE BEACH SOCCER Marcos Fábio Spironelli	ENTIDADESÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 248.001,72
009.335/2009-7	1.225-9/2010-2C	Osman Merse	Prefeitura Municipal de São Benedito do Sapucaí - SP	R\$ 3.016,60

Processo	Acordão	Responsável	Unidade Jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
016.504/2006-2	736-4/2010-1C	Luiz Sutti FAESP Fábio de Sales Melrelles FAESP Vicente José Rocco SINDICATO RURAL DE FRANCA/SP Vicente José Rocco Sergio Perrone Ribeiro Ana Paula Naves Britto Atílio Mautio Stuart Carlos Ruiz da Silva Cid Bianchi Eber Emanuel Viana Serafim Araújo Elliane Maria Fragoso Fábio Horval Fábio Linardo dos Santos Heráclides Magalhães da Silva Jorge Ferreira Lima Lúcia de Fátima da Cunha Ney Lucia Rienzo Varella Maria Aparecida Bevilacqua Maria Mabel Palatão Miranda Regina Aparecida Rossetti Heck Regina Celi Nascimento Ricardo Silla Bruniatti Zenildo Gomes da Costa	SENAF - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SP - MTE	R\$ 5.212.718,67
016.898/2005-1	425-7/2010-PL	Fábio Linardo dos Santos Heráclides Magalhães da Silva Jorge Ferreira Lima Lúcia de Fátima da Cunha Ney Lucia Rienzo Varella Maria Aparecida Bevilacqua Maria Mabel Palatão Miranda Regina Aparecida Rossetti Heck Regina Celi Nascimento Ricardo Silla Bruniatti Zenildo Gomes da Costa	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL/SP/SA REGIÃO	R\$ 6.471.912,69
020.051/2007-4	485-8/2010-PL	Evangelina de Almeida Pinho TO	GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIAO/SP - MP	R\$ 3.015,60
014.359/2004-9	1.620-9/2010-1C	ESTADO DO TOCANTINS José Ricardo Silveira da Silva	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	R\$ 147.849,72
026.517/2006-9	421-3/2010-2C	Maria Ivoneide Matos Barreto	PRÉFÉITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (138 MUNICÍPIOS)	R\$ 319.977,28

Total de débitos/multas: R\$ 242.187.365,59

Total de responsáveis condenados em débito ou multados: 682

Anexo IV - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Período	Processo	Acórdão
MA	Município de Barra do Corda/MA	ENCIZA ENGENHARIA CIVIL LTDA	5 anos	003.361/2005-7	AC-202-4/2010-PL
	Município de Palmeirândia/MA	AJ FERREIRA SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	5 anos	009.516/2006-8	AC-637-10/2010-PL
PR	Município de Palmital/PR	IGUACU POCOS ARTESIANOS LTDA	5 anos	015.716/2007-2	AC-574-9/2010-PL
RN	Município de Angicos/RN	AUTOLINE LTDA - ME			
		VIA DIESEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS, MOTORES E PEÇAS LTDA	3 anos	005.059/2009-4	AC-140-3/2010-PL
		VICTOIRE AUTOMOVEIS LTDA			
RR	Município de Amajari/RR	CONSTRUTORA VIGA LTDA	2 anos		
		FREITAS CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA	2 anos	016.666/2003-0	AC-424-7/2010-PL
		POLIENG CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA	4 anos		

Total de empresas declaradas inidôneas: 9
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Período	Processo	Acórdão
BA	Município de Medeiros Neto/BA	Adalberto Alves Pinto			
		José Lopes Pereira	5 anos	007.896/2004-0	AC-427-7/2010-PL
DF	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Denilson Silva de Oliveira			
		Luiz Cláudio Giorno Gomes	5 anos	002.219/2009-6	AC-569-9/2010-PL
MA	Município de Igarapé Grande/MA	Leonardo Reis Carvalho Costa	5 anos	011.417/2005-9	AC-638-10/2010-PL
	Município de Palmeirândia/MA	Nilson Santos Garcia	8 anos	009.516/2006-8	AC-637-10/2010-PL
	Município de Pirapemas/MA	Camínia Carmen Lima Barroso Moura			
		Eliseu Barroso de Carvalho Moura			
		Francisco de Assis Sousa			
		Gilmar Sales Ribeiro			
		João Araujo da Silva Filho			
		João da Silva Neto	SIGILOSO	020.597/2004-6	AC-371-6/2010-PL

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública					
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Período	Processo	Acórdão
		Jose Orlando Rodrigues Aquino			
		Maurie Anne Mendes Moura			
		Walter Pinho Lisboa Filho			
PI	Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI	Murilo Antonio Paes Landim	5 anos	010.678/2004-2	AC-403-7/2010-PL
PR	Município de Palmital/PR	Clério Beníldo Back	5 anos	015.716/2007-2	AC-574-9/2010-PL
		Jose Sehnem			
		Carlos Eduardo Levischi			
RR	Governo do Estado de Roraima/RR	Neudo Ribeiro Campos	6 anos	010.931/2003-4	AC-613-10/2010-PL
		Wellington Lins de Albuquerque			
RS	Hospital Cristo Redentor S.A. - MS	Jorge Affonso Silveiro Schreiner	8 anos	011.692/2002-0	AC-570-9/2010-PL
		Ladimir Kosciuk			
		Eber Emanoel Viana Serafim Araujo			
SP	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Estado de São Paulo	Maria Aparecida Bevilacqua	8 anos	016.898/2005-1	AC-425-7/2010-PL
		Zenido Gomes da Costa			
Total de responsáveis inabilitados: 26					

Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período"

Função governo	Número do processo	Unidade Fiscalizada	Objetivo da fiscalização
ACRE			
ADMINISTRAÇÃO	004.076/2010-9	EOG/AC - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	Fiscalização de Conformidade na SEAPROF/AC para verificar a regularidade do contrato SEAPROF/AC nº 122/2009.
ENERGIA	004.655/2008-5	ELETROACRE -COMPANHIA DE ELÉTRICIDADE DO ACRE - ELETROBRAS - MMG	Inspeção de Conformidade na Eletroacre para verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios e contratos celebrados com recursos do "Programa Luz para Todos".
SAÚDE	009.526/2008-0	FUNASA/AC COORDENAÇÃO REGIONAL/AC - MS	Inspeção no Distrito Sanitário Indígena do Alto Juruá e Prefeituras Municipais para verificar a regularidade dos procedimentos de aquisições de medicamentos com recursos do Programa de Incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas.
ALAGOAS			
AGRICULTURA	000.224/2010-3	SEINFRA- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	Inspeção no contrato da obra do Perímetro Irrigado do Rio Balsamo para quantificar débito e identificar responsáveis pelos pagamentos a maior à C Engenharia S/A, conforme Acórdão 2811/2009-Plenário.
GESTÃO AMBIENTAL	008.609/2010-1	SEINFRA- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	FISCOBRAS 2010 - Drenagem do Tabuleiro dos Martins - Maceió para realizar levantamento de auditoria nas obras de Drenagem do Tabuleiro dos Martins - Maceió.
URBANISMO	006.250/2002-7	SEINFRA - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	Inspeção na SEINFRA-AL, para verificar as medidas adotadas pela SEINFRA-AL para dar cumprimento a determinação contida no Acórdão nº 1.093/2007-Plenário.
AMAZÔNIA			
ADMINISTRAÇÃO	029.103/2009-0	PE-MDIC- MINISTÉRIO DO DESENV. INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Inspeção junto à Apex-Brasil- Com vistas a verificar a regularidade da concorrência 2/2009.
ENCARGOS ESPECIAIS	017.329/2006-0	BB/MF- BANCO DO BRASIL S.A. - MF	Esclarecimento de questões identificadas no TC 017.329/2006-0 para elucidação de questões pendentes e análise de informações não encaminhadas na diligência (Ofício nº 88/2009 à TCU/SECEX-2).
ENCARGOS ESPECIAIS	028.697/2008-0	BB/MF	Esclarecimento de questões apresentadas no TC-028.697/2008-0 para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas relativas às questões apresentadas no TC-028.697/2008-0.
INDÚSTRIA	001.136/2009-7	PE-MDIC - MINISTÉRIO DO DESENV. INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Inspeção no MDIC para verificar o cumprimento do item 9.3 do Acórdão 727/2009-Plenário.
SAÚDE	003.180/2010-7	FUNASA/AM - FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AM - MS	Convênios com recursos federais destinados a Fundação POCKETI - Verificar a aplicação dos recursos repassados à Fundação POCKETI por meio dos conv. 620030, 620031 e 650597, celebrados com a Funasa.
AMAPÁ			
DIREITOS DA CIDADANIA	004.163/2010-9	INSTITUTO AMAZÔNIA DE FORMAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS	TMS Transferências voluntárias - Análise de licitações, contratos e termo de convênio.
BAHIA			
ADMINISTRAÇÃO	004.485/2010-6	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - MI	Monitoramento no DNOCS para avaliar e cumprir as determinações impostas ao DNOCS pelo Acórdão nº 6371/2009- 1ª Câmara.
AGRICULTURA	008.662/2010-0	DNOCS- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - MI	FISCOBRAS 2010 - (PAC) Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi / RN - Realizar levantamento de auditoria nas obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi / RN (PAC).
GESTÃO AMBIENTAL	008.608/2010-5	DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - MI	FISCOBRAS 2010 - Implantação do Sistema Adutor do Sudeste Plauense - Realizar levantamento de auditoria nas obras de Implantação do Sistema Adutor do Sudeste Plauense.

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	020.540/2006-0	INCRA/SR-5/BA - INCRA - SUPERINT. REGIONAL/BA - MDA	Inspeção no INCRA para verificar a ocorrência de superfaturamento em indenizações por desapropriações de terras e indenizações de terras públicas.
CEARÁ			
ADMINISTRAÇÃO	004.994/2010-8	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - CE	Inspeção na PM de Viçosa Ceará para obter informações necessárias ao saneamento dos presentes autos, que trata da obra do Sistema de Abastecimento D'água do Distrito de Oiticicas, executada com recursos federais, repassados pelo Convênio nº 573/2006, firmado, em 20/06/2008, entre o município e a FUNASA.
SAÚDE	003.190/2010-2	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL	Auditória na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sobral para verificar a regularidade de aplicação de recursos vinculados aos convênios nºs 2.253/2008 (Siafi 644839) e 2.830/2009 (Siafi 617981).
TRANSPORTE	020.318/2009-2	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE	Monitoramento na Ponte sobre o Rio Cocó - Monitoramento referente ao Acórdão nº 2.059/2008-Plenário, TC-030.167/2007-3.
DISTRITO FEDERAL			
ADMINISTRAÇÃO	001.484/2010-9	GSI/PR PE-MDS TSE/JE PETROBRAS SERPRO/MF BNDES/MDIC GSI/PR RFB/MF SF DPF/MJ CC/PR PE-MF PE-MS PE-MU TJDFT CEF/MF MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Levantamento para elaboração de auditoria em grandes projetos de TI para coletar dados que sirvam de insígnia para a escolha dos projetos de TI a serem auditados e para a elaboração de questões de auditorias apropriadas.
ADMINISTRAÇÃO	004.738/2010-1	AGU - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - PR	Monitoramento na AGU/RJ - Acórdão 998/2009-P para monitorar o cumprimento de determinações emanadas do Acórdão 998/2009-P.
ADMINISTRAÇÃO	005.973/2010-4	SEBRAE/DN - SERVIÇO BRAS. DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - DEP. NACIONAL - MDIC	Inspeção no Sebrae para realizar a identificação dos responsáveis, à descrição de sua conduta, ao cálculo do débito a ser atribuído a cada um deles e à definição das datas a partir das quais os valores deverão ser cobrados, no que tange aos dispêndios relativos ao exercício de 2005.
ADMINISTRAÇÃO	014.899/2009-2	SPIE/MP - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS - MP	ANÁLISE SETORIAL DE INDICADORES E PROGRAMAS DO PPA 2008-2011 para analisar, de forma setorial, a adequação de programas /indicadores constantes do PPA 2008-2011 aos objetivos das políticas de governo, avallando a atuação da SPI neste contexto.
ADMINISTRAÇÃO	015.076/2009-9	SE/MME ELETRONORTE-SECRETARIA EXECUTIVA - MME	Inspeção no Ministério de Minas e Energia e na Eletronorte para saneamento do processo de contas da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, exercício de 2008.
ADMINISTRAÇÃO	015.126/2009-2	SE/MC - SECRETARIA EXECUTIVA - MC	Inspeção na Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações para subsidiar o exame da Tomada de Contas anual da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações.
ADMINISTRAÇÃO	016.279/2009-6	COVEN/Mtur - COORDENAÇÃO-GERAL DE CONVÊNIO - MTur	Inspeção na Coordenação-Geral de Convênios do M tur para com objetivo de analisar documentação referente à prestação de contas do convênio Siafi nº 624888.
ADMINISTRAÇÃO	017.595/2008-2	ANTT/MT - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - MT	Inspeção na Agência Nacional de Transportes Terrestres - Contas 2007 para subsidiar o exame da Prestação de Contas da ANTT, exercício de 2007.
ADMINISTRAÇÃO	018.567/2009-0	CGRL/MF - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - MF	Auditória de conformidade na execução contratual da CGRL/MF para promover auditoria no âmbito do Ministério da Fazenda, com foco na Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL, na área de execução contratual.

ADMINISTRAÇÃO	019.100/2009-4	PL-SF - SENADO FEDERAL (VINCULADOR)	Auditória no Senado Federal para verificar a legalidade dos valores constantes na folha de pagamento.
ADMINISTRAÇÃO	028.927/2009-0	CD MPU STJ TOU PE-PR PJ-CE PJ-JF PJ-JM PJ-JT PL-SF TJDFT SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF	Análise do RGF do 3º Quadrimestre para Avaliar o cumprimento dos limites de gasto com pessoal pelos órgãos autônomos identificados no art. 20 da Lei Complementar nº101/2000, bem como das demais disposições legais que regem a gestão fiscal no que concerne aos dados apresentados no âmbito dos relatórios de gestão fiscal.
ADMINISTRAÇÃO	029.555/2009-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Inspeção na Funasa/Core/TO para Verificar a legalidade e regularidade dos contratos firmados entre a Funasa/Core/TO e as empresas LRC Silvestre - ME, Wold Service Serviços Gerais Ltda e Locadora e Comércio de Veículos Araguaiá Ltda.
AGRICULTURA	008.607/2010-9	PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	FISCOBRAS 2010 - Construção da Adutora Serra da Bataeteira/BA - Realizar levantamento de auditoria nas obras de Construção da Adutora Serra da Bataeteira/BA para Realizar levantamento de auditoria nas obras de Construção da Adutora Serra da Bataeteira/BA.
AGRICULTURA	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC;
ASSISTENCIA SOCIAL	017.252/2008-9	SE/MDS - SECRETARIA EXECUTIVA - MDS	Apromorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
ASSISTENCIA SOCIAL	027.892/2009-9	PE-MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)	Inspeção no Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome - MDS para sanear as contas da SE-MDS, exercício 2007, por meio da verificação de diversos processos com indícios de irregularidades.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	014.957/2008-0	IBICT - INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT	Auditória Operacional Ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- Leite para avaliar o desempenho da Ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, na modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite.
COMUNICAÇÕES	008.521/2009-8	ANATEL - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL - SEDE - MC	Sanções Aplicáveis as Concessionárias de Telefonia Fixa pela Anatel para verificar a legitimidade e a legalidade das sanções profendas pela Anatel nas concessionárias de telefonia fixa.
COMUNICAÇÕES	012.693/2009-9		Auditória Operacional na Governança das Agências Reguladoras de Infraestrutura para Identificar eventuais riscos e falhas estruturais que podem comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, de forma a subsidiar propostas para fortalecer o modelo regulatório atual.
COMUNICAÇÕES	028.113/2007-5	ANATEL/MT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT/SP	Inspeção Junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos dar cumprimento à proposta de Inspeção Junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT/SP.
CULTURA	003.231/2010-0	ANTAQ/MT FUNDO NACIONAL DE CULTURA - MinC	Convênio com a Ag. Nac. de Gestão de Rec. p/ Hidro Amazônica para Verificar a aplicação dos recursos repassados à Ag. Nac. de Gestão de Rec. p/ a Hidro Amazônica- AMGRHAM por meio do conv. 611249, celeb. com a Coord. Geral de Exec. Org. e Financeira/FNC.
DEFESA NACIONAL	023.128/2009-1	ANAC/MD CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Verificação da implementação do PAC para Fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC;
			Apromorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como

			avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
DEFESA NACIONAL	026.337/2009-5	ANP/EC/RJ MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA (VINCULADOR)	Inspeção no III COMAR para verificar os valores pactuados na contratação, efetuada pelo III COMAR, referente à construção de Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares.
DEFESA NACIONAL	028.963/2009-7	ANEEL EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Inspeção na Infraero - justificativas para nova modelagem de contratação para verificar os estudos que sustentaram a fixação de 35 postos de trabalho para a contratação de serviços de manutenção do subsistema de transporte de passageiros.
DESPORTO E LAZER	003.560/2010-4	ANA SECRETARIA EXECUTIVA - ME	Monitoramento do contrato de gerenciamento da Copa do Mundo 2014 para atender à determinação constante do Acordão nº 1227/2009-Plenário (item 9.5), no sentido de monitorar a contratação realizada pelo Ministério do Esporte para o gerenciamento da Copa do Mundo de 2014.
DESPORTO E LAZER	003.605/2010-8	ANATEL MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR)	Inspeção saneadora na Confederação Brasileira de Vôlei para sanear a Representação, com pedido de Cautela, TC 003.605 / 2010-8.
DESPORTO E LAZER	016.324/2009-3	ANAC/MD SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO - Mtur	Inspeção na SNPTUR/MTUR para sanear os autos do TC-016.324/2009-3.
EDUCAÇÃO	011.824/2006-3	SEBRAE/DF - SEBRAE - DEP. REGIONAL/DF - MDIC	Inspeção no Sebrae/DF para com vistas a sanear os autos do TC-011.824/2006-3.
EDUCAÇÃO	019.571/2009-8	PE-MDS PE-MEC PE-MTE SNJ/PR - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE - PR	FOC no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) para verificar a regulidade da execução do Programa.
ENCARGOS ESPECIAIS	020.585/2009-6	RFB/MF - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Levantamento de riscos na Secretaria da Receita Federal do Brasil para levantar áreas de risco na Secretaria da Receita Federal do Brasil que possam ser objeto de auditorias futuras
ENERGIA	012.693/2009-9	ANTT/MT ANTAQ/MT ANP/EC/RJ ANTT/MT ANAC/MD ANEEL ANA ANATEL	Identificar eventuais riscos e falhas estruturais que podem comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, de forma a subsidiar propostas para fortalecer o modelo regulatório atual
ENERGIA	021.975/2007-0	ANEEL - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - MME	Nova Metodologia de Reajuste Tarifário das Tarifas de Energia Elétrica para conhecer e sanar dúvidas sobre a nova metodologia de reajuste tarifário a ser implementada pela Aneel.
ENERGIA	023.128/2009-1	SPE/MF CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizando, por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
ENERGIA	032.621/2008-9	ELETRONORTE -CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	Inspeção de Conformidade na Eletronorte/SR/AC para verificar a regularidade dos pagamentos de diárias a empregados da empresa Agritop (CNPJ 15.350.770/0001-31) no âmbito do Contrato nº 4500055252 e eventuais aditivos.
GESTÃO AMBIENTAL	008.598/2010-0	PE-MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)	FISCOBRAS 2010 - Construção da Barragem Rangel - Redenção do Gurguéia - PI - Realizar levantamento de auditoria nas obras de Construção da Barragem Rangel - Redenção do Gurguéia - PI.
GESTÃO AMBIENTAL	012.693/2009-9	ANTAQ/MT ANP/EC/RJ ANTT/MT ANA ANAC/MD	Auditória Operacional na Governação das Agências Reguladoras de Infraestrutura para identificar eventuais riscos e falhas estruturais que podem comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, de forma a subsidiar propostas para fortalecer o modelo regulatório atual.

		ANEEL ANATEL - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL - SEDE - MC	
GESTÃO AMBIENTAL	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
HABITAÇÃO	022.740/2009-4	CEF/MF PE-MICI FUNASA/OF MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)	Acompanhamento das ações de saneamento, habitação e urbanismo no âmbito do PAC para realizar diagnóstico no processo de implementação dos empreendimentos, no âmbito do PAC, nas funções de saneamento básico, habitação e urbanismo, ressaltando os objetivos a serem alcançados, responsabilidade dos agentes envolvidos, o volume de recursos contratado e executado, bem como identificar problemas relacionados à execução das respectivas ações.
HABITAÇÃO	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
PREVIDÊNCIA SOCIAL	087.543/2010-7	INSS/MPS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - MPS	Levantamento de Auditoria nas Contas dos Sistemas de Previdência Social para levantar elementos para futuras fiscalizações do Tribunal a respeito das receitas, despesas, renúncias de receitas, panorama atual e futuro da Previdência Social Brasileira.
PREVIDÊNCIA SOCIAL	008.002/2003-6	RFB/MF DATAPREV PGFN/MF SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Acompanhamento Lista Devedores da Previdência 2003 para verificar o cumprimento das medidas adotadas pela RFB, PGFN e Dataprev em relação ao acompanhamento dos processos selecionados da listagem dos devedores da PS em 2003.
PREVIDÊNCIA SOCIAL	027.702/2009-6	INSS/MPS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - MPS	Acompanhamento das aquisições de mobiliário para as APS do PEX do INSS para verificar a legalidade das aquisições de mobiliário para equipar as novas agências do INSS no Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS - PEX.
SANEAMENTO	000.274/2010-0	CEF/MF EOG/AC SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - RIO BRANCO/AC - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Rio Branco/AC, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 222761-94.
SANEAMENTO	000.280/2010-0	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI EOG/PR CEF/MF	FOC H/S - IMPLANTAÇÃO DO SES EM ASSENTAMENTOS DE BACIAS DE RIOS - CURITIBA/PR - realizar auditoria nas obras de implantação de sistema de esgotos sanitários em Curitiba/PR, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 224994-48
SANEAMENTO	000.281/2010-7	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SEPETIBA - RIO DE JANEIRO/RJ - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Sepetiba/RJ, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 223639-10
SANEAMENTO	000.283/2010-0	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - DRENAGEM URBANA - NOVA FRIBURGO/RJ - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de drenagem urbana em Nova Friburgo/RJ, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 223372-00.
SANEAMENTO	000.284/2010-6	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI EOG/PR CEF/MF	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PORTO VELHO/RO - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Porto Velho/RO, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 222793-77.
SANEAMENTO	000.286/2010-9	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA -	FOC H/S - CONSTRUÇÃO DE CASAS NA RESSACA DO

		MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF EG/AP	BAIRRO CONGOS - MACAPÁ/AP - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Macapá/AP, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226552-57.
SANEAMENTO	000.287/2010-5	DESO SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM E DA ETA DO RIO POXIM - 1ª ETAPA - ARACAJU/SE - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Aracaju/SE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 224291-47.
SANEAMENTO	000.332/2010-0	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF SEINFRA	FOC H/S - OBRAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS - ORLA LAGUNAR - MACEIÓ/AL - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Maceió/AL, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226554-75.
SANEAMENTO	000.333/2010-7	Embasa SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Vitória da Conquista/BA, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 223724-59.
SANEAMENTO	000.334/2010-3	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI EOG/CE CEF/MF	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DO SES - BACIA SE-2 - FORTALEZA/CE - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Fortaleza/CE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 217986-05.
SANEAMENTO	000.335/2010-0	CESAN CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SES DE BAIRROS- CARIACICA/ES - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Canacica/ES, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226014-31.
SANEAMENTO	000.336/2010-6	CEF/MF SANIEAGO SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - SES à RIBEIRÃO ANICUNS, MARGEM ESQ. - GOIÂNIA/GO - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Goiânia/GO, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226021-24.
SANEAMENTO	000.337/2010-2	CEF/MF EOG/PB SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - SISTEMA ADUTOR EPITÁCIO PESSOA - CAMPINA GRANDE/PB - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em Campina Grande/PB, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 224981-92.
SANEAMENTO	000.338/2010-9	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF CAGEPA	FOC H/S - SISTEMA ADUTOR DE JOSÉ PENHA - JOÃO PESSOA/PB - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em João Pessoa/PB, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 224978-45.
SANEAMENTO	000.339/2010-5	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF COMPESA	FOC H/S - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DE CABEDELO - CARUARU/PE - realizar auditoria nas obras de implantação do sistema de abastecimento de água em Caruaru/PE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 222783-52.
SANEAMENTO	000.340/2010-3	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI COMPESA CEF/MF	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DO SES - PAULISTA/PE - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Paulista/PE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 218435-59.
SANEAMENTO	000.341/2010-0	DESO CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - AMPLIAÇÃO DO SES DE ARACAJU E BARRA DOS COQUEIROS - ARACAJU/SE - realizar auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Aracaju/SE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 224289-05.
SANEAMENTO	007.000/2010-3	CEF/MF PRM/MG PE-MICI - MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)	FISCOBRAS 2010 - Saneamento na área do Rio Paraibuna - Juiz de Fora/MG - Fiscalizar as obras de saneamento na área do Rio Paraibuna - Juiz de Fora/MG.
SANEAMENTO	022.740/2009-4	CEF/MF PE-MICI - MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR) FUNASA/DF	Acompanhamento das ações de saneamento, habitação e urbanismo no âmbito do PAC para realizar diagnóstico no processo de implementação dos empreendimentos, no âmbito do PAC, nas funções de saneamento básico, habitação e urbanismo, ressaltando os objetivos a serem alcançados, a responsabilidade dos agentes envolvidos, o volume de recursos contratado e executado, bem como identificar problemas relacionados à execução das respectivas ações.
SAÚDE	000.031/2010-0	PE-MS MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)	AC 2509/2009-P - empresas declaradas inidôneas (Vida-farma) - verificar a regularidade da contratação e dos serviços prestados.

SAÚDE	002.985/2010-1	SCTIE/MS - SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - MS	Auditória Operacional - Farmácia Popular - avaliar a operacionalização do Programa Farmácia Popular e os mecanismos de controle existentes, especificamente quanto à expansão realizada para rede privada de farmácias e drogarias.
SAÚDE	014.541/2009-6	EOG/RJ/EOG/RS SAS/MS EOG/PR EOG/PI EOG/MG EOF/SP EOG/MT EOG/PA SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - MS	Auditória Operacional - FOC - Política Nacional de Regulação do SUS para avaliar a eficácia e eficiência da implantação e operacionalização de complexos reguladores e centrais de regulação de âmbito municipal, estadual e nacional.
SAÚDE	021.380/2009-3	PE-MS SOF/MP STN/M MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Acompanhamento de Mínimo da Saúde para verificar a adequação legal da metodologia utilizada pelo Poder Executivo para aferição do cumprimento do mínimo de saúde em 2009, bem como avaliar os possíveis impactos do cancelamento de restos a pagar nos valores contabilizados para este fim em 2007 e em 2008.
SAÚDE	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CC/PR SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
SEGURANÇA PÚBLICA	020.401/2009-0	DEPEN/SNU - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - SNU/MU	Inspecção VMI/EBCO para Saneamento de processo.
SEGURANÇA PÚBLICA	020.401/2009-0	MPDFT/MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - MPU	Inspecção EBCO/VMI para Saneamento de processo.
SEGURANÇA PÚBLICA	020.401/2009-0	STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF	Inspecção EBCO/VMI para sanear o TC 020.401/2009-0.
SEGURANÇA PÚBLICA	025.076/2009-2	SENASA - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA - SENASP	Auditória em convênio da Secretaria Nacional de Segurança Pública para verificar a regularidade da concessão, acompanhamento, execução e prestação das transferências voluntárias referentes ao Registro Siafi 643751 e 640404.
SEGURANÇA PÚBLICA	025.242/2009-5	SENASA - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA - SENASP	Monitoramento do Infoseg para monitorar o cumprimento do Acordo nº 244/2009-Plenário.
SEGURANÇA PÚBLICA	029.820/2009-9	SENASA - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA - SENASP	Termo de Parceria Pronasci - Seleção de Oiscip para execução de projetos no âmbito do Pronasci
TRABALHO	019.571/2009-8	PE-MDS PE-MEC PE-MTE SNU/PR - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE - PR	FOC no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Verificar a regularidade da execução do Programa.
TRABALHO	021.196/2009-2	SPPE/TEM - SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - TEM	Inspecção na SPPE/TEM para com sanear os autos do TC-021.196/2009-2.
TRANSPORTE	002.041/2009-6	INFRAERO/MD - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Inspecção na Infraero para colher informações para subsidiar a instrução do TC-002.041/2009-6.
TRANSPORTE	007.112/2010-6	DNIT/MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	FISCOBRAS 2010 - (PAC) Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174/AM - fiscalizar obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-174/AM.
TRANSPORTE	007.113/2010-2	DNIT/MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	FISCOBRAS 2010 - BR-230/TO - Construção Divisa MA/TO - Divisa TO/PA - realizar levantamento de auditoria nas obras de BR-230/TO - Construção Divisa MA/TO - Divisa TO/PA.
TRANSPORTE	007.114/2010-9	DNIT/MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	FISCOBRAS 2010 - Construção de Trechos Rodoviários na BR-342/ES - realizar Levantamento de Auditoria nas obras de construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste / BR-342/ES - Entroncamento BR-101 - Divisa ES/MG.

TRANSPORTE	012.693/2009-9	ANTT/MT ANTAQ/MT ANAC/MD ANA ANEEL ANATEL ANP/EC/RJ	Auditória Operacional na Governança das Agências Reguladoras de Infraestrutura para identificar eventuais riscos e falhas estruturais que podem comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal, de forma a subsidiar propostas para fortalecer o modelo regulatório atual.
TRANSPORTE	019.448/2005-1	INFRAERO/MD - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA- ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Inspeção saneamento TC-019.448/2005-1 para analisar conformidade de nomeações para funções comissionadas e de aquisições de obras de arte.
TRANSPORTE	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CC/PR SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como avaliar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
TRANSPORTE	028.464/2007-0	INFRAERO/MD - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Inspeção na Infraero para colher informações para subsidiar a instrução do TC-028.464/2007-0.
URBANISMO	000.275/2010-7	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI EOG/RN CEF/MF	FOC H/S - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NA AV. CAP MOR GOLIVEIRA - NATAL/RN - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Natal/RN, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226012-13.
URBANISMO	000.276/2010-3	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI EOG/PR	FOC H/S - HABITABILIDADE, URBANISMO DO RIO IGUAÇU - COLOMBO/PR - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Colombo/PR, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226007-49.
URBANISMO	000.277/2010-0	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - PORTO VELHO/RO - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Porto Velho/RO, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 227253-53.
URBANISMO	000.279/2010-2	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - RIO COCÓ - REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS - FORTALEZA/CE - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza/CE, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 222621-98.
URBANISMO	000.282/2010-3	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - BRASÍLIA/DF - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Brasília/DF, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 227245-44.
URBANISMO	000.285/2010-2	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - REMOÇÃO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO - SETE LAGOAS/MG - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Sete Lagoas/MG, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 223346-71.
URBANISMO	000.289/2010-8	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - CÓRREGOS CABACA E SEGREDO - CAMPO GRANDE/MS - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Campo Grande/MS, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 226004-16.
URBANISMO	000.342/2010-6	SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI CEF/MF	FOC H/S - CONSTRUÇÃO DE UH DISTRIBUIDAS DIVERSAS ÁREAS - PALMAS/TO - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Palmas/TO, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 227256-86.
URBANISMO	000.345/2010-5	EOG/PA CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S REURBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO RIACHO DOCE - 1ª ETAPA - BELÉM/PA - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Belém/PA, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 244828-42.
URBANISMO	000.346/2010-1	CEF/MF EOG/PA SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	FOC H/S - REURBANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO RIACHO DOCE - 2ª ETAPA - BELÉM/PA - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Belém/PA, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 218747-24.
URBANISMO	002.339/2010-2	CEF/MF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Inspeção de Saneamento referente TC 002.339/2010-2 para coligir os elementos necessários à instrução do feito.

URBANISMO	022.740/2009-4	FUNASA/DF PE-MICI MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR) CEF/MF	Acompanhamento das ações de saneamento, habitação e urbanismo no âmbito do PAC para realizar diagnóstico no processo de implementação dos empreendimentos, no âmbito do PAC, nas funções de saneamento básico, habitação e urbanismo, ressaltando os objetivos a serem alcançados, a responsabilidade dos agentes envolvidos, o volume de recursos contratado e executado, bem como identificar problemas relacionados à execução das respectivas ações.
URBANISMO	023.128/2009-1	CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CC/PR SPE/MF	Verificação da implementação do PAC para fornecer uma visão geral do nível de implementação das ações no âmbito do PAC; aprimorar o sistema de acompanhamento, realizado por intermédio de banco de dados, de forma a possibilitar o periódico monitoramento do estágio da execução física e financeira dos empreendimentos; revisar a metodologia de cálculo dos subsídios tributário e creditício, bem como availar a classificação das obras adotada pelo Comitê Gestor do PAC.
URBANISMO	030.145/2008-4	CEF/MF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Inspeção na G1DUR/CEF-AL e na Prefeitura de Maceió/AL para apurar denúncia de irregularidade na concessão do repasse.
GOIÁS			
CULTURA	019.288/2009-9	CROMB/GO - CONSELHO REGIONAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL-GO	Inspeção no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil - GO para verificar a conformidade de atos de gestão no Conselho Regional da Ordem dos Músicos - GO.
GESTÃO AMBIENTAL	003.921/2008-9	IBAMA/GO - IBAMA - SUPERINTENDÊNCIA/GO - MMA	Auditoria no IBAMA/GO para verificar a pertinência e a extensão das irregularidades denunciadas a esta Corte, além de eventuais apurações já realizadas por outros órgãos.
URBANISMO	025.537/2009-1	CEF/MF PE-MICI - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	FOC H/S - PILOTO 2 - Urbanização de favelas em Sto Antônio do Descoberto para realizar levantamento de auditoria nas obras de urbanização de favelas em Santo Antônio do Descoberto / GO, objetos do Contrato de Repasse nº 0227252.
MARANHÃO			
ADMINISTRAÇÃO	018.298/2008-2	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO - MA	Inspeção no Município de Serrano (MA) para levantar informações sobre a condução de repasses federais realizados ao referido município.
EDUCAÇÃO	018.298/2008-2	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO - MA	Inspeção no Município de Serrano (MA) para levantar informações sobre a condução de repasses federais realizados ao referido município.
SANEAMENTO	025.237/2009-5	CAEMA - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO CEF/MF PE-MICI	FOC H/S - PILOTO 1 - Ampliação do sistema de esgoto da Ilha de São Luís para realizar levantamento de auditoria nas obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário da Ilha de São Luís - Etapa I, objetos do Contrato de Repasse nº 0218348.
SAÚDE	018.298/2008-2	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO - MA	Inspeção no Município de Serrano (MA) para levantar informações sobre a condução de repasses federais realizados ao referido município.
SAÚDE	021.459/2007-9	MS/MA - NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/MA	Inspeção no INEMS-MA para apurar possíveis irregularidades na concessão de diárias e suprimentos de fundos.
MINAS GERAIS			
ADMINISTRAÇÃO	013.923/2009-4	CRC/MG - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-MG	Inspeção no Conselho Regional de Contabilidade/MG para saneamento de processo de representação sobre possíveis irregularidades na gestão do CRC/MG.
ADMINISTRAÇÃO	014.713/2008-4	GRAMF/MG - GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO/MG - MF	Inspeção na Gerência Regional de Administração/MG para identificar os normativos e autorizações orientadoras da situação de assunção de encargos administrativos, organizacionais e financeiros da GRAMF/MG em relação a diversos órgãos instalados nas suas dependências, referentes a contratações e "sistema de rateio de despesas".
EDUCAÇÃO	001.616/2010-2	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG	Inspeção no Município de Guaxupé / MG para analisar a aplicação dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, repassados ao Município de Guaxupé / MG, nos exercícios de 2008 a 2010.

TRANSPORTE	028.152/2009-0	CBTU/MG	Fiscalização de contrato celebrado pela CBTU com empresa declarada inidônea para verificar a legalidade da contratação da empresa, a qual foi declarada inidônea para celebrar ajustes com a administração pública.
MATO GROSSO DO SUL			
LEGISLATIVA	003.588/2010-6	INORA/SR-16/MS - INORA - SUPERINT. REGIONAL/MS - MDA	Fiscalização recursos assentam. Faz.Eldorado/Gleba Alambari para verificar a aplicação dos recursos federais, pelo INCRA, na implantação do assentamento da Fazenda Eldorado/Gleba Alambari, em Sidrolândia, MS.
SAÚDE	005.121/2010-8	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS - MS	Fiscalização na P.M. de Dourados para verificar a aplicação de recursos da área de Saúde transferidos pelo Governo Federal para o Município de Dourados nos exercícios de 2007 a 2009.
SAÚDE	022.433/2009-3	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS - MS	Fiscalização na P.M. de Dourados para Verificar a aplicação de recursos da área de Saúde transferidos pelo Governo Federal para o Município de Dourados nos exercícios de 2007 a 2009.
MATO GROSSO			
ADMINISTRAÇÃO	001.465/2010-4	SECEX/MT - SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU/MT	Auditória na Secex/MT para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária e financeira.
ADMINISTRAÇÃO	016.124/2008-4	FUNASA/MT - FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/MT - MS	Inspeção na Funasa - Contas 2007 para avaliar as irregularidades e impropriedades apontadas pela CGU no Relatório de Gestão.
ADMINISTRAÇÃO	028.012/2009-9	PREFEITURA MUNICIPAL	Fiscalização da Construção de Matadouro Frigorífico Municipal fiscalizar a efetiva conclusão das obras de construção de matadouro frigorífico no Município de Cachoeiro de Macacu/RJ
EDUCAÇÃO	012.611/2006-9	SENAR/MT - SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/MT - TEM	Inspeção no SENAR para subsidiar a análise das contas do SENAR-MT do exercício de 2005.
SAÚDE	004.162/2010-2	EOG/MT - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	Inspeção na Central de Regulação para apurar denúncia de falta de tratamento isonômico na distribuição de pacientes pela Central de Regulação.
SAÚDE	016.124/2008-4	FUNASA/MT - FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/MT - MS	Inspeção na Funasa - Contas 2007 para avaliar as irregularidades e impropriedades apontadas pela CGU no Relatório de Gestão.
TRABALHO	012.611/2006-9	SENAR/MT - SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/MT - TEM	Inspeção no SENAR para subsidiar a análise das contas do SENAR-MT do exercício de 2005.
PARAÍBA			
AGRICULTURA	004.203/2003-6	EOG/PB - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	Inspeção no Governo do Estado no Perímetro de Irrigação de Várzea de Sousa para instruir o TC 004.203/2003-6.
SAÚDE	028.037/2009-8	MS/PB NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/PB	Auditória no NEMS/PB para apurar denúncias feitas pela Ouvidoria do TCU e verificar a regularidade das cessões de servidores aos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde, bem como o controle realizado sobre as atividades e frequência desses servidores cedidos.
PERNAMBUCO			
ADMINISTRAÇÃO	031.657/2008-7	SESI/PE - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/PE - MDS	Inspeção no Sesi-PE para subsidiar o exame das contas de 2007 (TC n.º 031.657/2008-7), verificando a regularidade dos processos de seletivos e das contratações de cooperativas.
ASSISTENCIA SOCIAL	015.194/2006-8	PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE - PE	Inspeção na Secretaria de Assistência Social do Recife com o objetivo de coletar dados/informações para subsidiar a instrução do processo nº TC 015.194/2006-8.
EDUCAÇÃO	012.956/2007-5	UFRPE/MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - MEC	Inspeção na UFRPE para coletar dados/informações para subsidiar a análise do processo nº TC 012.956/2007-5.
EDUCAÇÃO	027.340/2009-5	UNIVASF/MEC - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - MEC	Auditória na UNIVASF/PE RI para analisar a legalidade do(s) procedimento(s) de contratação e execução do(s) contrato(s) firmado(s) entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF e a empresa CON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

INDÚSTRIA	033.165/2008-0	SESI/PE - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/PE - MDS	Inspeção no Sesi/PE para coletar dados/informações para subsidiar a análise do processo nº TC 033.165/2008-0.
PARANÁ			
GESTÃO AMBIENTAL	001.569/2010-4	INSTITUTO TECNICO DE EDUCACAO E PESQUISA DA REFORMA AGR	TMS Convênios ITEPA/PR para verificar a conformidade na celebração, repasse e execução de convênios à ITEPA.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	027.130/2009-8	COOPERATIVA CENTRAL BASE DE SERVICOS COM INTERACAO SOLIDARIA DO SUDOESTE DO PARANÁ - CRESOL BASE SUD	TMS - Convênios - Cresol Baser Sudoeste/PR para análise da aplicação de recursos do convênio nº 565536.
SAÚDE	004.991/2010-9	SES/PR- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ	Auditória na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná no âmbito da REMAST para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na execução do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.
RIO DE JANEIRO			
ADMINISTRAÇÃO	021.031/2009-2	FIORCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - MS	Inspeção saneamento TC 021.031/2009-2 para apurar fatos denunciados com respeito ao contrato nº 018/2003 da Fiocruz.
ADMINISTRAÇÃO	027.694/2008-4	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - RJ	Inspeção no Fundo Nacional de Saúde - FNS para levantar informações acerca de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS à Prefeitura de São Gonçalo.
ADMINISTRAÇÃO	028.758/2008-8	BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - MME	Inspeção na Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Petrobras no ES para apurar supostas irregularidades na execução de contrato firmado com a empresa UTC Engenharia Ltda., relativo a serviços associados à plataforma P-34.
COMUNICAÇÕES	018.874/2009-1	FUNITEL/FINEP - MC	Auditória no Funitel para verificar a legalidade e a legitimidade da aplicação de recursos do Funitel utilizados em convênios, contratos de repasses e projetos correspondentes ou outros instrumentos congêneres, conforme determinado pelo item 9.5.1 do Acórdão nº 1220/2008-Plenário, bem como monitorar o cumprimento das determinações contidas nos itens 9.2, 9.4, 9.6 e 9.9 do Acórdão nº 544/2008-Plenário.
DESPORTO E LAZER	007.890/2007-0	COB - COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	Inspeção no Comitê Olímpico Brasileiro para sanear o processo nº 007.890/2007-0.
EDUCAÇÃO	003.394/2010-7	IMPA - ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - MCT	Convênios SIAFT 566854 e 592342 entre FINEP e IMPA para verificar a conformidade na celebração, repasse e execução dos ajustes SIAFT 566854 e 592342 firmado com FINEP.
ENERGIA	000.591/2010-6	ELETRONUCLEAR - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	Irregularidades relacionadas ao treinamento de operadores de usinas nucleares para análise sobre possíveis irregularidades relacionadas ao treinamento de operadores de usinas nucleares.
ENERGIA	003.110/2010-9	ELETRONUCLEAR- ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	Possíveis irregularidades em contratação direta por inexigibilidade de licitação para analisar a contratação direta da empresa FRAMATOME, contrato nº 95044, por inexigibilidade de licitação, para execução de serviço diverso daquele utilizado para fundamentar a contratação direta.
ENERGIA	003.116/2010-7	CPRM/RJ - CPRM - RIO DE JANEIRO/RJ - MME	Terceirização de serviços para analisar se concursos públicos foram preteridos por terceirização indevida de mão-de-obra.
ENERGIA	008.585/2009-5	PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Inspeção na REPAR - áreas de contratos e comunicação para apurar indícios de irregularidades e adequada responsabilização dos funcionários envolvidos.
SAÚDE	004.410/2010-6	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - RJ	Monitoramento DEMASUS Nova Iguaçu Acórdãos 1278/2008 e 504/2009 - Plenário para monitorar o cumprimento das determinações emanadas dos Acórdãos 1278/2008 e 504/2009 - Plenário.
SAÚDE	026.832/2009-6	SAS/MS DATASUS/MS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - MS	Levantamento na base de dados do Sistema Único de Saúde para analisar os sistemas hoje utilizados no SUS, avaliando as vulnerabilidades de cada um deles, de modo a selecionar sistemas e/ou base de dados a merecerem auditorias específicas nos próximos exercícios.

SAÚDE	029.817/2009-3	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - RJ	Inspeção na rede pública de saúde de Nova Iguaçu/RJ para verificação da regularidade em procedimentos diversos, relacionados com a rede pública de saúde de Nova Iguaçu.
TRABALHO	013.574/2008-4	SRTE/RJ - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPRE- GO/RJ	Inspeção de Saneamento referente TC 013.574/2008-4 sanear o TC 013.574/2008-4 consoante escopo descrito no despacho da unidade técnica.
TRANSPORTE	007.630/2010-7	DFMM/MT - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - MT	Monitoramento do determinado nos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.471/2009-P para verificar o cumprimento do determinado nos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.471/2009-P.
RIO GRANDE DO NORTE			
ADMINISTRAÇÃO	003.927/2010-5	TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	Auditória de conformidade na SECEX/SP PARA verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial.
RIO GRANDE DO SUL			
EDUCAÇÃO	001.630/2010-5	UFSM-RS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Monitoramento AC. 2259/07-P-RELACIONAMENTO UFSM-FUNDAÇÃO APOIO para verificar cumprimento AC. 2259/07-P - Rel. 41/2007 - P.
EDUCAÇÃO	005.163/2010-2	UFPel - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - MEC	Monitorar Relacionamento FUPPEL - FUNDAÇÃO APOIO - AC. 599/2008-P para monitorar Relacionamento FUPPEL - FUNDAÇÃO APOIO - AC. 599/2008-P.
SAÚDE	005.020/2010-7	EOG/RS - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Auditória na Associação Hospital de Caridade Ijuí verificar a regularidade da aplicação de recursos públicos federais repassados ao conveniente.
TRABALHO	016.391/2009-6	CRMV/RS - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA-RS	Inspeção no Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS para apurar os fatos da denúncia autuada sob o nº TC 016.391/2009-6.
SANTA CATARINA			
ADMINISTRAÇÃO	003.165/2010-8	SEBRAE/SC - SEBRAE - DEP. REGIONAL/SC - MDIC	Inspeção no SEBRAE/SC PARA Verificar a conformidade da Concorrência Pública 007/09 - SEBRAE/SC.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	006.954/2010-3	INCRA/SR-10/SC - INCRA - SUPERINTENDÊNCIA/SC - MDA	Auditória de conformidade - transferências voluntárias realizadas pelo INCRA/SC para verificar a conformidade das transferências voluntárias realizadas pelo INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário às entidades não governamentais no Estado de Santa Catarina.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	025.203/2009-7	INCRA/SR-10/SC - INCRA - SUPERINTENDÊNCIA/SC - MDA	Inspeção nas entidades não governamentais Cooptrasc e Aescá verificar a regularidade da execução dos serviços dos convênios Sefaz nºs. 627.837 e 625.531.
TRABALHO	016.068/2009-1	SRTE/SC - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPRE- GO/SC	Inspeção na Superintendência Reg. do Trabalho e Emprego do Estado de S. Catarina para subsidiar análise das Contas de 2008 e cumprimento do Ac. 4891/2009-1 ^a Cam Rel 11/2009 MinAS (Ac. 1788/2008-2 ^a Cam Rel 26/2008 Min ALC).
SERGIPE			
EDUCAÇÃO	004.620/2010-0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ - SE	Auditória Transferências para Educação para verificar a conformidade da execução da despesa com recursos de transferências federais para a área de educação e o funcionamento dos conselhos sociais correspondentes.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	025.489/2009-2	EOF/SP - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	TMS Transferências voluntárias - Fundação Hemocentro Ribeirão Preto para verificar convênios da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto (conveniente), firmados com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Sefaz nº 515532 e 598591), e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (Sefaz nº 525520, 569337 e 598038).
EDUCAÇÃO	009.538/2009-0	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS - SP	Inspeção na Prefeitura Municipal de Ourinhos para apurar possíveis irregularidades no processo licitatório 1874/2005 e no contrato dele decorrente, celebrado com a empresa SP Alimentação.
TRANSPORTE	012.194/2002-1	CODESP/MT - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - MT	Inspeção na CODESP para verificar a situação física do terminal arrendado pela empresa Terminal para Contêineres da Margem Direita S/A, Contrato PRES/028.98 e o seu

			funcionamento.
TOCANTINS			
ADMINISTRAÇÃO	000.198/2010-2	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Inspeção na Prefeitura Municipal de Araguaína-TO para verificar a regularidade na aplicação dos recursos federais transferidos ao município de Araguaína-TO.
ADMINISTRAÇÃO	015.044/2009-5	EOG/TO - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	Inspeção no Departamento de Estradas de Rodagem do Tocantins-Dertins para apurar as diferenças de valores de reajustamentos de preços concedidos no âmbito do Contrato nº 23/2002, firmado entre o Dertins e a empresa Via Engenharia S/A.
ADMINISTRAÇÃO	029.553/2009-3	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Inspeção na Prefeitura Municipal de Tocantínia para verificar a legalidade e regularidade na execução dos recursos públicos transferidos ao município de Tocantínia-TO pelos diversos órgãos da Administração Pública Federal.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	003.396/2010-0	ACADEMIA BRASILEIRA DE CIENCIAS	Convênios SIAFI 623772 e 556274 entre FNDCT e ABC para verificar a conformidade na celebração, repasse e execução dos ajustes SIAFI 623772 e 556274 firmados com FNDCT.
DIREITOS DA CIDADANIA	025.524/2009-3	FEDERACAO RONDONIENSE DE MULHERES	TMS Transferências Voluntárias - Auditoria na Federação Rondoniense de Mulheres para verificar a regularidade na aplicação dos recursos transferidos por meio do convênio nº 061/2006-Suframa.
ENERGIA	024.269/2009-4	PETROBRAS ELETROBRAS SEE/MME - SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - MME SPG/MME	Levantamento - PAC (Eixo Infraestrutura Energética) para realizar diagnóstico da implementação dos empreendimentos do PAC na área de Infraestrutura Energética.
HABITAÇÃO	000.288/2010-1	CEF/MF FNHHS - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	FOC H/S - CONSTR. DE UH NA REGIÃO DA GRANDE JACARAIPE - SERRA/ES para realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Serra/ES, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 192803-47.
HABITAÇÃO	000.344/2010-9	FNHHS - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL CEF/MF	FOC H/S - MELHORIA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - ITAPECERICÁ DA SERRA/SP - realizar auditoria nas obras de construção de unidades habitacionais em Itapecerica da Serra/SP, vinculadas ao Contrato de Repasse nº 192878-45.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	027.129/2009-7	COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM REFORMA AGRÁRIA COTRARA	TMS - Convênios - Cotrara/PR - verificar a conformidade na celebração, repasse e execução do Convênio nº 524330.
SAÚDE	003.393/2010-0	FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E T	Convênio SIAFI 553800 entre FINEP E FIOTEC - conformidade na celebração, repasse e execução do ajuste.

Anexo VI - “Obras Inseridas no Anexo VI da Lei 12.214/10 (LOA/2010)”

UF	Obra	Processo (s) e Relator (s)	Gravidade (*)	Objetos paralisados e motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
AL	Drenagem do Tabuleiro dos	Contrato 01/1997: Contratação de serviços de Engenharia	necessários à Amelhoria da Macroestrutura da área dinamiza-	nada de Grande Tabuleiro em Maceió - Al.	O Acórdão 1093/2007-PI, descreve detalhadamente as medidas corretivas que, se tomadas pelo gestor, recomendariam a continuidade da execução da obra. Em resumo, as medidas versam sobre a necessida-
	Martins - Maceió	Valor: R\$ 48.161.381,05 (data-base: 27/11/1997);	do de realização de levantamentos pela Seminfra/Al, com posterior remessa para análise do Tribunal, de diversos itens de serviços e seus	correspondentes quantitativos previstos, já efetivamente executados	e que se pretende ainda executar. Além disso, à continuidade da obra
	006.250/2002-7 AUGUSTO	SHERMAN /008.009/2010-1	O contrato 01/197 teve sua execução suspensa por causa de	diversas irregularidades, entre as quais, se destacam: (i) superfa-	esta condicionada a ajustes no projeto executivo e adaptações no
	AUGUSTO SHERMAN	IG-P	taturamento da ordem de R\$ 18.737.204,06, sendo	orçamento estimativo, bem como dar continuidade, com calendade,	aos processos de desapropriação das áreas onde estão localizadas a
	009.008/2009-3 JOSÉ MÚCIO	MONTEIRO / 016.691/2008-	materialmente relevante em relação ao total do contrato	(38,90%); (ii) proposta da empresa vencedora em desacordo	laga 1 e à lagoa 2-3;
	4. JOSE MÚCIO MONTEIRO	IG-P	com o Projeto Básico, sendo tal proposta considerada a base	para a execução do contrato; e (iii) subcontratação de cerca de	50% da obra sem previsão em edital ou contrato. O convênio
	018/2009-CGL/AM	52664 foi suspenso em decorrência de irregularidades graves	específico no instrumento convocatório (Art. 3º, Lei nº 8.666/1993),	referente ao atendimento das pendências. A documentação encami-	nada ao TCU em 07/04/2010 se encontra em análise.
	019.722/2009-4 MARCOS	BEMQUERER	Existe bloqueios na LOA 2010 o edital da Concorrência	018/2009-CGL/AM e o Contrato 003/2009-SRMM, devido à ocorrência, cujo objeto é a execução de serviços e obras de	irregularidade em apuração constituem grave
AM	Modernização da malha viária	Contrato 018/2009-SRMM: foram	anulados conforme o verificado em publicação do Diário Oficial do	do Distrito Industrial de Manaus/AM, com valor global de R\$	Os indícios de irregularidade em submetida à licitação, em
	do Distrito Industrial de Ma-	nauas	65.170.972,33.	Estado de Amazonas de 23 de abril de 2010.	desvio aos princípios a que está submetida à licitação, e a vinculação
	009.008/2009-3 JOSÉ MÚCIO	MONTEIRO / 016.691/2008-	0. Contrato 003/2009-SRMM, apresentou sobrepreço estimado	Novo Projeto Executivo foi protocolado para análise e aprovação junto	à SURAMA, conforme Nota Informativa 006/2010/COFAP/CGDER,
	4. JOSE MÚCIO MONTEIRO	IG-P	IG-P	encaminhada em 19/04/2010 à equipe de fiscalização do TCU.	A auditoria de 2010 encontrase em execução.
	019.722/2009-4 MARCOS	BEMQUERER	IG-P	Em 03/12/2009, a Chesf encaminhou à Sescom-PF informações e com-	provantes relativos aos aditivos CTNI-92.2008.2460.02 e CTNI-92.2008.1960.01. Ambos os termos aditivos possuem cláusula aditiva
BA	Usina de Itaparica / BA - Irriga-	Contrato CTNI-92.2008.1960.00 - Execução de recuperação de	contratual estabelecendo que, no caso de aumento de quantitativos	das estradas de serviço e acesso a lote, com implantação de obras	de 15% (quinze por cento) acima dos orçados pela Chesf, a contratada se
	ção de Lotes (20.559 ha)	IG-P	IG-P	de arte e madeiro-deranagem no sistema viário do Projeto de	promete a acuitar que a quantidade acrescida seja contrariada
	019.722/2009-4 MARCOS	BEMQUERER	IG-P	Irrigação Barreiros Bloco 2, integrante do reservatório de	pelo valor do preço unitário do item, constante do detalhamento do
	BEMQUERER	IG-P	Itaparica.	orçamento básico da própria CHESF ou da média das propostas apre-	sentadas à licitação, prevalecendo o mais baixo.
	019.722/2009-4 MARCOS	BEMQUERER	Data-base: junho/2008	Data-base: junho/2008	

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo. Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posse oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberaram sobre cada obra.

(G-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; (G-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;

(G-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; (O: Indício de outras irregularidades; (S: Sem ressalvas

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.

Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberaram sobre cada obra.

G-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação | **G-R:** Indício de irregularidade grave com referência parcial de valores | **G-C:** Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade | **O:** Indício de outras irregularidades | **SR:** Sem ressalvas

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI do LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo. Neste relatório é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberaem sobre cada obra. G.P: Indício de irregularidade grave com recomendação de para isação; I.G.R: Indício de irregularidade grave com intenção parcial (de valores); G.C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; O.I: Indício de outras irregularidades; S.P: Sem previsão.

do Rio Parabuna - Juiz de Fora/MG	CARREIRO	<p>Execução de obras de saneamento básico do Rio Parabuna é 01.2007.075 (Elaboração de Projeto Executivo das Obras de Implantação da Primeira Fase da ETE União Industrial) está bloqueados na LOA 2010. O primeiro possui valor global de R\$ 38.691.203,35 e está com 6% de execução física. O segundo possui valor de R\$ 18.384.260,80. Também encontram-se bloqueados os editais que ilhes deram origem, respectivamente os de número 08 e 09/2004.</p> <p>Quando da fiscalização do TCU em 2009, a obra já se encontrava paralisada e abandonada, em decorrência de ordem de paralisação emitida em 2008 pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.</p> <p>As irregularidades graves identificadas em 2009 referiram-se à deficiência do projeto básico, evidenciada pelo fato de o projeto executivo prever um acréscimo de 221% no preço global da obra, alcançando de R\$ 27,1 milhões para cerca de R\$ 60,5 milhões. Além disso, verificou-se a ausência de previsão orçamentária suficiente para a completa execução obra, tendo em vista que ela não estava incluída no plano plurianual e que os recursos previstos em 2009 eram insuficientes.</p>
MS	006.023/2009-6 JOSE MUNICIO MONTERO	<p>Construção da Escola Agrotécnica de Nova Andradina / MS</p> <p>IG-P</p> <p>Foram detectados indícios de irregularidades graves no Projeto Básico e no Edital 01/2008 - Contratação de empresa especializada para a execução da conclusão da obra e reforma dos ambientes já existentes da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS, sendo paralizado o Contrato 06/2008 - Execução e conclusão da obra e reforma dos ambientes já existentes da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS, no valor de R\$ 1.198.540,49. Ademais, a obra se encontrava paralisada desde 2004 por questões relativas ao licenciamento ambiental. O projeto básico foi elaborado sem considerar as condicionantes da licença prévia, não emitida para a obra em questão. Tal fato poderia ensejar alterações materiais relevantes no contrato, alterando as condições originalmente pactuadas, com potencialidade de ocasionar dano ao meio. Além disso, a obra foi parcializada à revelia do bloquio existente na LOA.</p> <p>Foi recomendada a interrupção da execução do contrato 04-09/2008, no valor de R\$ 5.515.725,53, cujo objeto é a elaboração de projeto executivo e supervisão das obras de restauração e adequação de capacidade e duplicação da rodovia BR-104/PE, trecho entrada PE 160 (Pão de Açúcar) / entrada PE 149 (Agrônoma), segmento: Km 19,30 / Km 71,20, extensão: 51,40 Km. A avença encontrase 31,88% executada.</p>
PE	015.150/2009-8 BENJAMIN ZYMLER	<p>Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamentos PE-160 e PE-149 na BR-104/PE</p> <p>IG-P</p> <p>Em fiscalização realizada em 2009, identificou-se, no Contrato 04-09/2005, duplicidade na contratação/licitação de empresa que consultora para executar os serviços de supervisão e fiscalização das obras de duplicação e adequação da BR-104/PE. O termo de referência para compatibilização do contrato de supervisão fiscalização) com o resultado dos trabalhos mencionados no subitem anterior.</p> <p>Na auditoria de 2010 identificou-se que o fiscal da obra elaborou um termo de referência para compatibilização do contrato de supervisão fiscalização.</p>

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio do Decreto Legislativo. Este relatório resume a situação das fiscalizações e fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberaram sobre cada obra.

IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem reservas

				objeto do contrato de supervisão do DNIT seria idêntico a outro contrato do DER-PE, e na mesma obra. O Contrato 01/99 [Construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em Teresina /PI], cujo valor é de R\$ 36.692.429,75, está paralisado com 6% das obras concluídas. Foram executados somente cerca de 50% do trecho 1, o qual possui 3.706,93 m de extensão, sendo que a obra total teria uma extensão de 23.706,93 m. Também há indicativo de paralisação para o edital 02/97 que precedeu o Contrato 01/99.	do DNIT com o da DER-PE, o que ainda está pendente de aprovação pela procuradoria do DNIT.
PI	Av. Marginal Leste - Contrato Enchentes Rio Poty - Teresina	019.812/2009-3 BENJAMIN ZYMLER / 021.023/2003-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-P	O Contrato 01/99 foi paralisado em 05/07/2002, antes mesmo da medida cautelar adotada pelo Tribunal em 2005 (Acórdão 721/2005 - TCU-Plenário).	Desde a medida cautelar adotada no Acórdão 721/05-P, os responsáveis têm trazido novos elementos para o processo, tornando-o mais complexo, sem que tenha ocorrido uma nova deliberação.
PI	Contrato de Barragem Rangel - Redenção do Gurjão	008.558/2010-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES / 019.813/2009-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Nessa deliberação, foram citadas as seguintes irregularidades: sobrepreço e extrapolação do limite legal para realização de aditivo contratual, relativas ao Contrato 01/99; restrição à competitividade, ausência de critério de aceitabilidade da proposta máxima e ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços conforme exigido pela Lei 8.666/93, relativa ao Edital 002/97, que deu origem ao Contrato 01/99. O sobrepreço é da ordem de 105,74%, e o sobrepreço é da ordem de 105,74%.	Contrato 15/1994: Construção do Acude Rangel, localizado no Município de Redenção do Gurjão/PI.
PI	Contrato de Barragem Rangel - Redenção do Gurjão	008.558/2010-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES / 019.813/2009-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Valor: R\$ 21.784.167,00	O projeto básico/executivo não considerou aspectos hidrológicos e geotécnicos fundamentais para o dimensionamento da barragem. Por essa razão, após a assinatura do Contrato 15/1994, a Comdepi tentou alterar o objeto contratado, mediante modificação da solução técnica adotada para a fundação da barragem, que representava 48% do valor da obra. O desvio de objeto, além de materialmente relevante, alterou as condições inicialmente pactuadas, com potencialidade de ocasionar risco ao erário.
PI	Implantação do Sistema Adutor do Sudeste Plauense	014.246/2005-3 VALMIR CAMPELO / 019.234/2007-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-P	Contrato 01/99: Construção do Sistema Adutor do Sudeste Plauense.	A Seinfra/PI informou, em 30/12/2009, ter anulado o Contrato 01/99 em 29/12/2009, porém a construtora havia interposto recurso contra a determinação da anulação do contrato, que teve seu provimento negado em 05/05/2010, conforme Acórdão 940/2010 - Plenário do TCU.
PI	Implantação do Sistema Adutor do Sudeste Plauense	014.246/2005-3 VALMIR CAMPELO / 019.234/2007-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-P	Valor: R\$ 76.568.405,72 (data-base: fev/1999)	Em 16/04/2010, a Seinfra/PI informou que o Edital 07/2005 encontrava-se suspenso e que não foram publicados novos editais, pois estava-se aguardando o julgamento do recurso acima, visto que a anulação do Contrato 01/99 retilizou o conteúdo de sanear a irregularidade no Edital 07/2005.
					A situação da obra está sendo analisada no Âmbito do Fiscobras 2010.
					dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo. Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos, que deliberam sobre cada obra.
					IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade de grave com retenção parcial de valores;
					IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; SR: Sem ressalvas

Tais situações além de materialmente relevantes, têm o potencial de causar prejuízo ao erário e configuram graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

O TCU recomendou a suspensão de pagamentos ao contrato PG-171/98, no valor de R\$ 10.447.996,49 (mais 0,00% PG-171/98, no valor de R\$ 2.296.572,35 (mais 0,00% cujo objeto é a construção e pavimentação de 21,10 km da BR-487/PR, lote 02. O trecho Camargo-Campo Mourão possui cerca de 170km, onde apenas 21,10 km foram objeto de paralisação. Executaram-se, até dez/1998, 56,68% do total do contrato.

Também recomendou-se a paralisação da execução do contrato PG-143-99, no valor de R\$ 2.296.572,35 (mais 0,00%, com execução até março de 2010 de R\$ 58,47%, cujo objeto é a supervisão, coordenação e controle da construção da rodovia, no trecho entre Cruzeiro do Oeste e Campo Mourão.

O Tribunal propôs a recomendação da paralisação do contrato PG-171/98 em razão do conluio entre licitantes para fraudar a Concorrência 158/98. Posteriormente à assinatura do contrato, o DNIT foi informado pelo Tribunal de Alçada do Paraná sobre a existência de um Termo Particular de Compromisso entre duas empresas, estabelecendo um pagamento de 5% de uma à outra na hipótese de o contrato ser adjudicado à primeira. No AC-1801/2003-PL, o Tribunal determinou ao Dnit a anulação

desse Concorrência e dos atos dela advindos, em análise final de mérito. A última apreciação do Plenário, Acórdão 2835/2008-P, afastou a punibilidade da primeira empresa mas decretou a inidoneidade da segunda.

Consta do Acórdão 2835/2009-P, ainda, informação à CMO de que se refere ao contrato PG-143-99, que deve justificar a adequação dos preços p/áios pela revisão dos projetos, para possibilitar a verificação da ocorrência de possível dano ao erário. O DNIT não apresentou, no âmbito do processo, tais justificativas; existiu a interpretação de embaraços de declaração contra a defesa.

No que se refere ao contrato PG-143-99, consta do voto que motivou o Acórdão 2835/2009-P que no que tange à irregularidade no Contrato PG-143/99-00, as justificativas apresentadas pela empresa contratada é pelo DNIT/PR não lograram elidir. As planilhas de medição de fls. 119/122 e a nota fiscal de fl. 126 do Anexo 1 demonstram que os serviços tidos como prestados estão registrados como serviços de "serviço". Todavia, nem o DNIT/PR nem a contratada negaram que foram gastos R\$ 860.808,20 para revisão de projetos dos lotes 2 e 3, o que se enquadra como desvio de objeto contratual.

No que se refere ao contrato PG-143-99, consta do voto que motivou o Acórdão 2835/2009-P que no que tange à irregularidade no Contrato PG-143/99-00, as justificativas apresentadas pela empresa contratada é pelo DNIT/PR não lograram elidir. As planilhas de medição de fls. 119/122 e a nota fiscal de fl. 126 do Anexo 1 demonstram que os serviços tidos como prestados estão registrados como serviços de "serviço". Todavia, nem o DNIT/PR nem a contratada negaram que foram gastos R\$ 860.808,20 para revisão de projetos dos lotes 2 e 3, o que se enquadra como desvio de objeto contratual.

Al. Contrato 02/2002 - Execução, pelo regime de empratada por prego unitário das Obras Civis do Lote 2 da Linha 3 do Sistema Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo. Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(G-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; (G-R: Indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores; (O: Indício de outras irregularidades; S: Sem restativas

PR BR-487/PR Construção Porto
Camargo - Campo Mourão
011.815/2010-8 VALMIR
CAMPOLI
CEP/037.757/2009-7
VALMIR CAMPOLI /
005.524/2003-7 AROLD
CAMPOLI /

IG-P
011.288/2010-8 JOSÉ JORGE
/020.041/2009-4 JOSÉ
do Rio de Janeiro

PR RJ Implantação do Metrô - Linha 3
do Rio de Janeiro
011.288/2010-8 JOSÉ JORGE
/020.041/2009-4 JOSÉ
do Rio de Janeiro

PR RJ Implantação do Metrô - Linha 3
do Rio de Janeiro
011.288/2010-8 JOSÉ JORGE
/020.041/2009-4 JOSÉ
do Rio de Janeiro

JORGE	<p>de Transporte Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro; Valor: R\$ 714.972.486,31 (06/2001)</p>	<p>Cidadões que, no que se refere à Linha 3 do Sistema de Trrens Urbanos do Rio de Janeiro (trecho: Rio de Janeiro - Nilópoli - São Gonçalo); somente celebre novos convênios e/ou transfira recursos para a execução do Convênio n.º 01/2008, após comprovação a devida alocação de recursos relativos à contrapartida do convêniente no Plano Pluriannual, bem como na Lei Orçamentária do Estado, ante à possibilidade de ocorrência de infrações à Lei Complementar n.º 101/2000, à Lei n.º 8.666/1993 e ao princípio da economicidade; e</p>
RS	<p>Convênio 640150 - 1.1 - Desenvolvimento de estudos e execução de parte dos Levantamentos Topográficos, Geodélicos e Geotécnicos, para levantamento da fácia de domínio, com identificação da poligonal de referências básicas para o Projeto, RMs, marcos topográficos, identificação de áreas invadidas e delimitação de áreas de bota fora e jazidas do Pátio e Estação do Barreto e da Vila Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro; 1.2 - Elaboração do Projeto Executivo da Vila Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Projeto de Implantação da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, compreendendo detalhes construtivos, especificações técnicas, desenhos, listas de materiais e todos os documentos necessários à implantação das estações do trecho considerado; 1.3 - Apoio à implantação da Vila Elevada do trecho Barreto/Alcântara, Secretaria de Estado de Transporte do Estado do Rio de Janeiro - Setrans.</p>	<p>Há todavia, doação orçamentária para o empreendimento no exercício financeiro de 2010.</p> <p>O Congresso Nacional deliberou incluir a obra no quadro de bloqueio da Lei Orçamentária Anual (LOA 2010) acolhendo a recomendação de paralisação apresentada pelo TCU pelos razões contidas no Voto que fundamentou o Acórdão nº 2005/2009-P, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> insuficiência e ausência de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS, órgão com o qual o Ministério das Cidades firmou o Convênio 640150; existência de indício de sobrepreço em preços unitários de serviços constantes da planilha do Contrato n.º 2/2002, se considerados os preços obtidos por intermédio do SINAPI, (amostra de itens analisados: 34,42%; % de sobrepreço na amostra de itens analisados: 30,58%; sobrepreço absoluto: R\$ 57.596.715,88).
IG-P	<p>Convênio RS/4330/2006/2006 - Criação do Centro de capacitação em Desenvolvimento Rural Sustentável</p>	<p>Porque contratação de fundação de apoio para a realização de obra violaria a jurisprudência do TCU (Acórdões nos 5.706/2008 - Segunda Câmara e 598/2008 - Plenário). Além disso, o programa especial de graduação em medicina veterinária, a funcionar no local, foi suspenso por força da decisão judicial prolatada nos autos da Ação Civil Pública n.º</p>
RS	<p>Reforma e construção no campus de Ciências Agrárias da UFPE/RS</p>	<p>Informação acerta do cumprimento das determinações contidas nas letras a) e b) do Acórdão 551/2010-P, quais sejam: a) a rescisão, no prazo de 15 (quinze) dias, do Convênio RS/4330/2006/2006; b) as providências necessárias à reversão dos recursos remanescentes depositados na conta da FSB aos cofres do INCRA. O gestor foi comunicado das determinações em ofício datado de 6/4, com prazo de 30 dias para responder. Até o momento não houve resposta.</p>

Dados atualizados até 7/10/2008. Não constam neste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório díbres que já foram excluídos do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.

Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberaram sobre cada obra.

IG-P: Indicador de irregularidade grave com recomendação de paralisação; **IG-R:** Indicador de irregularidade grave com referência parcial de valores;

Anexo VII - "Unidades da Secretaria do TCU"

Unidade	Sigla	Titular	Contato
Secretaria de Controle Interno	Secoi	Eduardo Dualibí Murici	(61)3316-7779
Secretaria-Geral da Presidência	Segeprens	Ana Cláudia de Lima Martins	(61)3316-5338
Ouvidoria	Ouvidoria	Filipe Castro Nicoll	(61)3316-5292
Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais	Aceri	Evelise Quadrado de Moraes	(61)3316-7423
Assessoria de Comunicação Social	Ascom	Karla Cristina de Oliveira Ferreira	(61)3316-7548
Assessoria de Relações Internacionais	Arint	Omir José Pereira Lavinas	(61)3316-7256
Assessoria Parlamentar	Aspar	Paulo Nogueira de Medeiros	(61)3316-7878
Assessoria de Segurança da Inf. e Governança de TI	Asig	Felício Ribas Torres	(61)3316-7954
Consultoria Jurídica	Conjur	Edimilson Erenita de Oliveira	(61)3316-7269
Instituto Serzedello Corrêa	ISC	Luciano Carlos Batista	(61)3316-5802
Secretaria de Tecnologia da Informação	Setec	Mauro Giacobbo	(61)3316-7276
Secretaria de Planejamento e Gestão	Seplan	Cláudio Sarian Altounian	(61)3316-7498
Secretaria das Sessões	Seses	Odilon Cavallari de Oliveira	(61)3316-7416
Secretaria-Geral de Administração	Segedam	Fernando Luiz Souza da Eira	(61)3316-7101
Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio	Sesap	Pedro Tadeu Oliveira da Silva	(61)3316-7090
Secretaria de Gestão de Pessoas	Segep	Fernando Silveira Camargo	(61)3316-7117
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Selip	Eliéser Cavalcante da Silva	(61)3316-7775
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Secof	Ary Fernando Beirão	(61)3316-7143
Secretaria-Geral de Controle Externo	Segecex	Paulo Roberto Wiechers Martins	(61)3316-7322
Secretaria-Adjunta de Planejamento e Coordenação	Adplan	Marcelo Luiz Souza Eira	(61)3316-7311
Secretaria-Adjunta de Supervisão e Suporte	Adsup	Rosendo Severo dos Anjos Neto	(61)3316-7315
1 ^a Secretaria de Controle Externo	1 ^a Secex	Aladir Filgueiras de Paula	(61)3316-7300
2 ^a Secretaria de Controle Externo	2 ^a Secex	Arsénio José da Costa Dantas	(61)3316-7371
3 ^a Secretaria de Controle Externo	3 ^a Secex	Edison Franklin Almeida	(61)3316-7673
4 ^a Secretaria de Controle Externo	4 ^a Secex	Ismar Barbosa Cruz	(61)3316-7334
5 ^a Secretaria de Controle Externo	5 ^a Secex	Frederico Julio Goepefert Júnior	(61)3316-7365
6 ^a Secretaria de Controle Externo	6 ^a Secex	Vanda Lídia Romano da Silveira	(61)3316-7646
7 ^a Secretaria de Controle Externo	7 ^a Secex	Alexandre Valente Xavier	(61)3316-5342
8 ^a Secretaria de Controle Externo	8 ^a Secex	Rafael Lopes Torres	(61)3316-5342
9 ^a Secretaria de Controle Externo	9 ^a Secex	Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	(21)3805-4200
Secretaria de Fiscalização de Pessoal	Selip	Alessandro Giuberti Laranja	(61)3316-7655
Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União – I	Secob – 1	André Luiz Mendes	(61)3316-7690
Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União – 2	Secob – 2	José Uliisses Rodrigues Vasconcelos	(61)3316-2416
Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União – 3	Secob – 3	Eduardo Nery Machado Filho	(61)3316-2417
Secretaria de Fiscalização de Desestatização	Sefid	Adalberto Santos de Vasconcelos	(61)3316-7649
Secretaria de Fisc. e Avaliação de Programas de Governo	Seprog	Carlos Alberto de Sampaio Freitas	(61)3316-7902
Secretaria de Macroavaliação Governamental	Semag	Maurício de Albuquerque Wanderley	(61)3316-7126
Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação	Setfi	Cláudio Souza Castello Branco	(61)3316-5371
Secretaria de Recursos	Senur	Júnnius Marques Afifa	(61)3316-7710
Secretaria de Controle Externo/AC	Secex-AC	José Ricardo Tavares Louzada	(68)3224-1052
Secretaria de Controle Externo/AL	Secex-AL	João Walraven Júnior	(82)3221-5686
Secretaria de Controle Externo/AP	Secex-AP	Ideusana de Vasconcelos Sepeda Lima	(96)3223-7730
Secretaria de Controle Externo/AM	Secex-AM	Nazaré do Socorro G. do Rosário Zuardi	(92)3622-1576
Secretaria de Controle Externo/BA	Secex-BA	Antônio França da Costa	(71)3341-1966
Secretaria de Controle Externo/CE	Secex-CE	Shirley Gildene Brito Cavalcante	(85)4008-8388
Secretaria de Controle Externo/ES	Secex-ES	Hamilton Caputo Delfino Silva	(27)3324-3955
Secretaria de Controle Externo/GO	Secex-GO	Maria Elizabeth de Melo Pontes Frascino	(62)3255-9233
Secretaria de Controle Externo/MA	Secex-MA	Carlos Wellington Leite de Almeida	(98)3232-9970
Secretaria de Controle Externo/MT	Secex-MT	Carlos Augusto de Melo Ferraz	(65)3644-2772
Secretaria de Controle Externo/MS	Secex-MS	Edmür Baidá	(67)3382-7552
Secretaria de Controle Externo/MG	Secex-MG	Neusa Coutinho Affonso	(31)3374-4487
Secretaria de Controle Externo/PA	Secex-PA	Norberto de Souza Medeiros	(91)3226-7978
Secretaria de Controle Externo/PB	Secex-PB	Rainério Rodrigues Leite	(83)3208-2003
Secretaria de Controle Externo/PR	Secex-PR	Rafael Blanco Muniz	(41)3218-1350
Secretaria de Controle Externo/PE	Secex-PE	Evaldo José da Silva Araújo	(81)3424-8109
Secretaria de Controle Externo/PI	Secex-PI	Aderaldo Tiburtino Leite, em substituição	(86)3218-2990
Secretaria de Controle Externo/RJ	Secex-RJ	Osvaldo Vicente Cardoso Perroul	(21)3805-4200
Secretaria de Controle Externo/RN	Secex-RN	Alexandre José Caminha Walraven	(84)3211-8753
Secretaria de Controle Externo/RS	Secex-RS	Carlos Fernando de Souza Fagundes	(51)3227-0075
Secretaria de Controle Externo/RO	Secex-RO	Arildo da Silva Oliveira	(69)3223-1649
Secretaria de Controle Externo/RR	Secex-RR	Ricardo Fahr Pessoa	(95)3623-9411
Secretaria de Controle Externo/SC	Secex-SC	João Manoel da Silva Dionísio	(48)3223-4690
Secretaria de Controle Externo/SP	Secex-SP	Sérgio Freitas de Almeida	(11)2113-2805
Secretaria de Controle Externo/SE	Secex-SE	Adriano de Souza César	(79)3259-2767
Secretaria de Controle Externo/TO	Secex-TO	Wagner Martins de Moraes	(63)3224-1064

Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2005 (nº 399/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Alberto Leréia), que altera o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (veda a celebração de contrato cuja remuneração seja calculada em parcela ou percentual de receita auferida em decorrência do exercício do poder de polícia);
- Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2005 (nº 3.840/2004, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta § 4º ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos (isenta de emolumentos a averbação de reconhecimento de paternidade extrajudicial).

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Esgotou-se na última quarta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2009 (nº 6.070/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera os arts. 162, 163 e 164 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (suprime o recolhimento da CNH, no caso do condutor que dirija com carteira de categoria diferente da exigida).

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos de substitutivo, o Projeto volta à Câmara dos Deputados.

Esgotou-se na última quarta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha

sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das Seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que autoriza a compensação de imposto de renda a ser restituído a contribuinte pessoa física;
- Projeto de Lei do Senado nº 730, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que autoriza a compensação de imposto de renda a ser restituído a contribuinte pessoa física;
- Projeto de Lei do Senado nº 730, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico; e
- Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2009, de autoria do Senador Flávio Torres, que altera as Leis nºs 8.429, de 2 de julho de 1992; 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade utilizar edifícios e veículos públicos para promoção pessoal.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 30 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Ilhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,29,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)

31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).

*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.

**. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.

***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.

****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maoria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Paulo Paim (PT) (11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) (37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. VAGO (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,96,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Jorge Yanai (DEM) (43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).

43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).

56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).

60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).

65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).

66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).

71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).

72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).

75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

81. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).

94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

96. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).

99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).

100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).

104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)

105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Leomar Quintanilha (PMDB) (48,80,101)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Alvaro Dias (PSDB) (20,66,100)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Crístovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).

58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).

60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).

62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).

65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).

66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).

67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).

68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).

74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).

79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).

93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).

98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).

99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).

100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).

101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).

102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).

103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).

104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (10,11)
VAGO (2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) (3)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) (6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (5)
PMDB	
Paulo Duque (8)	1. VAGO (7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (4)	1. Gim Argello (PTB) (9)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽¹¹⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ^(6,17,19)	2. VAGO ^(2,8,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,7)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(9,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁵⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
6. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
10. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. n° 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. n° 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. N° 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (102)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (32,72,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,70)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
Tião Viana (PT) (30,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Almeida Lima (PMDB) (60,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,67,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,59,69,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Moraes (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (52,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,74,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,75,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
- O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).

11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).

13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).

16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).

20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).

23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.

38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.

48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).

55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).

56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).

57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).

58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).

59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).

60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).

61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).

63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

69. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

72. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).

77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).

85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).

90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).

91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).

92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).

94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).

101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).

106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).

109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya ⁽²⁾	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. n° 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. n° 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,108)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,109)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,107)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).

46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).

48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.

50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).

58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).

59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).

60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).

61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).

63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).

64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).

65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).

67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).

70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).

72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).

73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).

80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).

81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).

85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).

88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).

89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).

93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.

94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).

96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)

101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).

102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

107. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,17)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,18)	1. VAGO (18)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (23)	1. Fátima Cleide (PT) (20)
Marina Silva (PV) (7,23,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (35,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (29)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (28)	4. Jayme Campos (DEM) (9,34,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,31)	1. Sérgio Zambiasi (31)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,37,42)	1. Cristovam Buarque (13,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).

58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).

61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(6,12)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽¹³⁾	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. VAGO (3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (9)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).

47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).

49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).

58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).

61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).

62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).

65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).

66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).

50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.

52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.

55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.

56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).

61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).

63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).

64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).

65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).

66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).

67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).

68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).

69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).

70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).

73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).

77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).

83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).

87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).

88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).

97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. n° 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,81,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,82,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).

55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).

58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).

59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).

60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).

62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).

63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).

64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).

66. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).

74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

81. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

82. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).

84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).

85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,25)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (36,43,55,57)	1. VAGO (42,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (47)
Almeida Lima (PMDB) (46)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33)	1. Jorge Yanai (DEM) (30,63,64)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (31,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,35)
Adelmir Santana (DEM) (38)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,34)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (37)	1. Mozarildo Cavalcanti (37)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
36. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).

55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).

57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).

58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,38,41,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (39,42)
Neuto De Conto (PMDB) (36,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (43,48)
Gerson Camata (PMDB) (40,45)	3. Renan Calheiros (PMDB) (37,47)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (35,44)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (26,77,79)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,55,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,56)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).

16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).

18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).

25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).

27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).

28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).

29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).

30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).

31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).

32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).

33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).

34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).

35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

37. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

38. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

39. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).

40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).

41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).

42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

43. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).

45. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

46. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).

50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).

51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.

54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).

56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).

57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).

63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).

64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).

65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.

66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).

71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).

72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

78. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).

79. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
1. Gerson Camata (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
1. Romeu Tuma	

Notas:

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Paulo Duque (PMDB) (2,53,56,58,61,73)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Jorge Yanai (DEM) (28,69,71)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Círcero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).

49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).

58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).

67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG).

71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).

73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) (15)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)		
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) (14)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
VAGO (11)		1. VAGO (10)
VAGO (12)		2. VAGO (6)
VAGO (7)		3. VAGO (8)
VAGO (9)		4. VAGO (9)
VAGO (9)		5.
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
PDT		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

Atualização: 20/05/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 24/05/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

*. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 24/05/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.

*. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAUJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁹ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ³ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonça Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Téreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 238 páginas

OS: 2010/13003